

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2022

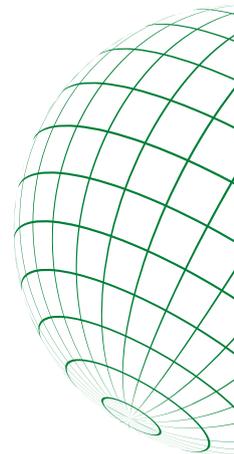


# SUMÁRIO

---

<b>03</b>	1. Apresentação	<b>31</b>	7. Negócios
<b>04</b>	2. Mensagem da Administração	<b>39</b>	8. Estratégia de Expansão
<b>06</b>	3. Setor Saneamento	<b>43</b>	9. Gestão Ambiental
<b>12</b>	4. Perfil Cagece	<b>49</b>	10. Desempenho Econômico-Financeiro
<b>17</b>	5. Governança Corporativa	<b>64</b>	11. Perspectivas do Negócio
<b>26</b>	6. Gestão de Pessoas	<b>75</b>	12. Relacionamento com Auditores Independentes

# 1. APRESENTAÇÃO



A Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), em atendimento à legislação que regulamenta as sociedades por ações no país (Lei Federal nº 6.404/76), apresenta o Relatório de Administração com as informações relativas ao seu desempenho e a performance, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021.

É um documento valioso que possibilita conhecer a empresa, trazendo esclarecimentos sobre os negócios, projetos, investimentos, desafios e avanços. Trata-se de um retrato fiel das atividades da Companhia ao longo do exercício de 2021, detalhando as ações planejadas e executadas, num ano marcado pelos desdobramentos provocados pela pandemia do coronavírus e pelo Novo Marco Legal do Saneamento.

O Relatório foi elaborado em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com o International Financial Reporting Standards (IFRS), além de atender os requisitos de governança corporativa de emissor registrado na categoria A da CVM e as determinações da Lei das Estatais (Lei Federal nº 13.303/2016) e demais normas dos órgãos reguladores.

## 2. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia completou em 2021 meio século de existência com muitos avanços, conquistas e com a certeza de estar trilhando o caminho certo para a excelência na prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário à população cearense. Ainda em período de pandemia, a Cagece se mostrou capaz de vencer dificuldades adversas, levando como aprendizado a resiliência, a inovação e o conhecimento para lidar com as contingências.

Diversas medidas foram adotadas pela Companhia no combate ao coronavírus, a fim de minimizar os efeitos da pandemia, proteger os seus colaboradores e garantir a continuidade da prestação dos seus serviços à sociedade.

No aspecto social, a Cagece beneficiou 594,7 mil clientes (média mensal) através da isenção de faturamento para imóveis de padrão básico com consumo de até 10m<sup>3</sup> por mês e a suspensão de cobrança da tarifa de contingência para imóveis de padrão básico e regular. Por mês, cerca de 2.480 clientes dos imóveis comerciais do setor de bares, restaurantes e alimentação fora do lar também receberam isenção como forma de auxílio no período crítico da pandemia.

Tais medidas garantiram condições sanitárias básicas aos cidadãos mais vulneráveis, fornecendo um subsídio de mais de R\$ 53,7 milhões de reais em 2021, sendo R\$ 33,47 milhões referentes faturamento para imóveis de padrão básico com consumo de até 10m<sup>3</sup>, R\$ 15,95 milhões relativos à suspensão de cobrança

da tarifa de contingência para imóveis de padrão básico e regular e R\$ 4,28 milhões para imóveis comerciais do setor de bares, restaurantes e alimentação fora do lar, contribuindo de forma direta para a garantia da saúde e o bem-estar das famílias cearenses.

Mesmo com as adversidades impostas por um período extremamente desafiador, a Companhia manteve sua saúde financeira, investindo R\$ 351,3 milhões em 2021, uma alta de 36,9% sobre o ano anterior. Analisando os resultados econômicos do exercício, a empresa obteve uma margem EBITDA de 24,7%. A receita bruta de água e esgoto cresceu de 11,3%, em relação a 2020, atingindo o patamar de R\$ 1.773,7 milhões e a receita líquida dos serviços de água e esgotamento sanitário atingiu a quantia de R\$ 1.604,0 milhões. O lucro societário alcançou o montante de R\$ 155,8 milhões.

O Novo Marco Legal do Saneamento trouxe a meta da universalização até 2033, buscando garantir o atendimento de 99% da população brasileira com água potável e 90% com tratamento e coleta de esgoto.

Nesse contexto, todas as ações da Companhia estão sendo planejadas e executadas para se alcançar o cumprimento das respectivas metas de universalização e de eficiência dentro do prazo estabelecido.

Um fato histórico para a Companhia, ainda no referido ano, foi a captação de R\$ 775,99 milhões com a emissão de debêntures. Os recursos são voltados aos sistemas de abastecimento e produção de água e de coleta e tratamento de esgoto em Fortaleza e outros municípios cearenses. As melhorias beneficiarão cerca de 2,5 milhões de pessoas, por meio de ampliação da cobertura de esgoto, otimização do tratamento e distribuição de água, além de redução das perdas de água nos sistemas.

Ao longo dos anos a Cagece vem ratificando o seu compromisso como empresa cidadã, que contribui efetivamente para saúde pública e qualidade de vida da população cearense, sendo considerada, nacionalmente, como uma das maiores empresas no ramo de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Em 2021 a Companhia obteve o 1º lugar na 18ª edição do prêmio “As Melhores da Dinheiro” da IstoÉ Dinheiro, sendo reconhecida como uma das melhores empresas do país. O resultado da premiação é atribuído aos investimentos em inovações realizadas no último ano, com foco na sustentabilidade e numa melhor experiência de atendimento para os clientes. Também obteve um excelente resultado no Anuário Época Negócios 360º, ocupando o 4º lugar na categoria do Setor Água e Saneamento.

A Cagece também se destacou entre as 120 empresas identificadas como Lugares Incríveis para Trabalhar da FIA/UOL 2021, que reconhece as empresas brasileiras com os mais altos níveis de satisfação dos seus colaboradores.

Pelo quinto ano consecutivo foi premiada com a melhor avaliação de desempenho das Ouvidorias vinculadas ao Governo do Ceará.

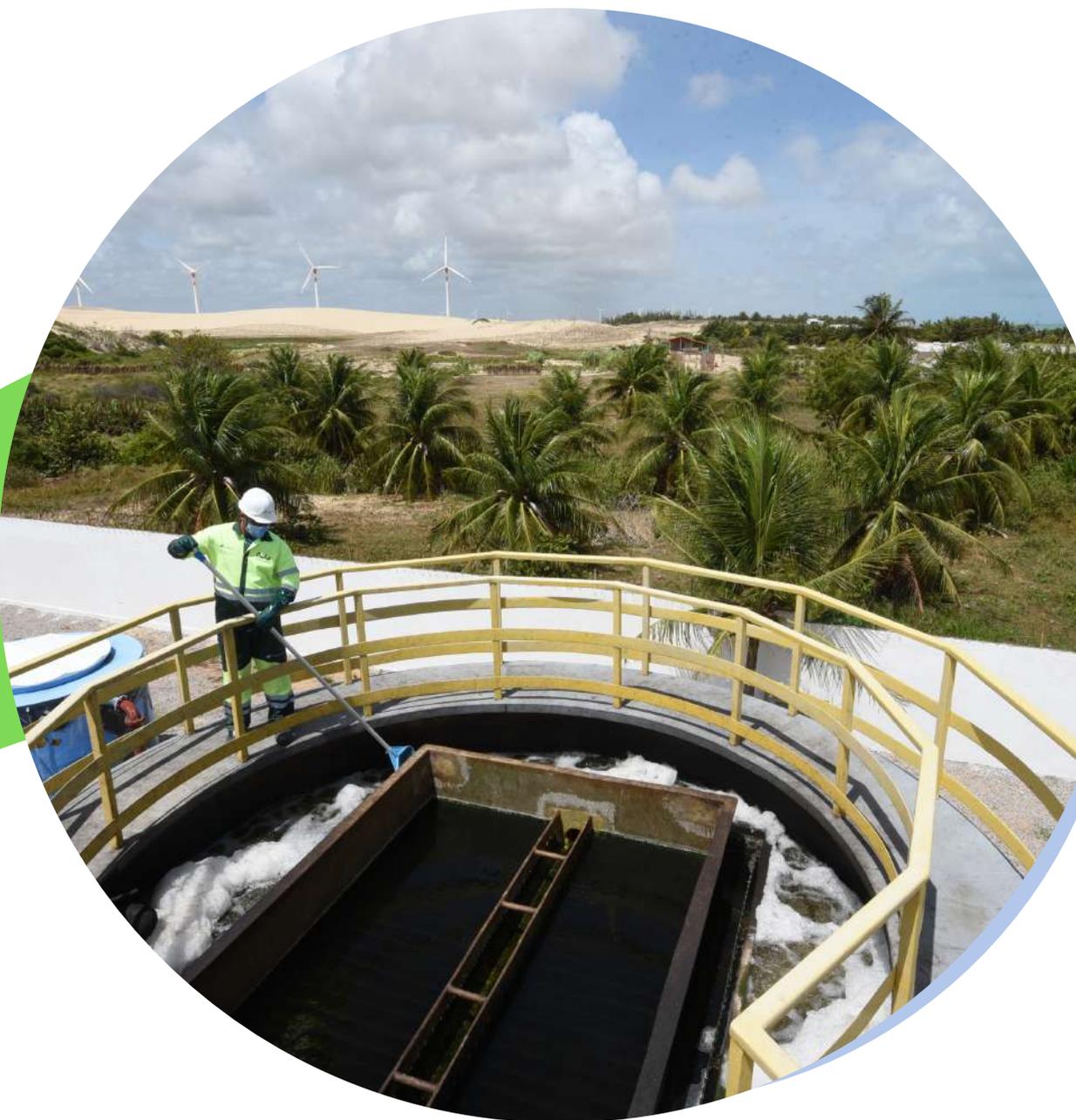
Alinhada aos princípios e práticas de governança corporativa e aos valores de inovação, respeito às pessoas, ética e transparência, satisfação do cliente, compromisso com a sustentabilidade e valorização profissional, a Cagece se adaptou à nova realidade e transformou os desafios ora impostos em grandes conquistas.

Os resultados alcançados pela Companhia ao longo dos seus 50 anos motivam e impulsionam o início de um novo ciclo com ainda mais resiliência, integração, eficiência e determinação, corroborando a visão de universalizar os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com qualidade, efetividade, competitividade e sustentabilidade.

***Os próximos 50 anos estão só começando e seguimos otimistas nesta jornada em busca de novas realizações com o apoio da nossa excelente equipe de profissionais.***

***Temos orgulho de ser Cagece!***

***Boa Leitura!***



## 3. SETOR SANEAMENTO



O Novo Marco Legal do Saneamento Básico, Lei Federal nº 14.026/20, tem o objetivo de universalizar e qualificar a prestação do serviço no setor. A meta estabelecida pelo governo é garantir o atendimento de 99% da população brasileira com água potável e 90% com tratamento e coleta de esgoto, até 31 de dezembro de 2033.

De acordo com Confederação Nacional da Indústria (CNI), a nova lei visa padronizar regras e dar segurança jurídica aos investidores, além de reduzir em até R\$ 1,45 bilhão os custos anuais com saúde. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que cada R\$ 1 (um) real investido em saneamento gere economia de R\$ 4 (quatro) reais com a prevenção de doenças oriundas pela ausência do referido serviço.

Os principais pontos estabelecidos no Novo Marco Legal são:

- Extinção dos contratos de programa, firmados sem licitação entre municípios e empresas estaduais de saneamento. Vale destacar que esses contratos que já estão em vigor serão mantidos, contudo terão prazo para viabilizar as metas de universalização, caso não o possuam;
- Obrigação de certame licitatório, podendo concorrer prestadores públicos e privados;
  - Blocos de municípios, cabendo aos Estados, no intuito de atender aos pequenos municípios, comporem blocos ou grupos que poderão contratar os serviços de forma coletiva;
- Criação de Comitê Interministerial de Saneamento, presidido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), para melhorar a articulação institucional entre os órgãos federais que atuam no setor. A Agência Nacional de Água (ANA) passa a ser a reguladora do setor;

Ainda no exercício de 2021 foi publicado o Decreto Federal nº 10.710/2021 que estabelece os critérios e procedimentos para as concessionárias de saneamento básico comprovarem sua capacidade econômico-financeira, a fim de viabilizar o cumprimento das metas de universalização, previstas na nova lei do saneamento, nos contratos vigentes até março de 2022.

O MDR também promulgou a Portaria nº 490/2021 que condiciona a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou com recursos geridos ou operados por órgãos ou entidades da União ao cumprimento de índices de perda de água na distribuição.

Para fins de comprovação do cumprimento estabelecido na referida portaria foram adotados os respectivos indicadores do SNIS: IN049 - Índice de perdas na distribuição, medido em percentual e o IN051 - Índice de perdas por ligação, medido em litros/ligação/dia.

Para atenderem aos critérios, os municípios devem ter índices de perda menores ou iguais ao índice médio nacional da última atualização da base de dados do SNIS.

Nesse contexto, a Companhia corrobora que vem se adaptando e superando uma série de etapas necessárias à universalização dos seus serviços, em atendimento à legislação que rege o setor.

Por fim, o diagnóstico do SNIS 2021, referente ao ano de 2020, apontou a movimentação financeira de 13,7 bilhões em investimentos realizados pelos prestadores de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, onde 75,2% desse valor trata de prestadores de serviços de abrangência regional que tiveram receitas operacionais de R\$ 54,9 bilhões e despesas totais com os serviços (DTS) de R\$ 50,7 bilhões, somados os valores de todas as companhias de saneamento do país.

O referido documento também apresenta dados sobre a geração de empregos, estimando 229,1 mil diretos e terceirizados e 660 mil indiretos e de efeito de renda associado, totalizando 889,1 mil empregos gerados pelos investimentos feitos no setor de prestação dos serviços de água e esgoto.

Dessa forma o setor de saneamento nacional encontra-se num movimento de grande reestruturação a fim de fortalecer ainda mais o seu papel para a sociedade.

### **3.1 SANEAMENTO NO CEARÁ**

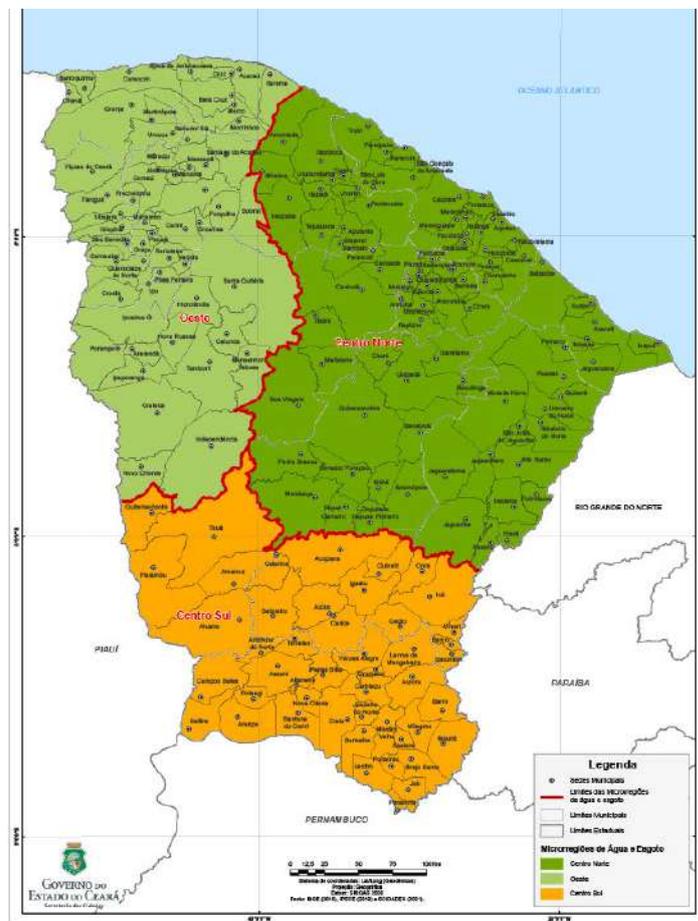
Considerando o contexto do setor, o Governo do Estado e a Cagece vêm adotando medidas de adaptação ao Novo Marco Legal. O Ceará sancionou a Lei Complementar nº 247/2021 que cria as microrregiões de água e esgoto no Estado, cumprindo antecipadamente o prazo estabelecido no Marco, que orienta a criação de blocos regionalizados para o planejamento e atuação dos serviços de saneamento prestados pelas concessionárias nos municípios.



Foram criadas três microrregiões de água e esgoto no Ceará (Oeste, Centro-Norte e Centro-Sul) com o objetivo de promover a integração municipal, viabilizar ganhos de escala e assegurar recursos para atingir as metas de universalização.

A estrutura das microrregiões levou em consideração a delimitação das bacias hidrográficas, a divisão da infraestrutura operacional dos serviços de saneamento básico e as particularidades sociais, econômicas e políticas dos territórios envolvidos. Cada microrregião será responsável pelo planejamento, regulação, fiscalização e prestação, direta ou indireta, dos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de águas pluviais urbanas.

A referida lei complementar foi considerada uma conquista para a Companhia, em razão de permitir uma visão mais ampla do saneamento, com governança regional e não apenas isoladamente com cada município.



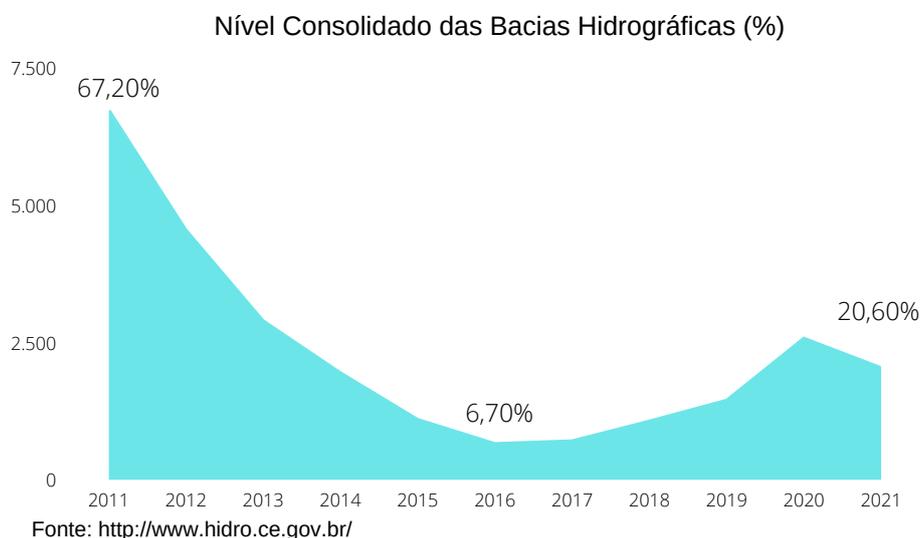
Microrregiões de Água e Esgoto do Ceará

Adicionalmente, em 2021 foi entregue à Agência Reguladora do Estado do Ceará (ARCE) o estudo, que contou com a participação da Auditoria Independente, comprovando a capacidade econômico-financeira da Cagece, cumprindo o que é estabelecido pelo Decreto Federal nº 10.710/2021. O estudo certifica a competência da Companhia para continuar cumprindo os contratos regulares de prestação dos serviços de saneamento, incluindo as metas de universalização fixadas no Novo Marco. A Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia (Fundace), certificada pelo governo federal, validou todo o trabalho da Cagece.

Com um cenário permeado de mudanças, decorrentes da regulamentação do setor, do constante avanço tecnológico, da escassez de recursos hídricos, a Cagece vem adotando uma postura proativa na busca constante por um modelo de gestão mais eficiente, eficaz e inovador.

## 3.2 RECURSOS HÍDRICOS NO ESTADO CEARÁ

No ano de 2021, a recarga dos reservatórios cearenses foi positiva, com chuvas bem distribuídas em todas as macrorregiões do Ceará. Após atingir em 2016 o menor nível, os reservatórios do Estado estão registrando recuperação gradual.



Desde 2015 a Cagece participa ativamente do Comitê de Contingência com demais atores do Estado do Ceará, com o propósito de garantir o abastecimento de água tratada à população cearense. O comitê trabalha em duas frentes: a primeira voltada à gestão dos recursos hídricos de todos os municípios, de modo a direcionar esforços emergenciais e pontuais para soluções de escassez hídrica. A segunda trabalha com a visão de médio e longo prazo por intermédio dos projetos de investimentos.

Nos últimos anos foram realizados investimentos na área pela Secretaria de Recursos Hídricos do Estado (SRH) e entidades relacionadas, alguns em parceria com a Cagece a fim de minimizar os riscos do desabastecimento. Dentre eles destacam-se:

·**Malha D'água:** A proposta do projeto é concentrar a rede de adutoras, considerando todos os centros urbanos do Estado, com captação realizada diretamente nos mananciais com maior garantia hídrica e implantação das ETAs junto a estes reservatórios para posterior adução aos núcleos urbanos integrados ao sistema. O horizonte do projeto é de 25 anos (2016 – 2041) e trará como benefício a ampliação da garantia quantitativa de água para o abastecimento humano em períodos de secas severas.

·**Cinturão das Águas do Ceará (CAC):** O projeto constitui a principal obra de integração de bacias do Estado, sendo considerada uma solução para o problema de falta de água, agravado pelo fenômeno das secas, atendendo todas as bacias hidrográficas do estado. Em março de 2021, as águas da Rio São Francisco, liberadas por meio do CAC, chegaram ao Açude Castanhão e beneficiaram aproximadamente 4,5 milhões de cearenses.

·**Eixão das Águas:** Conjunto de obras hídricas que realiza a transposição das águas do Açude Castanhão para a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), reforçando o abastecimento em uma extensão de 255 km, incluindo o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). O Eixão possibilitou o surgimento de polos de desenvolvimento hidroagrícola nas áreas irrigáveis a partir do Vale do Jaguaribe, beneficiando milhares de hectares e terras férteis. Também garante o abastecimento humano da RMF, assim como as comunidades dos municípios de Alto Santo, Jaguaribara, Morada Nova, Ibicuitinga, Russas, Ocara, Cascavel, Pacajus, Horizonte, Itaitinga, Pacatuba, Maranguape, Maracanaú, Caucaia e São Gonçalo do Amarante.



Eixão das Águas



Sistema Taquarão

·**Taquarão:** O sistema é constituído de elevatórias com duas bombas de 3.000 cv de potência que visam garantir mais eficiência na operação. Inaugurado em dezembro de 2021, será um dos principais sistemas de reservação e distribuição de água para Fortaleza e RMF, beneficiando 1,7 milhão de habitantes. Sua capacidade inicial de armazenar 40 mil m<sup>3</sup> será duplicada futuramente para beneficiar outros municípios, como Maranguape e Maracanaú.

Nesse panorama, a Companhia comprometida com a Política de Recursos Hídricos do Estado, atua em conjunto no enfrentamento dos desafios permanentes para continuar prestando serviço de qualidade a sociedade cearense.



# 4. PERFIL CAGECE



A Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) é uma sociedade de economia mista, criada pela Lei Estadual nº 9.499/1971, alterada pela Lei Estadual nº 15.348/2013, que tem como atividade principal a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Há 50 anos a Companhia tem o compromisso com a população cearense, é através da sua estrutura, com obras relevantes nos municípios onde opera e com projetos inovadores, que as prestações dos serviços tem se fortalecido pelo desempenho e busca da universalização do abastecimento de água e tratamento de esgoto. Das equipes de campo aos gestores e administradores, todos trabalham em prol de um só objetivo:

## ***Garantir saúde e qualidade de vida para mais de cinco milhões de pessoas em todo o Estado.***

Visando se posicionar frente ao novo cenário de saneamento no Brasil, a Cagece anualmente analisa as suas diretrizes estratégicas, através da sua missão, visão e valores, abaixo definidas:



Contribuir para melhoria da saúde e qualidade de vida, provendo soluções em saneamento básico, com sustentabilidade econômica, social e ambiental.



Universalizar os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com qualidade, efetividade, competitividade e sustentabilidade até 2033.



Inovação, competitividade, engajamento, respeito às pessoas, ética e transparência, satisfação do cliente, valorização profissional, compromisso com sustentabilidade, orgulho de ser Cagece.

Com sede em Fortaleza, a Cagece é controlada pelo Estado do Ceará, que detém 88,36% do número de ações, conforme composição acionária abaixo:



Fonte: Demonstrações Financeiras 2021

O negócio da empresa consiste em desenvolver soluções em saneamento básico, buscando identificar, desenvolver e aplicar tecnologias, processos, parcerias e modelos de gestão que propiciem a melhoria da prestação dos serviços e de seus resultados, a satisfação da população e de seus acionistas, de forma a reforçar seu reconhecimento como empresa de referência nacional no setor.

Presente em 152 dos 184 municípios do Ceará, a Companhia atende cerca de 5,59 milhões de habitantes, sendo 99,30% da população atendida com água tratada na capital e 97,89% no interior, representando aproximadamente 2,9 milhões de beneficiados com água tratada em suas residências. Com relação ao esgotamento sanitário, o índice de cobertura no Estado é de 44,62%, beneficiando 2,69 milhões de pessoas em 78 municípios cearenses. No interior, a cobertura de esgoto é de 28,08% e em Fortaleza 66,49%.



Estação Elevatória de esgoto Parque do Cocó

# A Cagece em números 2021

**152**

Municípios Atendidos  
com abastecimento  
de Água

**78**

Municípios Atendidos  
com Esgotamento  
Sanitário

## Cobertura

Água: 98,50%      Esgoto: 44,62%

## Extensão de Rede

Água: 15,6 mil km      Esgoto: 5,1 mil km

## Ligações

Água: 1.947.445      Esgoto: 765.034

## Economias

Água: 2.234.127      Esgoto: 998.552

## Investimentos

R\$ 351,3 milhões



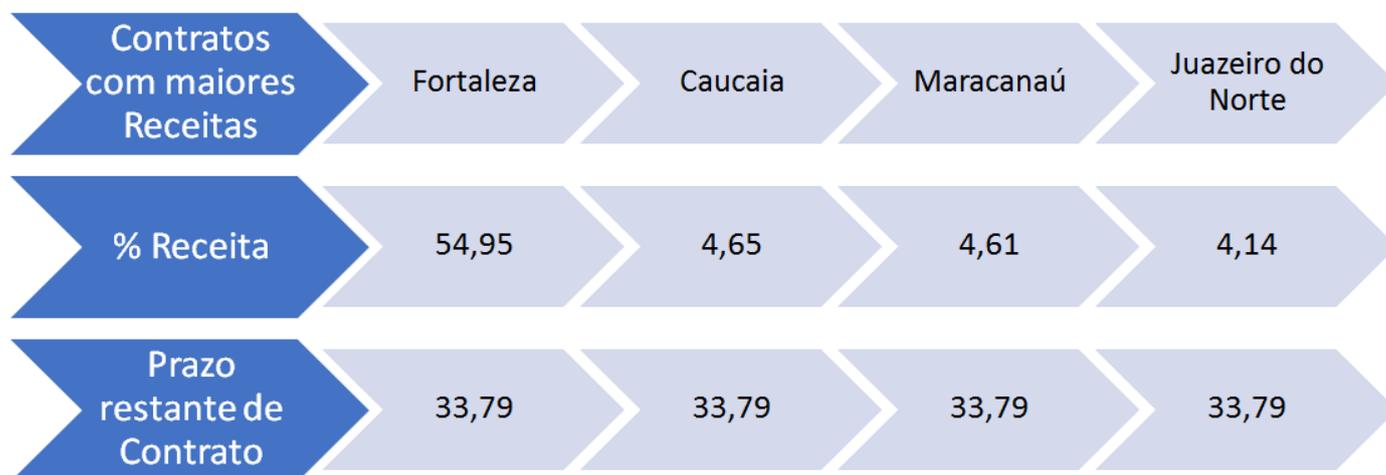
## 4.1 CONCESSÃO

A Companhia presta serviço à população através de contratos de concessão e de programa. Em dezembro de 2021 os colegiados das microrregiões de Água e Esgoto do Ceará, aprovaram a prorrogação dos contratos de prestação de serviços vigentes até o ano de 2055. Do total de municípios operados pela Cagece, 151 contratos apresentam vencimentos superiores a 33 anos.

A dilação da vigência dos contratos ocorreu por meio de aditivo contratual, que visou atender a obrigatoriedade do Marco Legal de incorporar as metas de universalização de abastecimento de água e esgotamento sanitário até 2033.

A uniformização dos prazos finais dos contratos é bastante relevante para o futuro da Companhia, tendo em vista as novas obrigações regulatórias impostas em relação aos indicadores e suas respectivas metas.

Os 04 (quatro) contratos com maiores receitas no ano de 2021:



Fonte: Gerência de Concessão e Regulação



# 5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

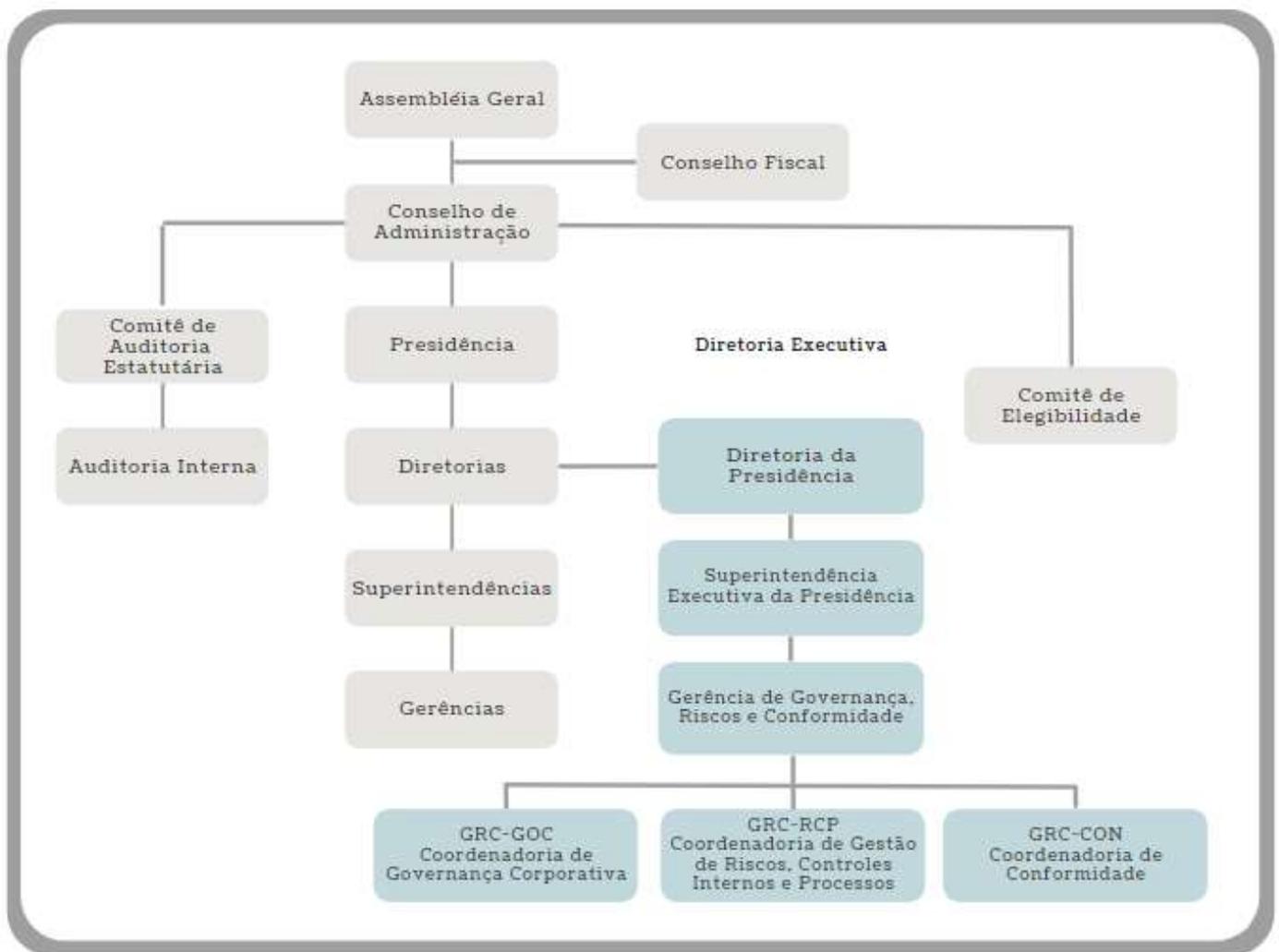
---



Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) desde 2000, categoria A, e submetida às suas instruções normativas, a Companhia adota práticas de transparência, equidade, prestação de contas (accountability) e responsabilidade corporativa conforme os princípios do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), visando assegurar a confiança de órgãos financiadores e de controle externo.

Para implementação das práticas de Governança Corporativa, a Cagece conta, na sua estrutura organizacional, com a Auditoria Interna, o Comitê de Elegibilidade e a Gerência de Governança, Riscos e Conformidade (GRC), além do Conselho de Administração (CAD), Conselho Fiscal (CF), Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD), que desempenham as funções estabelecidas no Estatuto da Companhia e nos Regimentos Internos.

Organograma da Governança Corporativa



Fonte: Site institucional da Companhia (<https://www.cagece.com.br/governanca-corporativa/informacoes/>)

A referida estrutura reflete o processo contínuo de maturação da Companhia e o compromisso de fortalecer todo o seu sistema de governança. Nesse sentido e alinhado à sua competência estatutária, destaca-se o acompanhamento pelo CAD da Maturidade de Governança Corporativa da Cagece, a fim de elevá-la ao patamar avançado, através do atendimento das práticas estabelecidas no informe de governança e nas boas práticas internacionais.

## ***O compromisso com as práticas de Governança, Riscos e Conformidade foi intensificado no ano de 2021***

·**Fórum da GRC** – “Governança, Riscos e Conformidade como um diferencial para o valor de mercado da empresa”. Este foi o tema do III Fórum GRC, realizado em outubro de forma virtual. O evento contou com palestras e apresentações de cases com especialistas das iniciativas pública e privada, tendo como público alvo membro dos GT (Grupo de Trabalho criado para desenvolvimento das atividades no âmbito Programa de Disseminação da Metodologia de Gestão de Riscos, Controles Internos), gerentes, superintendentes, diretores, membros dos conselhos da Cagece e colaboradores interessados.

### ·**Aprovação de Políticas Corporativas:**

**a) Negociação de Valores Mobiliários:** Estabelece regras para assegurar a observância de práticas de boa conduta na negociação de Valores Mobiliários de emissão da Cagece, nos termos da Instrução da CVM nº 358/02, descrevendo critérios claros quanto às responsabilidades e divulgação de informações em ofertas públicas, alienação de controles, negociação de administradores e pessoas ligadas, aquisição e alienação de participação acionária relevante, e sobre negociações de controladores e acionistas, quando aplicável.

**b) Política de Contratação de Serviços Extra Auditoria:** Define regras e diretrizes para a contratação de Serviços Extra Auditoria pela Companhia e/ou suas controladas, observada a legislação vigente aplicável, visando garantir que não sejam contratados serviços que possam comprometer a independência da Auditoria Externa.

**c) Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais:** Protege os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade dos titulares de dados, estabelecendo critérios mínimos e fornecendo informações sobre como a Companhia obtém, utiliza, armazena e protege os dados pessoais que coleta e faz tratamento, a fim de levar transparência aos titulares de dados, e a conformidade com a Lei Federal nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

·**Atualização das Políticas de Transações com Partes Relacionadas e de Gestão de Pessoas:** Todas as políticas da Companhia estão disponíveis em seu site institucional.

·**Processo de verificação de elegibilidade:** Para estar em conformidade com as leis, regulamentações e boas práticas de governança corporativa, trazendo segurança, reduzindo riscos, a Companhia passou a utilizar a ferramenta de background check que consiste na checagem de antecedentes para validar informações sobre pessoas ou empresas que estão prestes a se relacionar com a Cagece.

·**Secretaria de Governança Corporativa:** A fim de tornar ainda mais eficiente o atendimento aos órgãos de Governança, incorporou-se à Secretaria de Governança o serviço de assessoramento visando assegurar a dinâmica e eficácia necessária aos acionistas e membros dos conselhos e comitê na tomada de decisões, alinhadas aos princípios de governança, transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

•**Treinamento da Alta Gestão:** No ano de 2021, a capacitação foi direcionada aos envolvidos com a Governança Corporativa da Cagece (CAD, Diretoria, CF, COAUD e demais agentes de governança), com temáticas envolvendo a Divulgação das Informações, Conduta e Integridade, Legislação Societária e Capitais e Gestão de Riscos e Controles Internos.

•**Programa de Integração:** A Cagece estruturou no ano de 2021 o seu programa de integração, com o objetivo de permitir aos novos membros eleitos o melhor entendimento dos negócios e práticas de governança da Companhia. Esta medida, somada a todas as outras elencadas, fortalece a Governança Corporativa aumentando a disseminação da gestão do conhecimento da Companhia.

## 5.1 GESTÃO DE RISCOS

***Gerenciar riscos é uma das funções essenciais da Governança Corporativa e ciente da importância dessa gestão, a Companhia avança na sua consolidação.***

A Gestão de Riscos da Cagece é descentralizada, uma vez que o responsável por cada processo também efetua o gerenciamento dos seus riscos.

A metodologia encontra-se detalhada na Política de Gestão de Riscos e nos Manuais de Procedimentos Internos, elaborados a partir dos frameworks COSO II ERM e ISO 31000.

Vale salientar que a Gestão de Riscos é baseada na Gestão por Processos e no Modelo de Três Linhas, desenvolvido pelo “The Institute of Internal Auditors” e divulgado no Brasil pelo Instituto de Auditores Internos do Brasil (IIA). O modelo, representado na figura a seguir, identifica os papéis das estruturas e processos no atingimento dos objetivos da Companhia.

Modelo de Três Linhas

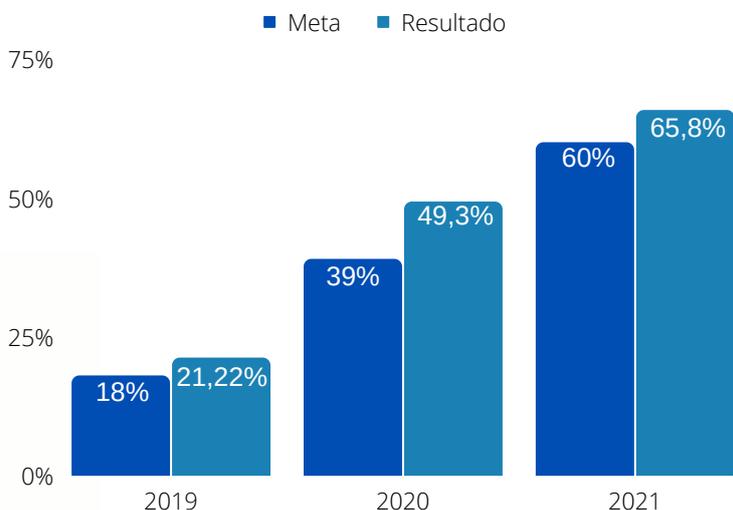


Fonte: Política de Gestão de Riscos da Cagece

A Cagece possui Programa de Disseminação da Metodologia de Gestão de Riscos, Controles Internos e Processo, em andamento, com meta de mapear 100% dos processos até 2023 e com todos os riscos gerenciados até 2024. O avanço das ações do referido programa é monitorado por meio de 2 (dois) indicadores: Índice de Processos Organizacionais Mapeados e Índice de Processos Organizacionais com Riscos Gerenciados.

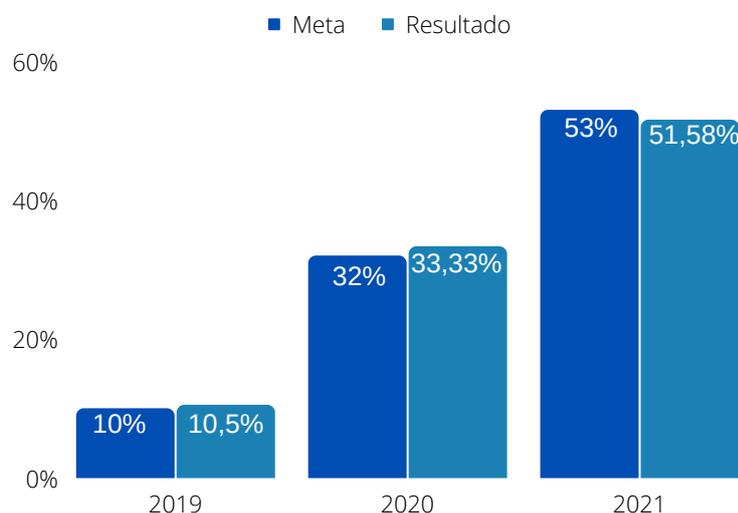
Os resultados alcançados estão representados nos gráficos a seguir:

Índice de Processos Organizacionais Mapeados



Fonte: Sistema de Gerenciamento de Resultados (SGR)

Índice de Processos Organizacionais com Riscos Gerenciados



Fonte: Sistema de Gerenciamento de Resultados (SGR)

Abaixo estão elencadas ações de gestão de riscos e processos implantadas em 2021:

- Revisão da Política de Gestão de Riscos Corporativos, visando o alinhamento às boas práticas de governança.
- Elaboração dos manuais de procedimentos com o detalhamento da metodologia e das atividades desenvolvidas no processo de gerenciamento de riscos.
- Elaboração do plano de respostas aos riscos identificados na Análise Geral de Riscos (AGR), realizada ao final do ano de 2020.
- Realização de reuniões sistemáticas para mapeamento dos processos e acompanhamento da gestão de riscos.

No ano de 2021 foram realizados treinamentos periódicos junto ao corpo funcional da Companhia com o objetivo de disseminar a cultura da Gestão de Riscos e de Processos.

## 5.2 CONFORMIDADE

A conformidade, pela sua relevância para o fortalecimento e aprimoramento da governança corporativa, atua na interação com as diversas áreas de controle da Companhia com vistas a assistir a administração no cumprimento dos seus objetivos, a partir de um sistema orientado para prevenir, detectar e remediar riscos de conformidade e integridade.

Disciplinada na Cagece em 2017, em consonância com a Lei das Estatais que determina que as empresas tenham estruturas e práticas de gestão de riscos e controles internos e uma área responsável por verificar o cumprimento de obrigações de compliance, a gestão da conformidade foi impulsionada em 2021 com a instalação do Comitê de Conformidade, composto pelas áreas de Conformidade, Auditoria Interna, Riscos, Ouvidoria, Comissão Setorial de Ética Pública da Cagece e Comissão Disciplinar para estruturar e realizar a implementação do Programa de Integridade e ainda, a criação da Supervisão de Gestão da Integridade tendo como principal atribuição o acompanhamento do referido programa.

Ainda em linha com ações de combate à corrupção e com a promulgação da Lei Estadual n° 15.175/2012, a Companhia possui um Comitê Setorial de Acesso à Informação (CSAI) que visa aprimorar ações de transparência. Durante o ano de 2020, as ações do CSAI foram voltadas para o atendimento das recomendações dos órgãos de controle. Dentre estas destacamos a publicação no site institucional das informações relativas aos convênios, despesas, licitações, contratos e remunerações.

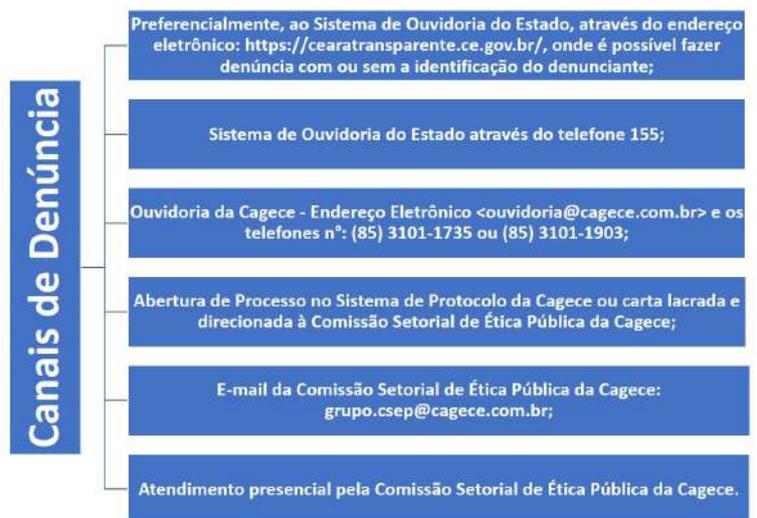
Os esforços envidados culminaram na elevação do resultado do Ranking da Transparência de 2020, divulgado em 2021, perfazendo um atendimento total de 92,59%.

É importante salientar que a Cagece desenvolve, de forma coordenada, com diversas áreas, ações com intuito de fortalecer o seu papel no enfrentamento à corrupção, tais como realizar capacitações sobre o CCI, implantação e atualização de políticas e normas internas de Integridade, além do Programa de Disseminação da Gestão de Riscos, Controles Internos e Processos. Destaca-se também a atuação do Comitê de Elegibilidade, que tem como objetivo analisar os requisitos e vedações dos indicados a cargos no CAD, CF, COAUD e Diretoria Executiva.

### • Canais de Denúncia

A gestão da ética na Cagece tem como base os princípios e valores corporativos e as normas de condutas descritas no CCI e em outras políticas relacionadas.

Os desvios de conduta podem ser reportados pelos Canais de Denúncias adotados pela Companhia cujo uso é incentivado e disseminado por campanhas de divulgação. As violações de integridade, bem como sugestões são recebidas por meio dos seguintes canais:



Fonte: Site Institucional da Cagece

## ***O combate à corrupção, em todas as suas formas, é um compromisso da Companhia.***

Em 2021, aconteceu o Fórum de Combate à Corrupção, um evento virtual aberto a todos os colaboradores da Cagece, que contou com palestras ministradas pelo procurador Federal da Advocacia Geral da União (AGU), Philippe Magalhães, que tratou sobre "o combate à corrupção nas licitações e contratos nas estatais", e pelo Julio Borges de Carvalho, membro do Comitê de Auditoria do grupo M. Dias Branco e Coordenador do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), que abordou "o papel do Comitê de Auditoria no combate a fraudes e corrupções".

### **5.3 PREMIAÇÕES:**

#### ***A Cagece é destaque como uma das melhores Companhias do país***

·Prêmio IstoÉ Dinheiro - Melhores Companhias do País:



Durante o ano de 2021, a Cagece obteve reconhecimento pela gestão e transparência dos seus negócios, se consolidando como uma das maiores empresas do país.

A Companhia recebeu da IstoÉ Dinheiro o 1º lugar na 18ª edição do prêmio "As Melhores da Dinheiro", na categoria de Serviços Públicos.

A premiação realizada pela Editora Três busca reconhecer e celebrar as conquistas das maiores empresas do país, de diversas áreas.

A conquista representa a resiliência da Companhia em lidar com as dificuldades impostas por um período desafiador. O resultado também é atribuído aos investimentos em inovações realizadas no último ano, com foco na sustentabilidade e numa melhor experiência de atendimento para os clientes.

Não à toa, a Cagece se destacou na premiação da IstoÉ nas dimensões de sustentabilidade financeira, recursos humanos, inovação e qualidade, responsabilidade social e governança corporativa. A Cagece também obteve um excelente resultado no Anuário Época Negócios 360º, passando da 9ª colocação em 2020 para a 4ª em 2021 na categoria do Setor Água e Saneamento.

·Ranking da transparência CGE



2021

A Cagece venceu a 1ª edição do Ranking de Transparência do Poder Executivo Estadual, promovido pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE).

Ao todo, 103 órgãos, entidades e fundações, além de empresas públicas e sociedades de economia mista, foram examinados quanto aos critérios básicos de transparência ativa e passiva.

A avaliação foi realizada entre setembro e outubro de 2020, a partir dos dados disponíveis no portal da Companhia. Na categoria “Empresas e Sociedades de Economia Mista”, em que a Cagece está inserida, foram avaliados 40 critérios de transparência ativa e cinco de transparência passiva.

No portal da Companhia é disponibilizado um conjunto de informações de interesse da população, de fácil acesso e de forma clara, que podem ser consultadas a qualquer momento promovendo a transparência.

#### · Lugares Incríveis para Trabalhar - FIA/UOL



2021 e 2020

A Cagece está entre as 120 empresas identificadas como lugares incríveis para trabalhar em 2021.

A classificação foi feita por meio de pesquisa realizada entre os empregados e estagiários, aplicada pela Fundação Instituto de Administração (FIA) e divulgada pelo UOL, idealizadores do Prêmio.

A Companhia concorreu com 380 empresas e teve seu resultado posicionado entre as 54 empresas de médio porte, que se destacaram por suas práticas de gestão de pessoas e pelo clima organizacional.

O Prêmio tem por objetivo reconhecer as empresas brasileiras com os mais altos níveis de

satisfação dos seus colaboradores e que acreditam que pessoas mais satisfeitas no trabalho geram resultados superiores para os negócios.

A Cagece empreendeu esforços para manter a excelência dos seus serviços e contou com todo empenho dos seus colaboradores culminando no referido reconhecimento.

#### · Avaliação de Desempenho das Ouvidorias Setoriais



2020, 2019, 2018,  
2017 e 2016

A Ouvidoria da Cagece foi reconhecida, pelo quinto ano consecutivo, como a de melhor desempenho na categoria tipo quatro na avaliação anual de desempenho das ouvidorias vinculadas ao Governo do Estado do Ceará.

A avaliação, divulgada pela CGE, visa identificar e aferir as ações e resultados da atuação das 62 ouvidorias do Poder Executivo Estadual durante o ano de 2020.

Como critérios, as seguintes variáveis foram consideradas: resolubilidade das manifestações; boas práticas de ouvidoria/controle social; índice de satisfação dos usuários; relatório setorial; participação nas reuniões da rede de fomento ao controle social; e identificação visual e divulgação dos contatos.

A premiação representa os esforços da Companhia em manter um padrão de excelência no atendimento às demandas dos clientes.

#### ·VI Prêmio de Melhores Práticas de Gestão nos Departamentos Jurídicos 2021

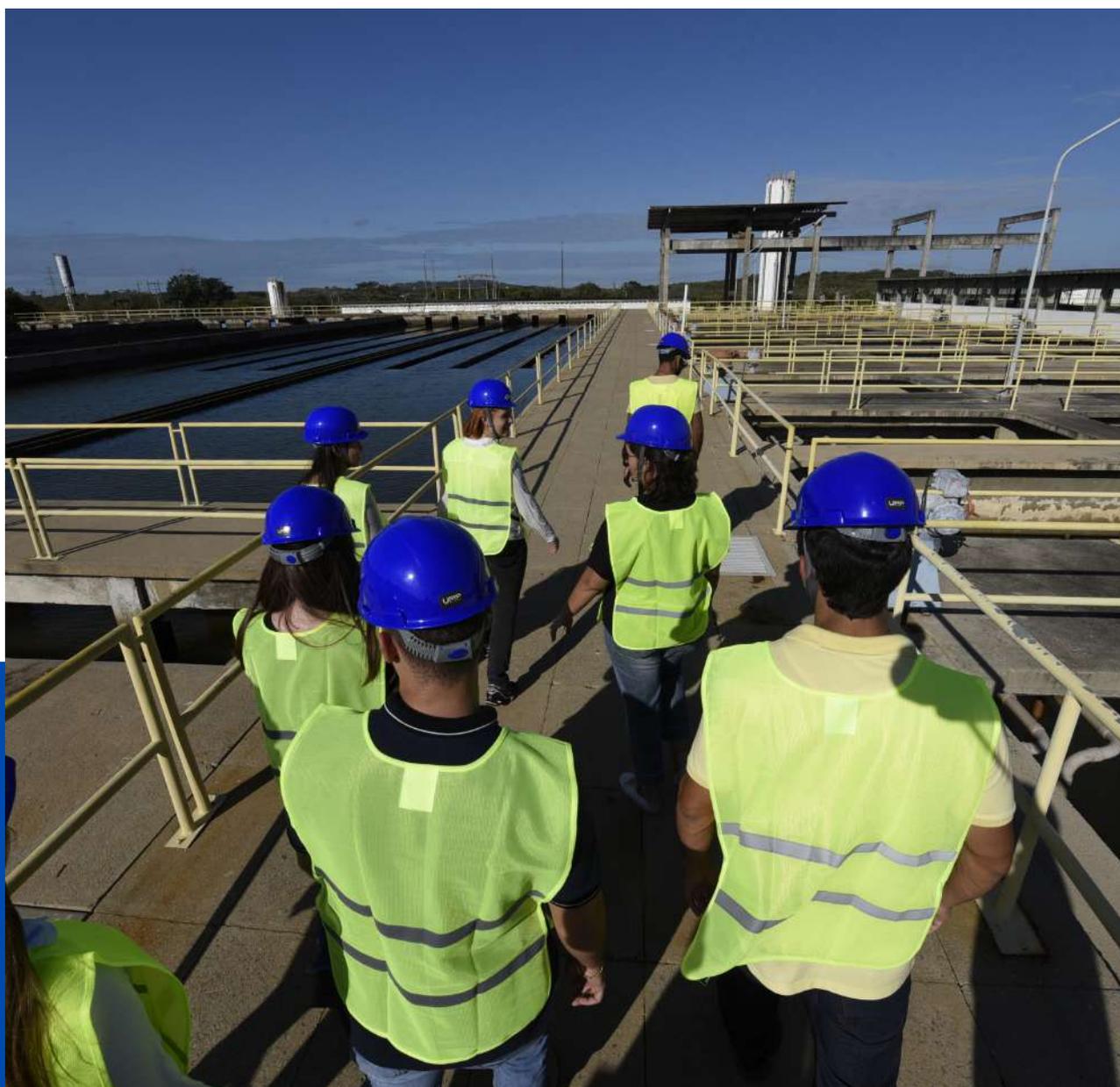
O prêmio é organizado pela Inteligência Jurídica (Intelijur) e pelo Fórum de Departamentos Jurídicos (Fdjur) e visa distinguir os melhores projetos desenvolvidos pelos jurídicos de empresas dentro do cenário nacional, valorizando o trabalho dos profissionais da área e promovendo a troca de experiências e conhecimentos.

A avaliação dos cases foi feita por uma banca julgadora, formada por juristas renomados de vários estados. A Companhia recebeu um selo, a certificação e a inclusão do case no livro Melhores Práticas de Departamentos Jurídicos.

***A Cagece sempre levando em consideração os princípios e boas práticas de governança corporativa, o apoio aos colaboradores e seguindo as regras estabelecidas pelos órgãos públicos, foi resiliente, se adaptou à nova realidade, inovou e transformou os desafios ora impostos em grandes conquistas.***



# 6. GESTÃO DE PESSOAS



## 6.1 CORPO FUNCIONAL EM NÚMEROS

A Cagece encerrou o ano de 2021 com 1191 empregados próprios, 52 comissionados, 211 estagiários e 65 jovens aprendizes, totalizando 1519 colaboradores, distribuídos conforme quadro abaixo:

Gênero	Categoria	2021
Feminino	Aprendizes	40
	Comissionados	28
	Efetivos	429
	Estagiários	128
	<b>Total</b>	<b>625</b>
Masculino	Aprendizes	25
	Comissionados	24
	Efetivos	762
	Estagiários	83
	<b>Total</b>	<b>894</b>
		<b>1519</b>

Fonte: Gerência de Pessoas

Do total de postos de trabalho, 13 são ocupados por Pessoas com Deficiência (PcD). Ainda vale destacar que ao longo do ano 14 mulheres usufruíram de licença maternidade e a licença paternidade estendida (de 20 dias) foi usufruída por 29 homens.

Tendo em vista as restrições impostas pela pandemia, as capacitações ofertadas foram prioritariamente em EAD. Em 2021, foram disponibilizadas 3.134 capacitações que totalizaram 75.555 horas/aula para 985 colaboradores. Quanto aos cursos de média e longa duração foram concedidos cursos de língua estrangeira para 06 empregados, cursos de pós-graduação para 31 empregados, sendo 17 cursos Lato sensu e 14 com cursos Stricto Sensu.

No ano de 2021, mesmo diante de um cenário de incertezas e restrições orçamentárias, foi realizado grande esforço por todas as partes envolvidas no processo de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

Acreditando que a transparência do processo e a concessão de benefícios e vantagens resultam em maior valorização e satisfação dos empregados, a Cagece honrou o compromisso de manter todos os benefícios do acordo coletivo de trabalho vigente.

## 6.2 INICIATIVAS DA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS

### *O respeito às pessoas é o nosso maior valor*

Foram finalizados importantes projetos estratégicos da área de gestão de pessoas em 2021. Dentre eles a revisão do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) e uma nova versão do Programa de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP).

O PCCR propõe revisão na política remuneratória da Companhia frente aos desafios futuros que enfrentará, através da atualização das suas carreiras efetivas, da arquitetura remuneratória e das regras de desenvolvimento (promoção e progressão). Também altera a remuneração variável dos empregados com o objetivo de incentivar seu desempenho, atrelado ao desempenho institucional, fortalecendo o programa de Participação de Resultados (PR) da Cagece.

O PRSP tem a finalidade de proporcionar aos empregados próprios condições de desligar-se da Companhia recebendo benefícios financeiros temporários e, deste modo, facilitar a transição para a condição de aposentado. O programa prevê alguns incentivos sociais e financeiros, tais como salários, previdência privada, assistência médica e odontológica e reembolso de medicamentos. Este projeto, que caminha para a sua quarta edição, tem grande aceitação entre os empregados e é referência nacional em práticas de gestão de pessoas.

A Cagece instituiu em 2020 o Comitê de Gestão de Privacidade e Proteção de Dados (CPPD) para promover e gerenciar a implementação de medidas técnicas e administrativas para a aderência da Companhia à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), como também contou com assessoria especializada. A Gestão de Pessoas, como área que administra dados pessoais e sensíveis dos colaboradores, foi uma das principais envolvidas no ano de 2021 na adequação dos seus processos internos para a conformidade com a referida legislação.

Atenta ao bem-estar do corpo funcional e alinhada aos objetivos estratégicos de assegurar a qualificação e valorização dos seus colaboradores, bem como de promover engajamento e cultura de gestão para resultados, a Cagece realiza, anualmente, a Pesquisa de

Clima Organizacional, cujo resultado alimenta o indicador corporativo Índice de Clima Organizacional (ICO).

A referida pesquisa vem sendo realizada pela Fundação Instituto de Administração (FIA), e passou a denominar-se “FIA Employee Experience”, formalizada através do prêmio Lugares Incríveis para Trabalhar.

A Companhia foi reconhecida com a Certificação de Qualidade do Ambiente de Trabalho, emitida a partir do resultado da referida pesquisa, a saber: alcance de índice de clima organizacional (i-CO) igual ou superior a 75 pontos percentuais e participação dos funcionários na pesquisa igual ou superior à amostra mínima definida para seu porte. Além disso, a Cagece alcançou um Índice de Clima Organizacional (i-Co) de 86,7%, ficando entre as TOP 60 empresas mais bem avaliadas no quesito Reconhecimento e Recompensa.

Este reconhecimento, em um ano que trouxe desafios excepcionais para todo o mundo, contribuiu para fortalecer a missão institucional, o engajamento das pessoas e a melhoria do desempenho organizacional.



Sede da Cagece

## 6.3 GESTÃO DA PANDEMIA

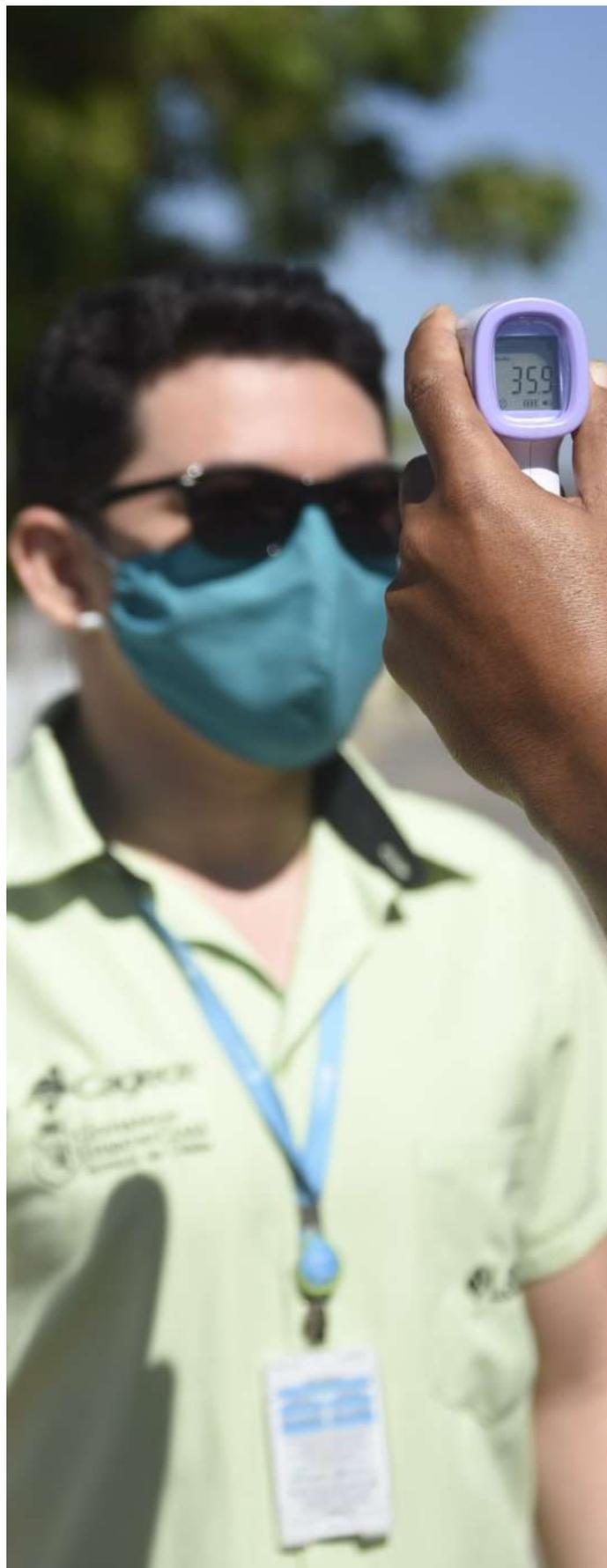
### ***O cuidado com as pessoas no enfrentamento da pandemia contribuiu para a retenção de talentos na Companhia.***

No ano de 2021, a Cagece continuou com o desafio de garantir a operação dos serviços essenciais prestados à população cearense, também zelando pelo seu público interno e, com isto, contribuir com ações de enfrentamento à pandemia causada pelo novo coronavírus.

A Comissão de Crise, Acompanhamento e Combate à Propagação do Coronavírus deu prosseguimento à realização de seu trabalho, adotando medidas para a proteção dos colaboradores, acompanhamento epidemiológico dos casos e assistência médica, psicológica e social aos colaboradores contaminados e suas famílias.

A aludida Comissão de Crise propôs protocolos para mitigação dos riscos de contágio para as equipes que continuaram em campo, por força da atividade essencial desenvolvida, forneceu equipamentos de proteção individual e medidas de proteção coletiva, além de estabelecer o teletrabalho para os colaboradores das áreas administrativa e comercial, que ocorreu de maneira efetiva com o suporte técnico dado pela Companhia, necessário para a transição.

Ressalte-se que a Companhia, em cumprimento à sua Política de Gestão de Pessoas, preservou todos os postos de trabalho, manteve os empregos e garantiu a segurança financeira e alimentar a milhares de famílias durante o exercício.



A equipe de medicina, saúde e segurança do trabalho, por meio dos médicos, enfermeiros, assistentes sociais e psicólogos, disponibilizou canal de atendimento, realizando o monitoramento, acompanhamento e encaminhamentos necessários durante o afastamento de colaboradores contaminados. As orientações para a adequada higienização e os cuidados para evitar a contaminação foram alvos de intensivas campanhas de comunicação, ainda em andamento na Companhia.

Desde o começo da pandemia da Covid-19, 1.537 colaboradores foram atendidos, por meio de um canal direto no “WhatsApp” de serviços de atendimento médico, psicológico e social, tendo sido confirmados um total de 560 casos. Registre-se que a equipe citada continuou prestando assistência aos colaboradores e familiares, independentemente de serem acometidos ou não pela Covid.

#### •Vacinômetro

A partir do início das políticas governamentais de vacinação contra a Covid-19, a Cagece passou a acompanhar também a evolução deste indicador por meio do “Vacinômetro”. No último boletim divulgado pela Companhia referente a dezembro, 98% dos colaboradores já estavam parcialmente imunizados e 86% já possuíam imunização completa.



# 7. NEGÓCIOS

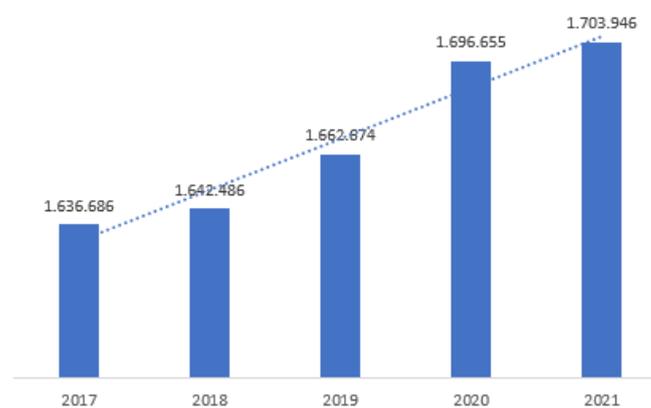


# 7.1 ÁGUA

## *Em busca de água tratada para todos Cuidar da água é cuidar da vida*

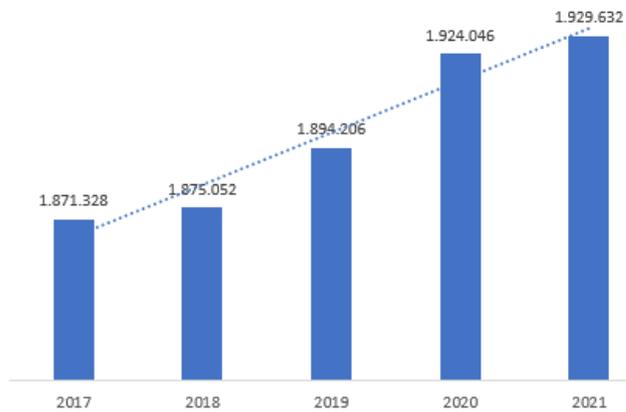
A Cagece mantém uma estrutura operacional integrada, visando garantir a continuidade do abastecimento de água. Em 2021, o número de ligações ativas de água foi 0,43% superior ao ano anterior, representando um incremento de 7.291 ligações de água. Em se tratando de economias ativas, houve um crescimento de 5.586 economias, correspondendo a 0,29% em relação à 2020. Vale salientar que o índice de hidrometração relacionado às ligações ativas de água foi de 99,93%.

Nº de ligações ativas água



Fonte: Sistema Empresarial de Informações (SEI)

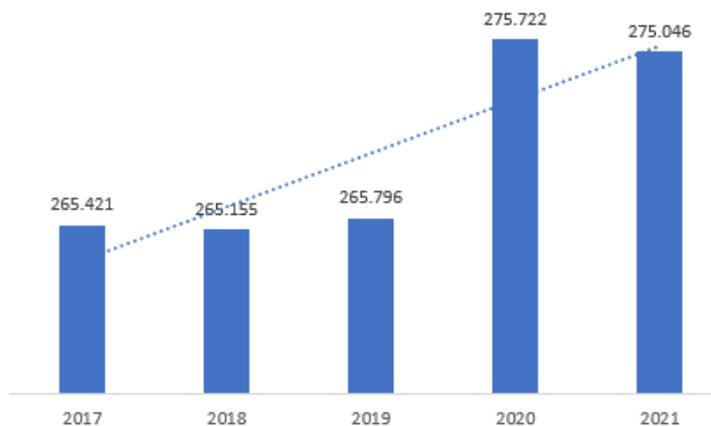
Nº de economias ativas água



Fonte: Sistema Empresarial de Informações (SEI)

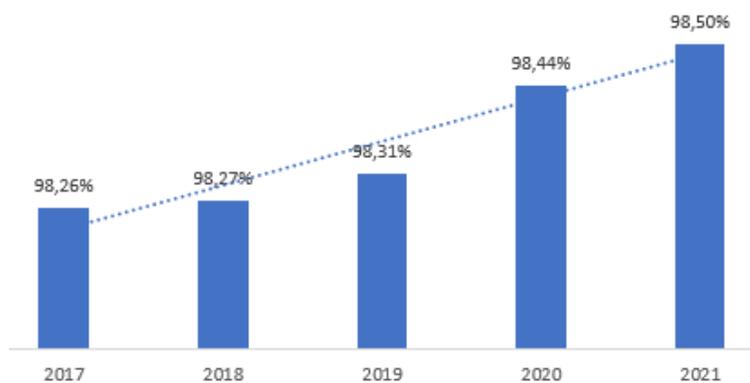
Com relação ao índice de cobertura de água, houve um crescimento de 0,06% no ano, enquanto que o volume faturado registrou uma queda de 0,25%.

Volume Faturado de Água (Em milhões de m3)



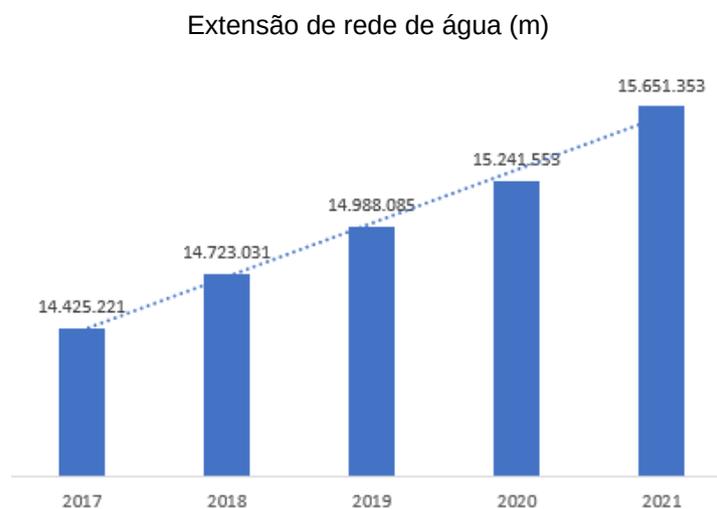
Fonte: Sistema Empresarial de Informações (SEI)

Índice de cobertura de água - Estado (%)



Fonte: Sistema Empresarial de Informações (SEI)

Buscando resultados ainda mais efetivos de crescimento e a ampliação da sua cobertura de água, a Companhia conta com 152 Estações de Tratamento de Água (ETA) e aproximadamente 15,6 mil km de rede de abastecimento de água, conforme gráfico abaixo:



Fonte: Sistema Empresarial de Informações (SEI)

## •Gestão de Perdas

Os desperdícios e as perdas são temas relevantes na Companhia, haja vista os períodos de escassez hídrica recorrentes na região. Neste sentido, uma das grandes preocupações é com a melhoria contínua do abastecimento de água, bem como desempenho operacional e comercial dos seus sistemas. Dessa forma, redução de perdas de água apresenta caráter estratégico, que ganhou ainda mais força com o advento do novo Marco e todo o desdobramento normativo ulterior.

A Cagece identifica e trata as perdas considerando os dois tipos:

- São perdas físicas de água, decorrentes de vazamentos na rede de distribuição e extravasamentos em reservatórios.
- Este tipo de perda impacta a disponibilidade de recursos hídricos superficiais e os custos de produção de água tratada

**PERDAS  
REAIS**



- São perdas não físicas, decorrentes de submedição nos hidrômetros, fraudes e falhas do cadastro comercial.
- A água é consumida, porém não é faturada pela empresa de saneamento.

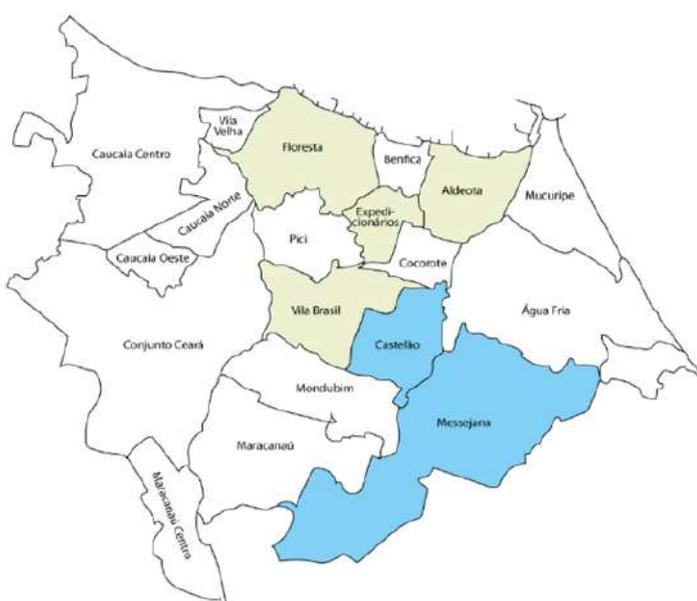
**PERDAS  
APARENTES**



Para alcançar o nível de eficiência necessário, a Cagece vem adotando medidas contínuas de combate à fraudes, pesquisa e retirada de vazamentos, submedição, ligações clandestinas e gerenciamento de pressões.

A Cagece vem intensificando seu investimento para reduzir as perdas, atualmente está trabalhando na implantação de Distritos de Medição e Controle (DMCs), que consiste na divisão de setores de abastecimento em áreas operacionais menores, para maior controle de pressão e vazão, permitindo o diagnóstico de problemas no abastecimento e perdas de água.

No exercício de 2021 iniciou-se a implantação dos DMCs nos setores de abastecimento do Castelão, Messejana, em Fortaleza. Além destes, mais quatro setores de abastecimento da capital deverão ser contemplados com a implantação desses distritos nos próximos anos. São eles: Aldeota, Vila Brasil, Expedicionários e Floresta.



Setores Hidráulicos

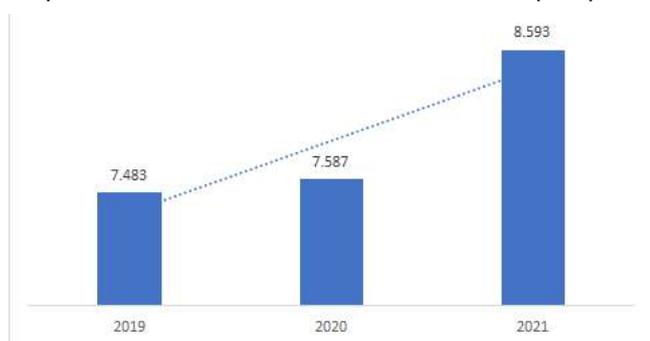
SETOR	QUANTIDADE DMCs
Messejana	20
Castelão	9
Aldeota	4
Vila Brasil	12
Floresta	23
Expedicionários	6

Fonte: Projeto DMCs

Ainda em relação às perdas reais, a Companhia possui o programa de pesquisa de vazamentos, contando diariamente com 13 equipes fixas e 4 equipes itinerantes distribuídas nas Unidades de Negócio da capital e interior, que executam varredura nas redes de abastecimento.

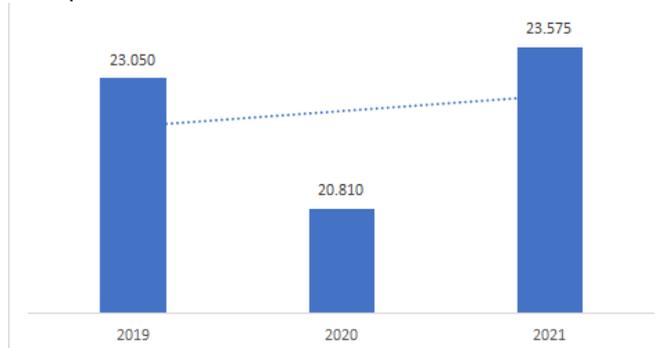
Os gráficos abaixo mostram os resultados obtidos pelo programa:

Pesquisa de Vazamentos - Extensão de rede pesquisada



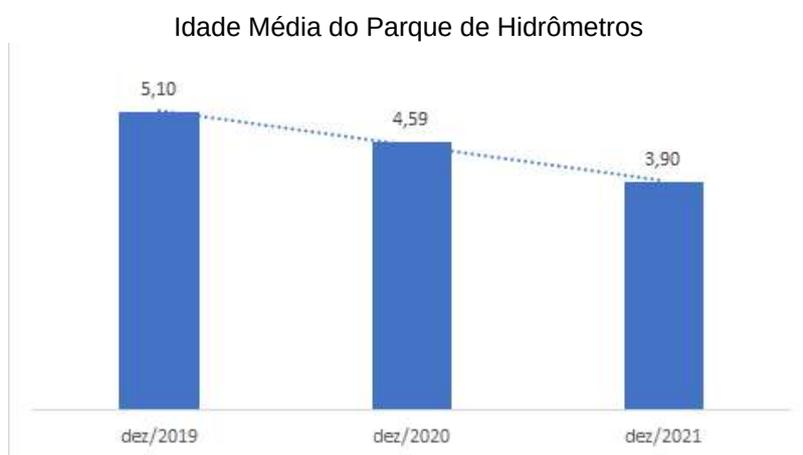
Fonte: Gerência de Combate às Perdas de Água

Pesquisa de Vazamentos - Vazamentos encontrados



Fonte: Gerência de Combate às Perdas de Água

Com relação às perdas aparentes, a Cagece atua no combate às fraudes e na renovação do seu parque de hidrômetros. Com foco na redução das perdas e no aumento do faturamento, a gestão da renovação e da redução da idade média dos hidrômetros da Companhia possui ações contínuas e como resultado vem reduzindo ao longo dos anos a idade média, em 2021 alcançou um resultado de menos de 4 anos, conforme histórico abaixo:



Fonte: Gerência de Combate às Perdas de Água



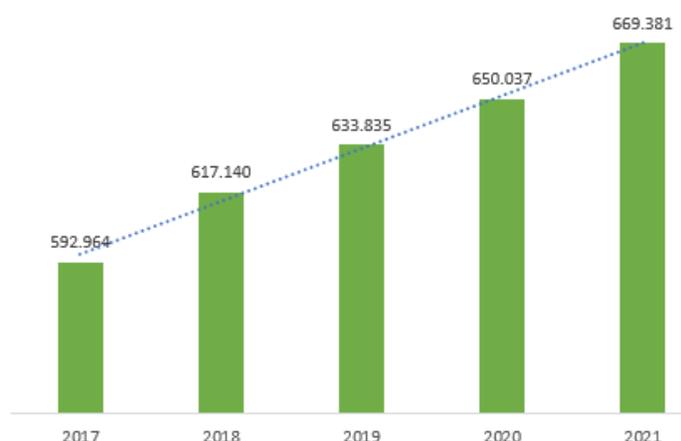
Laboratório de Hidrometria da Cagece

## 7.2 ESGOTO

O esgotamento sanitário é essencial para melhorar a condição de vida e saúde da população, por meio de combate a doenças de veiculação hídrica, além de ser um dos fatores mais relevantes de proteção ambiental, ao mitigar o lançamento de dejetos em rios e córregos. Ciente da importância desse negócio, a Companhia investe de forma contínua na ampliação e modernização do sistema de coleta e tratamento de esgoto.

O número de ligações ativas de esgoto em 2021 foi 2,98% superior ao ano anterior, representando um incremento de 19.344 ligações. Em se tratando de economias ativas de esgoto, houve um crescimento de 20.403 economias, correspondendo a 2,43%, em relação à 2020.

Nº de ligações ativas esgoto



Fonte: Sistema Empresarial de Informações (SEI)

Nº de economias ativas esgoto



Fonte: Sistema Empresarial de Informações (SEI)

A Companhia apresentou um crescimento de 2,79% com relação ao volume faturado de esgoto em 2021, contudo observa-se que a cobertura apresentou uma queda de 0,07%.

Volume Faturado de Esgoto (Em milhões de m3)



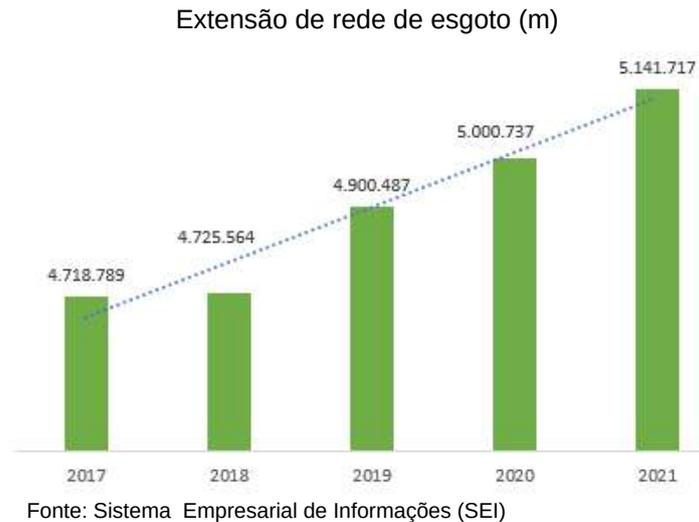
Fonte: Sistema Empresarial de Informações (SEI)

Índice de cobertura de esgoto - Estado (%)



Fonte: Sistema Empresarial de Informações (SEI)

Alinhada a meta de universalização, a Companhia ampliou a rede de coleta de esgoto, que apresentou crescimento de 2,82%, alcançando 5,1 mil km de extensão em 2021.



A Companhia empreende esforços no sentido de ampliar a cobertura de esgoto em todo Estado, contudo ainda se depara com o grande desafio sobre as ligações de água e esgoto ociosas. Nesse sentido, cabe destacar a atuação da equipe social da Cagece em áreas de baixa renda a fim de conscientizar a população sobre os benefícios ambientais, sociais e de qualidade de vida gerados a partir da adesão, em especial, ao esgotamento sanitário.



## 7.3 ESTRUTURA TARIFÁRIA

Atualmente são praticadas na Companhia oito tipos de tarifas: Residencial Social, Residencial Popular, Residencial Normal, Comercial Popular, Comercial II, Industrial, Pública e Entidade Filantrópica, de acordo com o tipo de economia/categoria. A finalidade dessa estrutura é subsidiar a tarifa paga pelos clientes com menor poder aquisitivo e incentivar o consumo consciente, evitando assim o desperdício da água tratada, alinhada as práticas de sustentabilidade.

A estrutura tarifária, depois de aprovada pela Diretoria Executiva da Cagece, é submetida à ARCE, que define a metodologia e os procedimentos para realização das revisões tarifárias e reajustes anuais dos serviços de água e esgotamento sanitário da Cagece.

A revisão do valor médio das tarifas acontece a cada 04 anos e os reajustes são anuais entre as revisões quadrienais, tendo como data base o 1º dia do mês de maio. Maiores informações podem ser obtidas na Resolução da ARCE nº 274/20.

Em 2021, a referida agência aprovou revisão de 6,69% para as tarifas de água e esgoto praticadas pela empresa. Com a aplicação do percentual, a partir de janeiro de 2022, a tarifa passa ser de R\$ 4,92/m<sup>3</sup> (quatro reais e noventa e dois centavos por metro cúbico). Essa tarifa leva em consideração o aumento nos custos e a necessidade de continuar garantindo o equilíbrio econômico-financeiro da empresa, a operação dos sistemas, bem como manutenção e expansão e melhoria dos serviços prestados à população.

Em 2015, através da Resolução nº 201/2015 e alterada pela Resolução nº 212/16, ambas emitidas pela ARCE, e a Nota Técnica da Agência de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental (ACFOR) inscrita sob Processo nº 003/15 - SUP, foi aprovado a implantação da Tarifa de

Contingência (TC) em Fortaleza e nos municípios da Região Metropolitana que tem como objetivo estimular a redução do consumo de água nessas áreas.

Os recursos arrecadados por meio da TC são destinados exclusivamente para ações e obras relacionadas à segurança hídrica.

Dentre as ações realizadas com os recursos da tarifa de contingência, estão: combate às fraudes na rede de água, incremento nas operações e nas equipes de retirada de vazamentos, busca e consolidação de novas fontes alternativas de água, melhorias nos sistemas de abastecimento, implantação de um sistema de captação pressurizada na ETA Gavião, entre outros.

Sendo assim, a Cagece reforça o compromisso com a população cearense no que diz respeito ao abastecimento humano e atua com a transparência necessária, disponibilizando dados relativos a aplicação dos recursos arrecadados com a tarifa.

Um sólido cenário de regulação, aliada a uma gestão eficiente dos custos, permite a Cagece manter a 10ª tarifa mais barata do Brasil, de acordo com o Diagnóstico do SNIS 2021, referente ao ano de 2020.





## 8. ESTRATÉGIA DE EXPANSÃO

A Companhia possui um processo efetivo de planejamento de investimentos de curto, médio e longo prazos, que considera as necessidades das suas unidades de negócio e as metas previstas nos planos municipais de saneamento básico, mas, sempre com o foco principal na universalização da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Considerando o cenário atual do país e dada a necessidade de atingimento das referidas metas do Marco Legal do Saneamento, as empresas do setor estão sendo compelidas a fazer novos investimentos e o mercado de capitais se configura como uma alternativa adicional às captações tradicionais junto a Bancos e Organizações Multilaterais.

Nesse sentido, a Cagece realizou sua primeira emissão de debêntures em março de 2021 no total de R\$ 775,99 milhões em duas séries, sendo a primeira no valor de R\$ 260 milhões com vencimento em 2026 e a segunda no valor de R\$ 515,99 milhões com vencimento em 2029. Os recursos obtidos pela Companhia por meio da integralização das supracitadas debêntures são destinados a projetos de expansão e melhoria de eficiência operacional.

Em 2021, o valor total de investimento foi R\$ 351,3 milhões, destaque-se, obras de expansão e melhorias de sistemas de água e esgotamento sanitário. Destes 240,4 milhões com recursos próprios, 69,6 milhões com recursos onerosos e R\$ 41,2 milhões com recursos não onerosos.

As iniciativas no mercado de capitais, bem como as captações tradicionais junto a órgãos de fomento, são extremamente importantes para viabilizar as ações necessárias à universalização e melhoria dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, contribuindo para o crescimento sustentável da Companhia e o alcance da sua visão de futuro.

## 8.1 PLANO DE INVESTIMENTOS

O Plano de Investimentos Corporativo da Cagece para o período 2022 a 2026 contempla os investimentos com recursos oriundos de captações de recursos financeiros junto ao mercado de capitais; financiamentos com instituições financeiras; repasses dos governos federal e estadual; além dos recursos próprios e recursos provenientes da tarifa de contingência, destinados às melhorias operacionais, com ênfase na redução de perdas, e expansão dos sistemas de água e esgoto.

Plano de Investimentos (2022 - 2026)

ANO	2022	2023	2024	2025	2026	TOTAL
CAPEX*	1.002	1.016	983	843	833	4.677

\*Valores em R\$ Milhões

Fonte: Plano de Gestão Estratégica e de Negócios 2022 a 2026.

Dentre os investimentos previstos, destacam-se os seguintes:

- Implantação das Sub-Bacias de Esgotamento Sanitário CE7/CE8/CE9/ETE Cocó no município de Fortaleza;
- Substituição do Parque de Hidrômetros da Cagece;
- Ampliação das Sub-Bacias de Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) de Fortaleza (CD-1, CD-2 E CD-3 - Meta 2);
- Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) Integrado de Horizonte, Pacajus e Chorozinho;
- Instalação de Distritos de Medições e Controles (DMCs) e Melhorias no Sistema de Reservação de Juazeiro do Norte;

- Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) do Conjunto Palmeiras e Planalto Palmeira no município de Fortaleza;
- Implantação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) e Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) de Cumbuco no município de Caucaia;
- Controle e Redução de Perdas na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) por Setores (01 a 06);
- Remanejamento de Parte do Interceptor Leste (Trecho Sefaz-EPC) no município de Fortaleza;
- Ampliação e Melhorias dos Sistemas de Abastecimento de Água no município de Maracanaú;
- Melhorias na Adutora do município de Tauá;
- Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) no município de Caucaia Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) e Sistema de Abastecimento de Água (SAA) de Jericoacoara;
- Ampliação e Melhorias do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) no município de Maracanaú;
- Execução do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) das Sub-bacias CE4, CE5 e CE6 no município de Fortaleza;
- Interligação do Reservatório Apoiado do Taquarão aos Sistema de Abastecimento de Água (SAA) nos municípios de Maranguape e Maracanaú;
- Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) no município de Redenção;
- Implantação Sistema de Abastecimento de Água (SAA) e Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) Preá no município de Cruz;
- Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) no município de Campos Sales;
- Implantação dos Distritos de Medição e Controles (DMC'S) (Messejana e Castelão) no município de Fortaleza;

## **8.2 INVESTIMENTO COM TARIFA DE CONTINGÊNCIA**

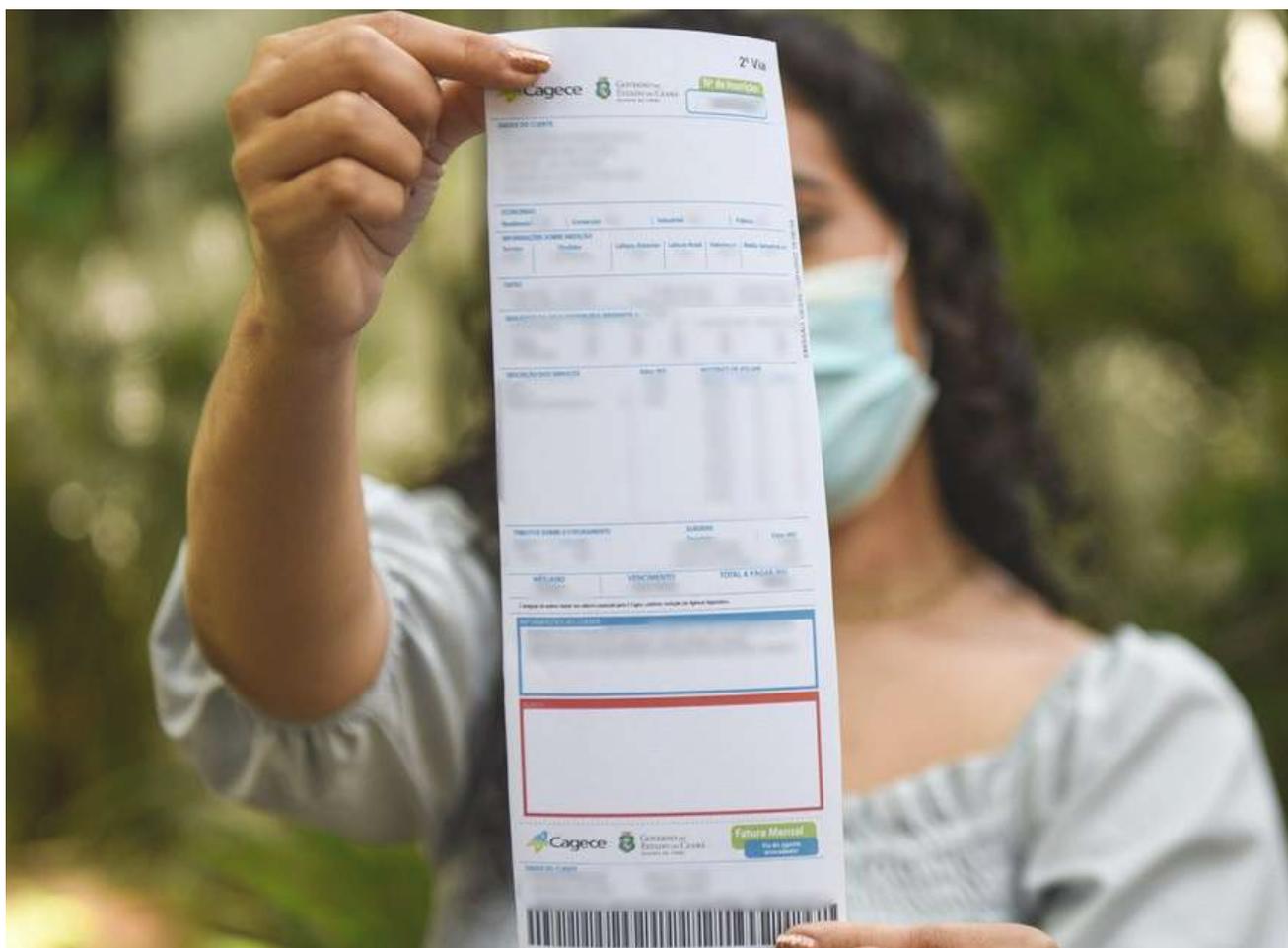
Os recursos faturados com a Tarifa de Contingência (TC) em 2021 foram de R\$ 147 milhões, investidos em projetos para reduzir as perdas de água e garantir a segurança hídrica para o Estado, que compõem um plano de aplicação da TC, submetido à aprovação e acompanhamento das agências reguladoras.

Dentre as principais utilizações de recursos no ano de 2021 podemos destacar:

- Aquisição e substituição de hidrômetros;
- Ampliação das equipes para resolução de vazamentos;
- Implementação de sistemas de reutilização de água e aumento da lavagem de filtros;
- Aumento das equipes de cobrança e combate a fraudes;

Em 2021 foram aplicados R\$ 66,8 milhões, sendo R\$ 44,6 milhões em Ressarcimento de despesas e R\$ 22,2 milhões em projetos de Investimentos.

Com a isenção da cobrança das tarifas de água e esgoto, assim como da tarifa de contingência para os clientes de padrão básico e do segmento de bares e restaurantes e similares, as agências reguladoras do Estado autorizaram a utilização de R\$ 37,9 milhões da TC como compensação da perda de arrecadação de água e esgoto. Ao todo foram aplicados aproximadamente R\$ 104,7 milhões de recursos da tarifa no ano de 2021.





# 9. GESTÃO AMBIENTAL



No ano de 2021, foi realizado o I Simpósio Interno de Sustentabilidade da Cagece com o tema "Análise da situação atual e propostas para o futuro". O evento, realizado de forma virtual, uniu gestores, superintendentes e diretores da Companhia com o objetivo de identificar as lacunas hoje existentes na empresa em relação às práticas de sustentabilidade e, a partir desse diagnóstico, propor as diretrizes, planos, programas e metas, baseadas nas melhores práticas mundiais.

Foram abordadas temáticas relacionadas às expectativas do mercado e da sociedade quanto à sustentabilidade, resíduos sólidos, resultados dos indicadores do relatório de sustentabilidade da Companhia e dos indicadores Ethos.

Ainda no referido ano, foi revisada a Política Ambiental da Cagece (PAC), que estabelece um conjunto de diretrizes, princípios e práticas ambientais com o propósito de preservar o meu ambiente e contribuir para a sustentabilidade da Companhia.

A PAC é aplicável a todas as áreas e colaboradores da Cagece, devendo os programas, projetos, estudos, ações, atividades, intervenções, obras, reformas e tomadas de decisão, independente da área ou do nível hierárquico, estarem alinhados às diretrizes e princípios elencados no referido documento.



***A Cagece reconhece a importância do meio ambiente para a sua sustentabilidade e para o futuro da humanidade***

DIRETRIZES	PRINCÍPIOS	TEMAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir o atendimento à legislação vigente e demais compromissos ambientais</li> <li>• Reduzir o impacto dos efluentes, da população e de rejeitos no meio ambiente;</li> <li>• Mitigar impactos ambientais;</li> <li>• Promover a proteção e educação ambiental;</li> <li>• Promover o uso racional de recursos naturais;</li> <li>• Promover a conscientização e o engajamento dos colaboradores;</li> <li>• Melhorar continuamente o desempenho ambiental.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ecoeficiência;</li> <li>• Economia circular;</li> <li>• Inovação;</li> <li>• Intersetorialidade;</li> <li>• Neutralidade climática;</li> <li>• Prevenção e Prevenção;</li> <li>• Química Verde;</li> <li>• Razoabilidade e Proporcionalidade;</li> <li>• Ética e transparência;</li> <li>• Respeito às diversidades;</li> <li>• Visão Sistêmica;</li> <li>• Melhoria contínua da qualidade ambiental;</li> <li>• Sustentabilidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão de Resíduos Sólidos;</li> <li>• Reúso e Reciclagem de Águas;</li> <li>• Uso racional de água e energia;</li> <li>• Emissão de gases de efeito estufa;</li> <li>• Padrão de qualidade;</li> <li>• Educação Ambiental e Sanitária;</li> <li>• Gestão ambiental.</li> </ul>

Fonte: Política Ambiental da Cagece

A Companhia fomenta diversas ações alinhadas às diretrizes ambientais no âmbito federal, estadual e municipal, especificamente na observância ao arcabouço normativo que envolve o setor de saneamento.

No contexto do uso de energia limpa e renovável, a Cagece gerou em 2021 119,8 MWh a partir de uma planta solar fotovoltaica de 74,25 kWp, proporcionando também redução no consumo de energia elétrica do mercado tradicional e, conseqüentemente, da emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE). Outros detalhes deste projeto podem ser vistos no ítem 11.2.2 - Projeto de Matriz Energética.

Nos últimos anos, a Cagece tem investido no reúso industrial, o que resultou na criação de duas Sociedades de Propósito Específico (SPE), uma para atuar no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), Utilitas Pecém, e outra para atuar no eixo industrial dos municípios de Pacajus e Horizonte, VSA Pacajus. Em 2021, já foram obtidas as licenças ambientais do projeto de reúso de Pacajús e Horizonte para início das obras em fevereiro de 2022, com investimento na ordem de R\$ 51 milhões e previsão de início de operação no primeiro trimestre de 2023. O reúso industrial possibilitará o aumento de estoque de água superficial para consumo humano e, ao mesmo tempo, reduzirá o lançamento de efluente nos corpos hídricos da região.

Vale destacar, ainda, a participação da Cagece na Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), com representantes de áreas estratégicas da empresa, que criam e acompanham ações nos eixos temáticos referentes ao uso Responsável dos Recursos Naturais e ao Gerenciamento de Resíduos Sólidos. A coordenação dessas ações visa incorporar junto aos colaboradores do setor público boas práticas ambientais.

A Cagece tem se inserido continuamente nas diretrizes do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Entre as ações implementadas estão: adesão ao Programa de Coleta Seletiva Solidária do Governo do Estado, coleta seletiva de lixo, implantação da logística reversa, entrega dos resíduos recicláveis para cooperativas de catadores, descontaminação e coprocessamento dos resíduos perigosos, realização de ações de educação ambiental com os colaboradores da empresa.

Em 2021, foram doados 11.747 kg de materiais recicláveis (papel, plástico, metal, vidro) para as Cooperativas de Catadores de Resíduos Recicláveis. Quanto aos resíduos perigosos, 1.533 unidades de lâmpadas fluorescentes foram coletadas, descontaminadas e destinadas para empresas devidamente licenciadas. Os resíduos provenientes de atividades desenvolvidas nos laboratórios, em oficinas mecânicas e nos serviços de manutenção (EPIs, materiais contaminados com óleo e graxa/tinta) totalizaram 1,63 toneladas, tendo como destinação final o coprocessamento. Além disso, foram destinados à logística reversa 69,3 kg de embalagens de óleo lubrificantes e 54 unidades de pneus inservíveis. Foi investido no referido exercício aproximadamente R\$ 11,5 mil com serviço de coleta/transporte/destinação de resíduos perigosos gerados.

A Cagece, por meio da Unidade de Negócio da Bacia da Serra da Ibiapaba (UNBSI), desenvolve, desde 2014, a compostagem de lodo gerado na Estação de Tratamento de Água (ETA) Jaburu, em Tianguá.





O composto produzido é usado para o cultivo de mudas nativas em um viveiro florestal de 192 m<sup>2</sup> com capacidade estimada para receber 50.000 mudas.

A produção de mudas, a partir da compostagem do lodo, tem possibilitado a arborização das próprias estações de tratamento da Companhia, como por exemplo as do município de Graça, Pacujá, Pires Ferreira, Mucambo e Croatá da Serra. Na Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de Croatá foi possível o reflorestamento de uma área de 2.500 m<sup>2</sup> e a implantação de uma cortina verde que utiliza mudas de quatro espécies nativas. Outra destinação das mudas produzidas é a sua doação a prefeituras e lideranças comunitárias com intuito de arborizar e reflorestar áreas públicas. Só no segundo semestre de 2021, foram doadas 180 mudas, que beneficiaram a Prefeitura Municipal de Guaraciaba do Norte, Faculdade Ieducare, Prefeitura de Carnaubal e a Prefeitura de São Benedito.

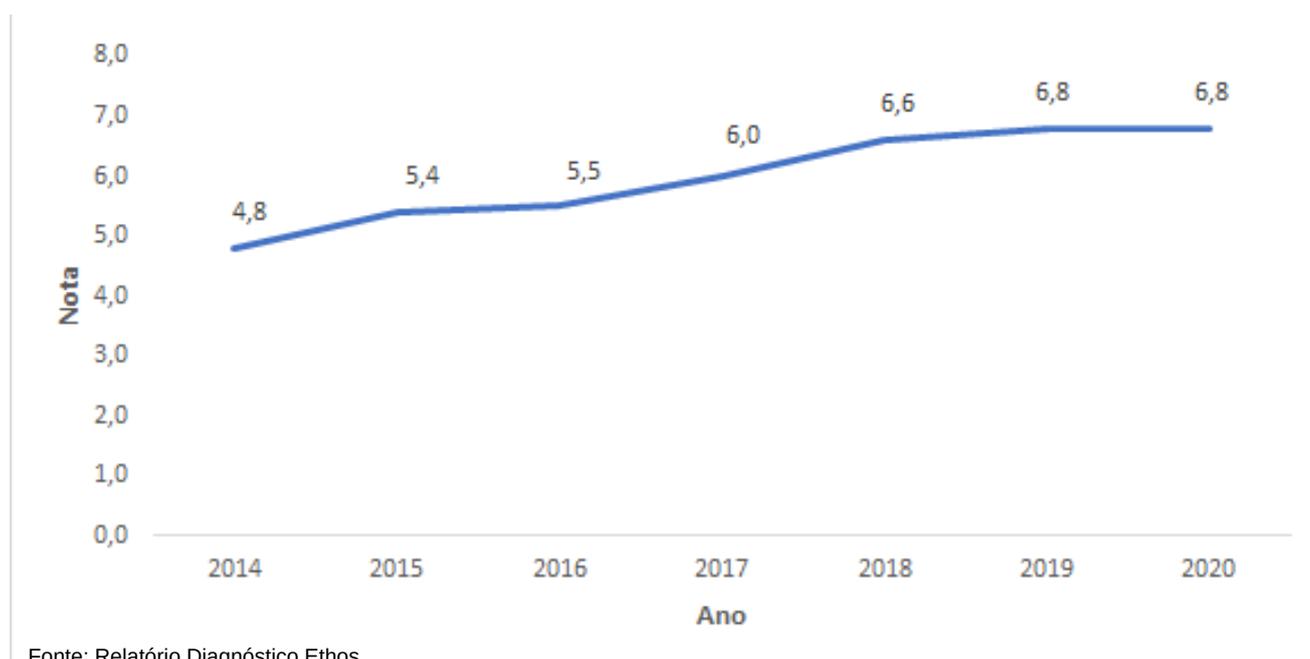
Ainda na mesma região da serra da Ibiapaba, atividades de educação ambiental também são continuamente desenvolvidas. São promovidas visitas guiadas à área do viveiro de mudas e área de rustificação (processo de melhoria das características físicas e fisiológicas de mudas). Desde de 2019, os visitantes também podem percorrer uma trilha ecológica de aproximadamente um quilômetro de extensão, que contempla uma paisagem repleta de árvores nativas, como Ipê, Jatobá, Gameleira, Ameixa Silvestre, Pau Marfim, Murici, Birindiba, Espinheiro, Faveira, Mucunã, que se encontra localizada na Estação de Tratamento de Esgoto São Gonçalo em Tianguá.

Outro importante papel desempenhado pela Cagece é a sua participação como membro de 17 conselhos e comitês de gestão de Áreas de Proteção Ambiental, no Estado do Ceará, com o intuito de contribuir para discussão e desenvolvimento de projetos e ações voltadas para sustentabilidade.

De forma a minimizar os impactos ambientais de suas implantações e operações, por meio do cumprimento de medidas mitigadoras e compensatórias determinadas pelos órgãos ambientais responsáveis, a Cagece buscar regularizar as outorgas e licenciamento ambiental de seus empreendimentos. Em 2021, mesmo diante de um cenário pandêmico, a empresa conseguiu manter todas as licenças ambientais já concedidas nos anos anteriores e ainda obteve um acréscimo de 25% de novos licenciamentos.

O desempenho da Companhia referente à temática de sustentabilidade e responsabilidade social é acompanhado por meio do autodiagnóstico dos indicadores Ethos, ferramenta de gestão que permite aferir o quanto as práticas socioambientais e de responsabilidade social estão incorporadas em seu negócio. As dimensões avaliadas são: Governança e Gestão, Visão Estratégica, Ambiental e Social. No último diagnóstico disponibilizado pelo Instituto Ethos de Empresas em 2021, referente ao ano de 2020, a Companhia obteve uma nota de 6,8, numa escala de 0 a 10, não atingindo a meta estabelecida para o ano de 7,4, contudo, ao longo dos anos, evidencia-se uma evolução nesse indicador, conforme gráfico abaixo:

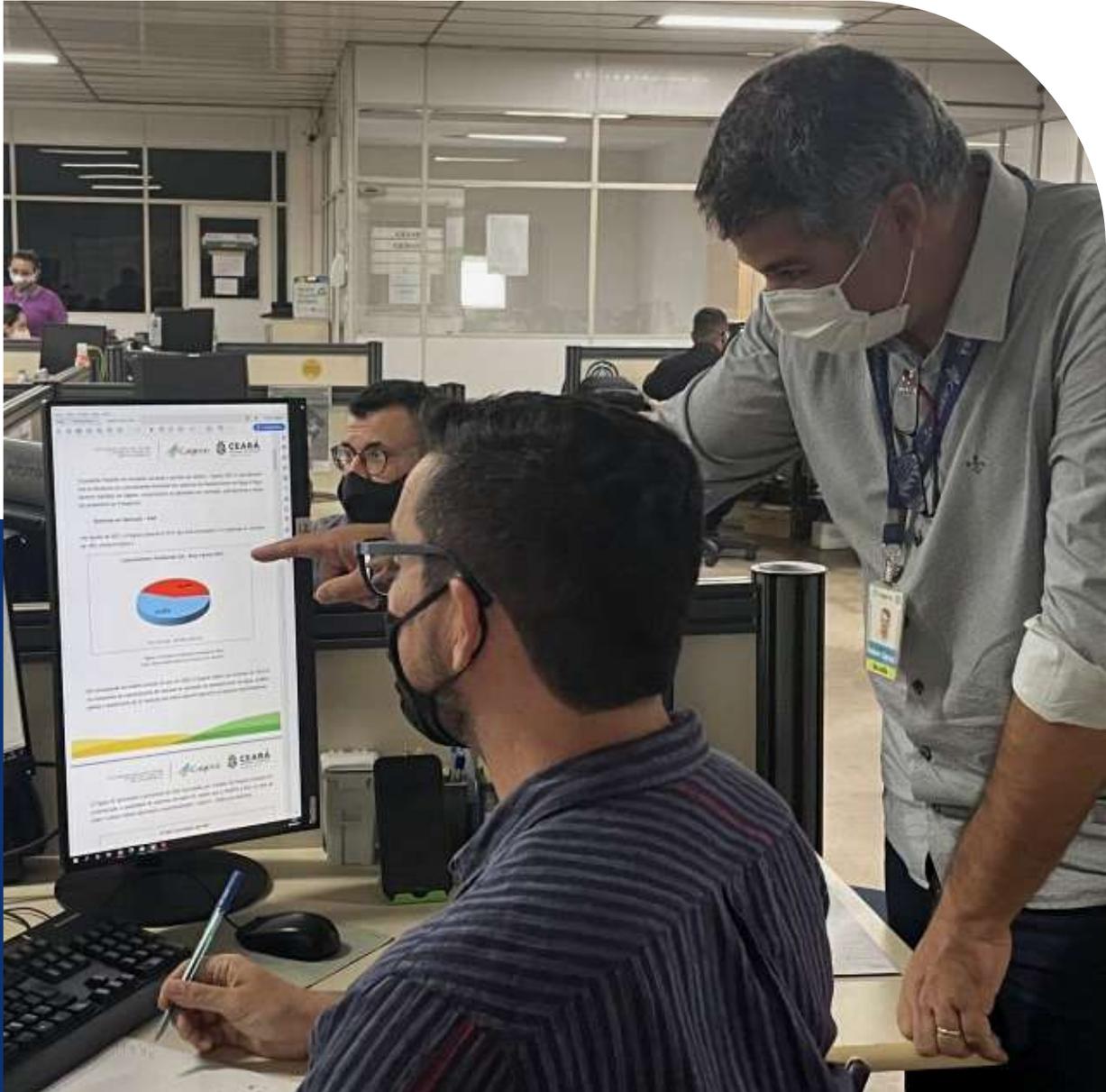
Diagnóstico Ethos Ciclo 2014 - 2020



A fim de fortalecer as suas práticas ambiental, social e de governança, a Companhia publica anualmente o Relatório de Sustentabilidade.

Por mais um ano a Cagece reporta os seus resultados e desafios no referido relatório seguindo a metodologia da Global Reporting Initiative (GRI) e com base nas diretrizes de Relato Integrado do International Integrated Reporting Council (IIRC) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

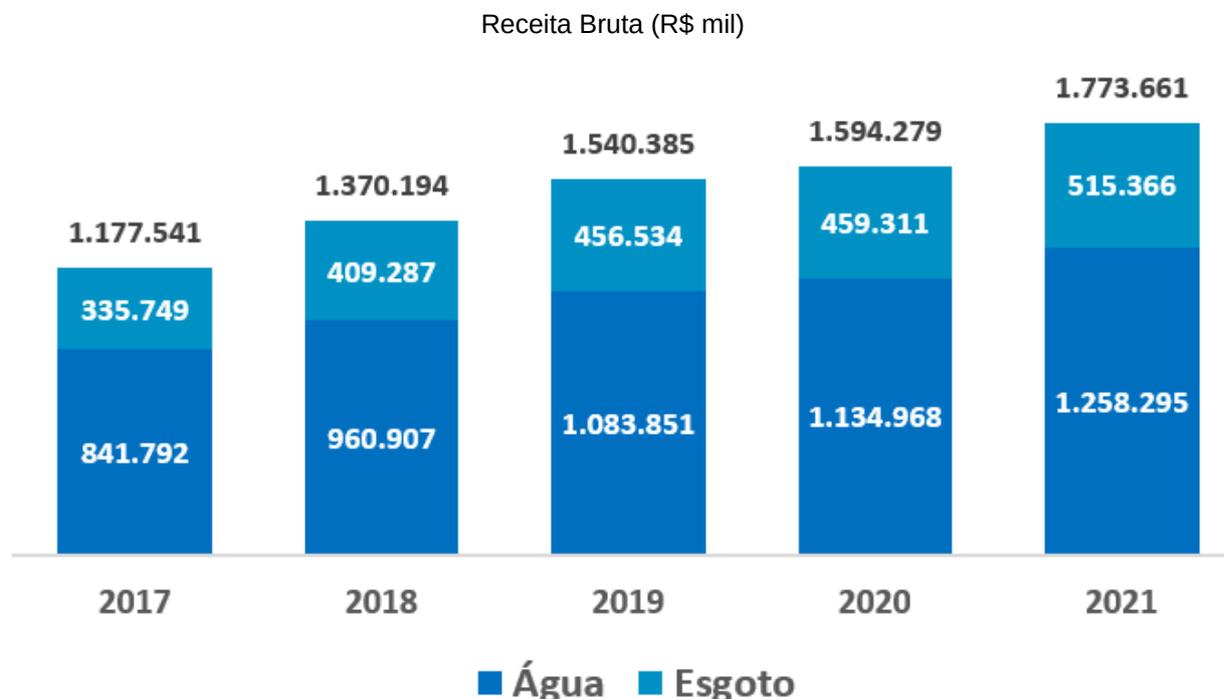
Diversos temas são abordados no Relatório, como responsabilidade ambiental, relacionamento com as pessoas e comunidades, compromisso com o desenvolvimento sustentável, governança corporativa, gestão de riscos, dentre outros, estando o referido documento disponível ao público, na íntegra, no site institucional da Companhia.



# 10. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

# 10.1 RECEITA BRUTA E RECEITA LÍQUIDA

A Receita Bruta da Companhia ao longo dos últimos 5 anos apresentou um crescimento médio anual (CAGR\*) de 10,8%, atingindo R\$ 1.773,7 milhões em 2021.



Obs: As Receitas de Construção foram desconsideradas da análise pelo efeito nulo no resultado.

\*CAGR – Compound Annual Growth Rate

Fonte: Demonstrações Financeiras 2021

Receita Bruta e Receita Líquida (em R\$ mil)

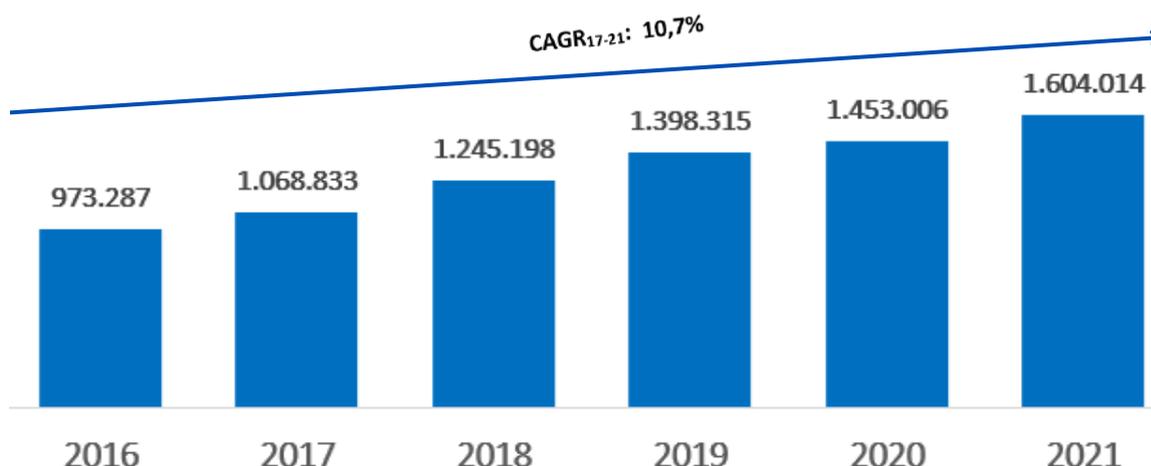
Descrição	2021	% AV	2020	% AV	% AH 2021 x 2020	Var. Abs 2021 x 2020	AH -%RL
<b>Receita Bruta</b>	<b>1.773.661</b>	<b>110,6%</b>	<b>1.594.279</b>	<b>109,7%</b>	<b>11,3%</b>	<b>179.382</b>	<b>0,9 p.p.</b>
Serviços de Água	1.258.295	78,4%	1.134.968	78,1%	10,9%	123.327	0,3 p.p.
Serviços de Esgoto	515.366	32,1%	459.311	31,6%	12,2%	56.055	0,5 p.p.
<b>Deduções</b>	<b>-169.647</b>	<b>-10,6%</b>	<b>-141.273</b>	<b>-9,7%</b>	<b>20,1%</b>	<b>-28.374</b>	<b>-20,3 p.p.</b>
Impostos (PIS / COFINS)	-169.647	-10,6%	-141.273	-9,7%	20,1%	-28.374	-20,3 p.p.
<b>Receita Líquida</b>	<b>1.604.014</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.453.006</b>	<b>100,0%</b>	<b>10,4%</b>	<b>151.008</b>	<b>NA</b>

Fonte: Demonstrações Financeiras 2021

No comparativo 2021 versus 2020, a Receita Bruta apresentou um crescimento de 11,3% em relação ao ano anterior, decorrente principalmente do efeito do aumento da tarifa média efetiva consolidada de 12,24% autorizada pela Agência Reguladora do Estado do Ceará (ARCE) em 2020, com impacto efetivo no faturamento a partir de fevereiro de 2021.

Já a Receita Líquida em 2021 atingiu R\$ 1.604,0 milhões, 10,4% superior à obtida em 2020. No gráfico a seguir é possível observar o crescimento médio anual de 10,7% da Receita Líquida da Companhia ao longo dos últimos 5 anos.

## Receita Líquida (R\$ mil)



Fonte: Demonstrações Financeiras 2021

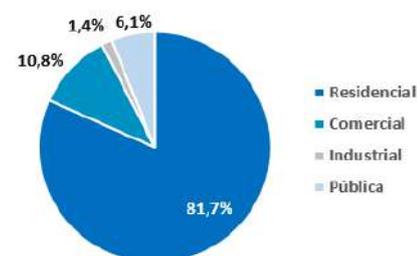
No comparativo 2021 versus 2020, a Receita Bruta de Água registrou acréscimo de 10,9%, com expansão em todas as categorias. A categoria “Residencial”, que representou 81,7% do total da rubrica em 2021, apresentou um crescimento de 10,2%, enquanto que as demais categorias em conjunto (“Comercial”, “Industrial” e “Pública”) obtiveram um incremento de 14,0% devido ao retorno gradual da normalidade das atividades econômicas ao longo do ano. No quadro a seguir é apresentada uma abertura da rubrica por categoria:

### Receita Bruta dos Serviços de Água (em R\$ mil)

Categoria	2021	% AV	2020	% AV	% AH 2021 x 2020	Var.Abs 2021 x 2020
Residencial	1.028.208	81,7%	933.165	82,2%	10,2%	95.043
Comercial	135.315	10,8%	119.030	10,5%	13,7%	16.285
Industrial	18.078	1,4%	15.202	1,3%	18,9%	2.876
Pública	76.695	6,1%	67.571	6,0%	13,5%	9.124
<b>Total</b>	<b>1.258.295</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.134.968</b>	<b>100,0%</b>	<b>10,9%</b>	<b>123.327</b>

Fonte: Demonstrações Financeiras 2021

### Receita Bruta de Água - 2021



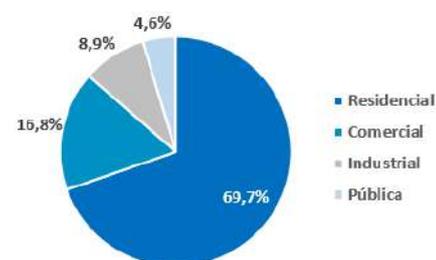
A Receita Bruta de Esgoto aumentou 12,2% em relação a 2020 em função do crescimento em todas as categorias, seguindo o mesmo racional apresentado para Receita Bruta de Água, com destaque para o incremento de 11,8% na categoria “Residencial”, responsável por 69,7% do total da rubrica, conforme quadro abaixo:

### Receita Bruta dos Serviços de Esgoto (em R\$ mil)

Categoria	2021	% AV	2020	% AV	% AH 2021 x 2020	Var.Abs 2021 x 2020
Residencial	358.985	69,7%	321.230	69,9%	11,8%	37.755
Comercial	86.576	16,8%	77.024	16,8%	12,4%	9.552
Industrial	46.034	8,9%	40.089	8,7%	14,8%	5.945
Pública	23.771	4,6%	20.968	4,6%	13,4%	2.803
<b>Total</b>	<b>515.366</b>	<b>100,0%</b>	<b>459.311</b>	<b>100,0%</b>	<b>12,2%</b>	<b>56.055</b>

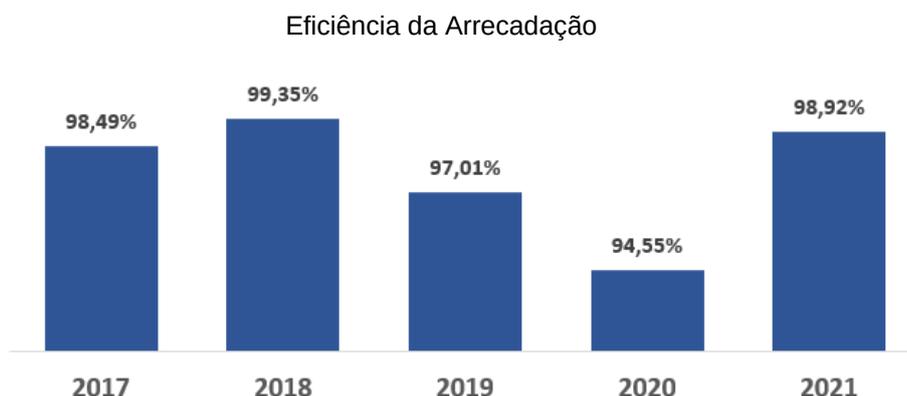
Fonte: Demonstrações Financeiras 2021

### Receita Bruta de Esgoto - 2021



## 10.2 EFICIÊNCIA DA ARRECADAÇÃO

A eficiência da arrecadação dos serviços representa para Companhia a possibilidade de crescimento sustentável, garantia de retorno das receitas e geração de caixa. No ano de 2021 o índice de eficiência de arrecadação da Cagece foi positivamente impactado pelo retorno gradual das atividades, apesar da pandemia da COVID-19. No comparativo de 2021 versus 2020, este índice teve um aumento de 4,37 pontos percentuais, chegando a 98,92% em 2021.



Fonte: Demonstrações Financeiras 2021

## 10.3 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2021	% AV	2020	% AV	% AH	Var.Abs
Insumos	267.222	16,7%	232.658	16,0%	14,9%	34.564
Serviços	431.837	26,9%	374.994	25,8%	15,2%	56.843
Pessoal	309.130	19,3%	283.322	19,5%	9,1%	25.808
D&A	148.441	9,3%	139.239	9,6%	6,6%	9.202
Materiais	24.348	1,5%	20.301	1,4%	19,9%	4.047
Custos gerais	15.852	1,0%	9.978	0,7%	58,9%	5.874
Concessão	14.083	0,9%	13.039	0,9%	8,0%	1.044
PECLD	36.958	2,3%	57.238	3,9%	-35,4%	-20.280
Despesas Gerais	10.360	0,6%	8.364	0,6%	23,9%	1.996
Causas judiciais	36.949	2,3%	28.485	2,0%	29,7%	8.464
Tributária	44.425	2,8%	51.303	3,5%	-13,4%	-6.878
Transporte	4.247	0,3%	3.744	0,3%	13,4%	503
Honorários da administração	2.765	0,2%	2.747	0,2%	0,7%	18
Outras rec./desp. Oper.	10.336	0,6%	3.540	0,2%	192,0%	6.796
<b>Total</b>	<b>1.356.953</b>	<b>84,6%</b>	<b>1.228.952</b>	<b>84,6%</b>	<b>10,4%</b>	<b>128.001</b>

Fonte: Demonstrações Financeiras 2021

Os Custos e Despesas Operacionais totalizaram R\$ 1.357,0 milhões em 2021, registrando um crescimento de R\$ 128,0 milhões (10,4%) no comparativo 2021 versus 2020 decorrente principalmente dos seguintes fatores:

I. Acréscimo de R\$ 56,8 milhões (+25,8%) na rubrica “Serviços” principalmente em virtude de:

a. Incremento nos serviços prestados por terceiros em R\$ 20,0 milhões, devido a necessidade de aumento na quantidade de colaboradores terceirizados e ao reajuste salarial previsto na convenção coletiva;

b. Ampliação dos serviços de corte e religação em R\$ 8,3 milhões, pela necessidade da regularização do quadro de adimplência, impactado pela paralisação dos mencionados serviços de abril a setembro de 2020 (devido aos Decretos Estaduais 33.519 e 33.523 de março de 2020 para medidas de combate a pandemia), além de reajuste de contrato com empresa terceirizada responsável pelos referidos serviços;

c. Aumento nos serviços de vigilância dos sistemas de água e esgoto de R\$ 3,0 milhões e serviços de manutenção de imóveis em R\$ 1,7 milhão, devido a novas contratações e reajuste dos contratos existentes;

d. Aumento nos serviços de limpeza e higiene do sistema no montante de R\$ 3,1 milhões devido a um novo serviço relacionado a desassoreamento de tubulação de esgoto em uma das unidades de negócio da Companhia, ocorrência de extravasamentos em uma das redes e intensificação de serviços de limpeza em caixa de areia;

e. aumento nos serviços de leitura e entrega de contas em R\$ 2,9 milhões justificado pelo reajuste de contrato e pela maior frequência da medição e entrega simultânea das faturas;

f. incremento nos serviços de atendimento ao cliente de R\$ 2,2 milhões devido às medidas restritivas adotadas no combate a Pandemia de Covid-19, que resultou em um crescente número de ligações para a Central de Atendimento, superando as quantidades previstas contratualmente e absorção de serviços que antes eram exclusivos do atendimento presencial;

II. A rubrica de “Insumos” registrou um incremento de R\$ 34,6 milhões (+14,9%) no comparativo anual em decorrência do:

a. Aumento nos gastos com energia de R\$ 21,6 milhões, devido ao efeito combinado do reajuste tarifário (+8,95%) e dos adicionais de bandeiras amarela, vermelha e de escassez hídrica ao longo de 2021, além de novos contratos e reajustes no mercado livre de energia;

b. Aumento de R\$ 8,9 milhões nos serviços e materiais de tratamento, impactado pelos efeitos de reajuste de contratos e aumento no contrato de manutenção de uma unidade;

c. Elevação nos gastos com água bruta no montante de R\$ 4,1 milhões, devido à alteração do mix de volume captado de água, ao reajuste tarifário que entrou em vigor a partir de fevereiro de 2021 e ao aumento no número de ligações ativas de água.

III. A rubrica “Pessoal” aumentou R\$ 25,8 milhões (+9,1%) em função principalmente do:

a. reajuste salarial aprovado em novembro de 2021, retroativo a maio do mesmo ano;

b. reconhecimento da participação nos resultados em dezembro de 2021;

c. reajuste do Plano de saúde de 2020 implementado em janeiro de 2021, com segundo reajuste referente a 2021 efetivado em abril do mesmo ano.

IV. A rubrica “D&A” apresentou um incremento de R\$ 9,2 milhões (+6,6%) decorrente principalmente de:

a. redução nos custos com depreciação e amortização no montante de R\$ 4,6 milhões no 1T20, devido a uma reclassificação de ativos relacionados com a tarifa de contingência;

b. reconhecimento do ativo financeiro de R\$ 6,5 milhões no comparativo do 4T21 x 4T20, que gera igual aumento na conta de amortização;

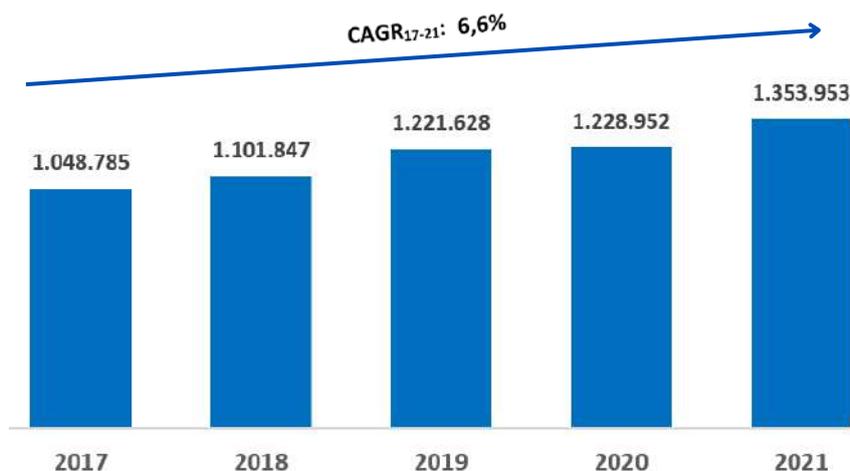
c. ajuste a valor presente de arrendamento que estorna despesa de amortização, no montante de R\$ 3,0 milhões.

V. O aumento na rubrica “Causas Judiciais” em R\$ 8,5 milhões (+29,7%) no comparativo anual foi decorrente do efeito combinado de acordo realizado em um dos processos, registrado em abril de 2021; trabalho de avaliação dos controles de contingências de depósitos judiciais, culminando em reversões de despesas, além de encerramento de processos com ganho de causa para a Cagece.

VI. A rubrica “Outras Receitas ou Despesas Operacionais” apresentou um acréscimo de R\$ 6,8 milhões (+192,0%) devido ao efeito combinado de baixa de ativos de redes e ligações com venda de inservíveis em 2021 em patamares superiores a 2020.

VII. Decréscimo de R\$ 20,3 milhões na “PECLD” (-35,4%) em virtude do retorno da PECLD ao nível de pré-pandemia. Essa normalização ocorreu em razão da reversão de contas de clientes que não tinham histórico de atraso e atrasaram contas durante a pandemia de COVID-19 e da campanha de parcelamentos de dívidas, cuja finalidade era melhorar os recebimentos de créditos que durou de maio a setembro de 2021;

DEX - Despesas de Exploração (R\$ mil)



O gráfico acima apresenta a evolução dos Custos e Despesas Operacionais para os últimos 5 anos, que registra um crescimento médio anual igual a 6,6%, inferior ao crescimento médio anual da Receita Líquida (10,7%) no mesmo período de análise.

## 10.4 RESULTADO FINANCEIRO

No ano de 2021 a Receita Financeira atingiu R\$ 110,3 milhões, enquanto a Despesa Financeira totalizou R\$ 163,9 milhões, gerando em consequência um Resultado Financeiro negativo da ordem de R\$ 53,6 milhões, inferior em R\$ 27,0 milhões à variação negativa de 2020, que totalizou R\$ 80,6 milhões. Essa variação no comparativo 2021 x 2020 foi decorrente principalmente dos seguintes efeitos:

I. Acréscimo de R\$ 41,3 milhões nas Receitas Financeiras no comparativo 2021 x 2020 devido principalmente ao: i) crescimento dos rendimentos de aplicações financeiras, juros recebidos de clientes e atualização monetária ativa, com valor consolidado de R\$ 49,3 milhões em virtude da elevação da taxa de juros e saldo de aplicações; ii) queda na variação cambial positiva em R\$ 6,7 milhões, dado o cenário do dólar no referido comparativo; iii) aumento da receita de atualização do ativo financeiro em virtude da atualização da taxa WACC;

II. Aumento de R\$ 14,3 milhões nas Despesas Financeiras no comparativo 2021 x 2020 decorrentes de: i) incremento de juros de debêntures no valor de R\$ 76,7 milhões, em função da primeira emissão realizada pela Companhia no 1S21; ii) redução da variação cambial passiva no valor de R\$ 49,6 milhões dado que a elevação do dólar em 2020 não se repetiu na mesma proporção no ano de 2021 e; iii) redução de R\$ 9,6 milhões na variação monetária passiva, em virtude da redução da base de cálculo da referida rubrica.

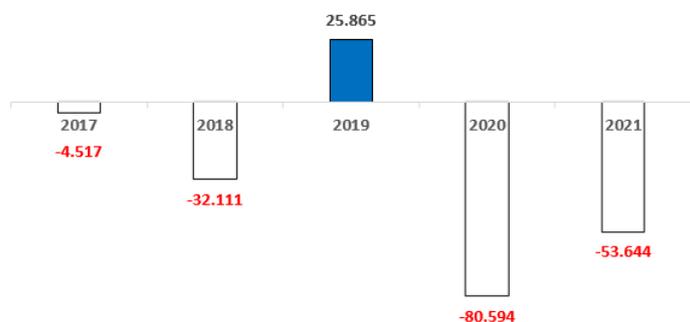
Resultado Financeiro (em R\$ mil)

Descrição	2021	% AV	2020	% AV	% AH 2021 x 2020	Var. Abs 2021 x 2020
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>110.258</b>	<b>6,9%</b>	<b>68.969</b>	<b>4,7%</b>	<b>59,9%</b>	<b>41.289</b>
Rendimentos de aplic. financeiras	49.340	3,1%	4.834	0,3%	920,7%	44.506
Receita de atualiz. do ativo financeiro	4.777	0,3%	0	0,0%	NA	4.777
Juros recebidos de clientes	18.673	1,2%	15.795	1,1%	18,2%	2.878
Atualização monetária ativa	7.862	0,5%	9.791	0,7%	-19,7%	-1.929
Juros ativos	0	0,0%	520	0,0%	NA	-520
Variação cambial ativa	33.138	2,1%	39.868	2,7%	-16,9%	-6.730
(-) PIS/Cofins s/ rec. financeira	-3.532	-0,2%	-1.839	-0,1%	92,1%	-1.693
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>-163.902</b>	<b>-10,2%</b>	<b>-149.563</b>	<b>-10,3%</b>	<b>9,6%</b>	<b>-14.339</b>
Juros de financiamentos	-21.755	-1,4%	-24.237	-1,7%	-10,2%	2.482
Debêntures	-76.674	-4,8%	0	0,0%	NA	-76.674
Juros de arrendamento	-4.461	-0,3%	-1.462	-0,1%	205,1%	-2.999
Despesa de atualização do ativo financeiro	0	0,0%	-1.748	-0,1%	NA	1.748
Incentivo à aposentadoria	-6.298	-0,4%	-7.904	-0,5%	-20,3%	1.606
Atualização monetária passiva	-3.986	-0,2%	-13.640	-0,9%	-70,8%	9.654
Variação cambial passiva	-50.706	-3,2%	-100.282	-6,9%	-49,4%	49.576
Outras	-22	0,0%	-290	0,0%	-92,4%	268
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>-53.644</b>	<b>-3,3%</b>	<b>-80.594</b>	<b>-5,5%</b>	<b>-33,4%</b>	<b>26.950</b>

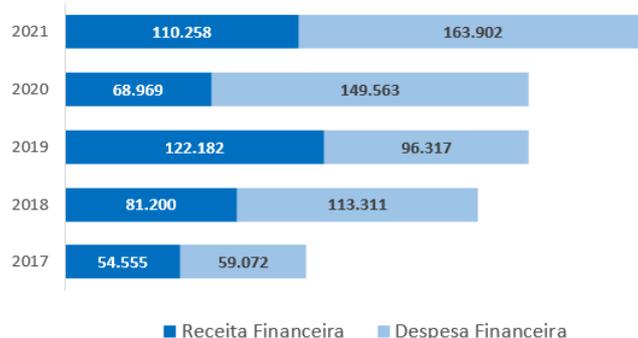
Fonte: Demonstrações Financeiras 2021

Os gráficos a seguir apresentam a evolução do Resultado Financeiro ao longo dos últimos 5 anos.

Resultado Financeiro (R\$ mil)



Receita Financeira x Despesa Financeira (R\$ mil)

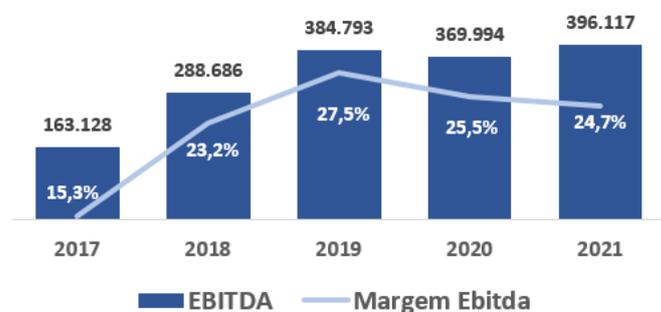


Fonte: Demonstrações Financeiras 2021

## 10.5 EBITDA E LUCRO LÍQUIDO

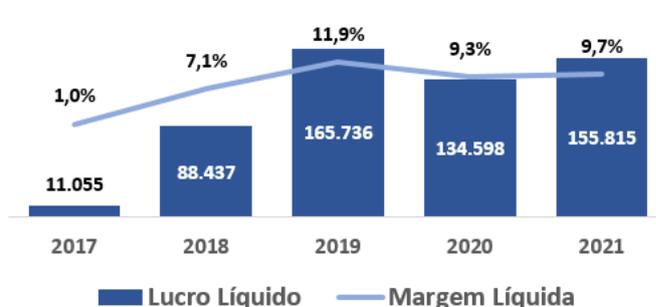
Como resultado da confrontação de Receitas, Custos e Despesas, apresentamos na sequência a evolução do Lucro Líquido, EBITDA e respectivas margens nos últimos 5 anos.

EBITDA (R\$ mil) e Margem EBITDA (%)



Fonte: Demonstrações Financeiras 2021

Lucro Líquido (R\$ mil) e Margem Líquida (%)



Fonte: Demonstrações Financeiras 2021

A seguir apresentamos o quadro comparativo 2021 x 2020 referente à apuração do EBITDA, com abordagens partindo do Lucro Líquido e da Receita Líquida, respectivamente.

Lucro Líquido e EBITDA (Em R\$ mil)

Descrição	2021	% AV	2020	% AV	% AH 2021 x 2020	Var. Abs 2021 x 2020
<b>Lucro Líquido</b>	<b>155.815</b>	<b>9,7%</b>	<b>134.598</b>	<b>9,3%</b>	<b>15,8%</b>	<b>21.217</b>
( - ) IRPJ/CSLL	38.217	2,4%	8.862	0,6%	331,2%	29.355
( - ) Resultado Financeiro	53.644	3,3%	80.594	5,5%	-33,4%	-26.950
( - ) D&A - Custos	138.396	8,6%	130.303	9,0%	6,2%	8.093
( - ) D&A - Despesas	10.045	0,6%	8.936	0,6%	12,4%	1.109
( - ) Outros Ajustes*	0	0,0%	6.701	0,5%	NA	-6.701
<b>EBITDA</b>	<b>396.117</b>	<b>24,7%</b>	<b>369.994</b>	<b>25,5%</b>	<b>7,1%</b>	<b>26.123</b>

Fonte: Demonstrações Financeiras 2021

Receita Líquida e EBITDA (Em R\$ mil)

Descrição	2021	% AV	2020	% AV	% AH 2021 x 2020	Var. Abs 2021 x 2020
<b>Receita Líquida</b>	<b>1.604.014</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.453.006</b>	<b>100,0%</b>	<b>10,4%</b>	<b>151.008</b>
Custos Operacionais	-846.774	52,8%	-741.728	51,0%	14,2%	-105.046
D&A - Custos	138.396	8,6%	130.303	8,1%	6,2%	8.093
Despesas Operacionais	-509.564	31,8%	-487.224	33,5%	4,6%	-22.340
D&A - Despesas	10.045	0,6%	8.936	0,4%	12,4%	1.109
Outros Ajustes*	0	0,0%	6.701	1,6%	NA	-6.701
<b>EBITDA</b>	<b>396.117</b>	<b>24,7%</b>	<b>369.994</b>	<b>25,5%</b>	<b>7,1%</b>	<b>26.123</b>

\* O mais relevante é referente a Despesas com arrendamento mercantil, em linha com o CPC - 06 (Notas Explicativas).

Fonte: Demonstrações Financeiras 2021

Em consequência dos fatores apresentados anteriormente, em 2021 o Lucro Líquido totalizou R\$ 155,8 milhões, um crescimento de 15,8% em relação ao exercício anterior. A margem líquida aumentou 0,4 p.p., atingindo 9,7% ao final de 2021.

Já o EBITDA totalizou R\$ 396,1 milhões, com um crescimento de 7,1 % em comparação com 2020. A margem EBITDA atingiu 24,7% em 2021, registrando um decréscimo de 0,8 p.p. em relação ao ano anterior.

## 10.6 RENTABILIDADE

O ROE (Retorno sobre o Patrimônio Líquido) atingiu 6,2% em 2021 (versus 5,5% em 2020), enquanto o ROIC (Retorno sobre o Capital Investido) obtido foi da ordem de 5,7% em 2021 (versus 5,0% em 2020).

Retorno sobre o Patrimônio Líquido (RPL) e ROIC (% a.a.)

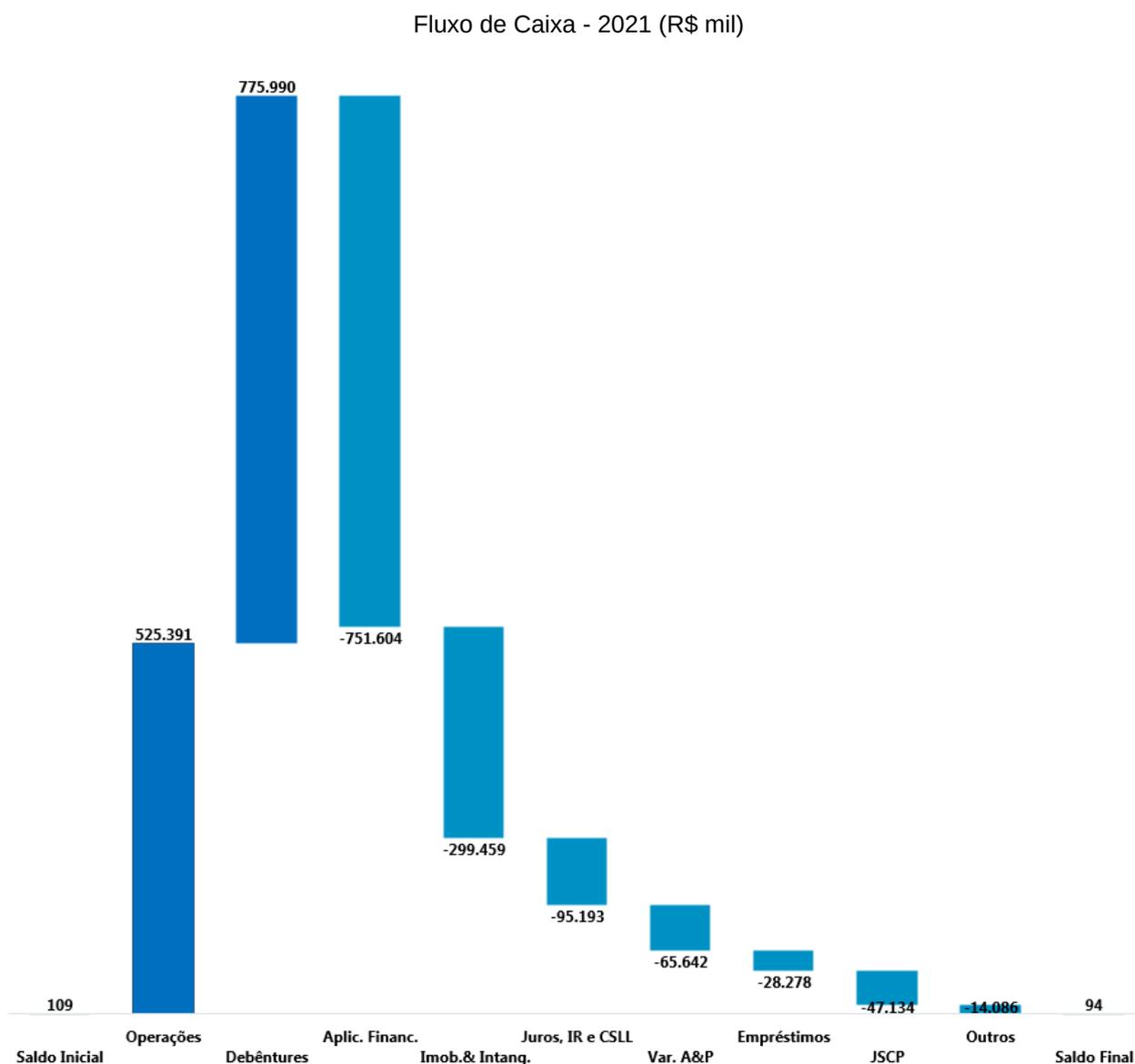


\* O RPL foi calculado a partir do Lucro Líquido/Patrimônio Líquido Médio e o ROIC foi calculado a partir do Lucro Líquido/(Patrimônio Líquido Médio+Dívida Líquida Média)

Fonte: Demonstrações Financeiras 2021

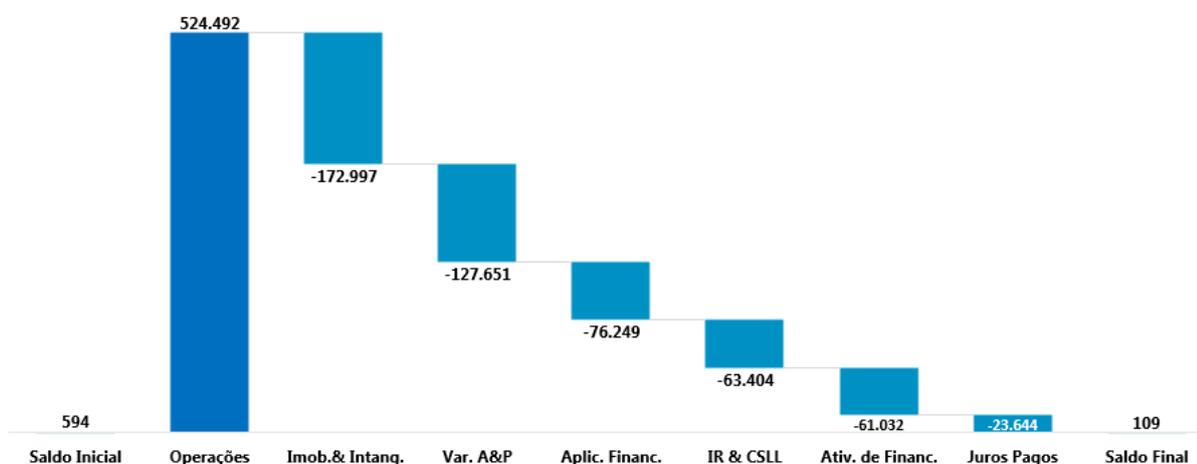
## 10.7 FLUXO DE CAIXA E GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL

Os gráficos a seguir apresentam a evolução do fluxo de caixa acumulado de 2021 e 2020. A geração de caixa operacional líquida atingiu R\$ 364,6 milhões em 2021, um crescimento de 17,7% em relação ao ano de 2020.



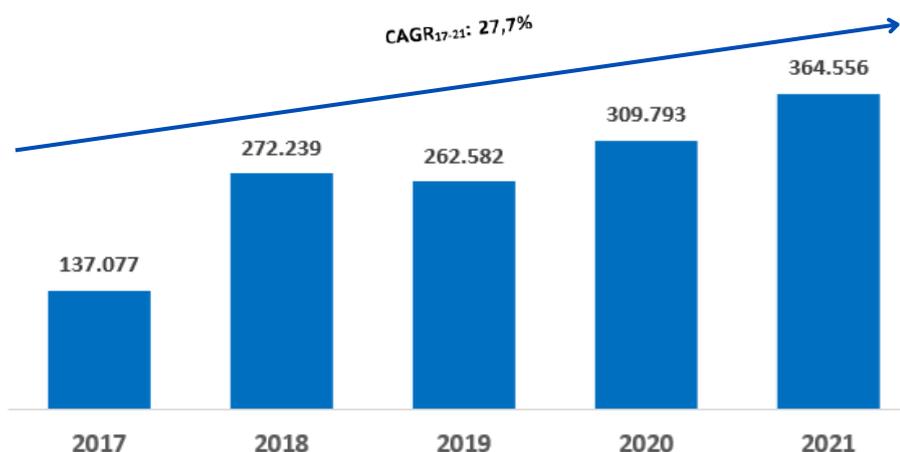
Fonte: Demonstrações Financeiras 2021

### Fluxo de Caixa - 2021 (R\$ mil)



Fonte: Demonstrações Financeiras 2021

### Geração de Caixa Operacional Líquida (R\$ mil)



Fonte: Demonstrações Financeiras 2021

## 10.8 CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Com o objetivo de manter a liquidez e completar o programa de investimentos, a Companhia utiliza recursos de terceiros disponíveis, que são analisados e alocados dentro das necessidades de suas operações. Atualmente a Companhia já tem contratado junto ao BNB e CEF recursos que totalizam R\$ 644,6 milhões, dos quais ainda estão disponíveis para desembolso R\$ 552,8 milhões.

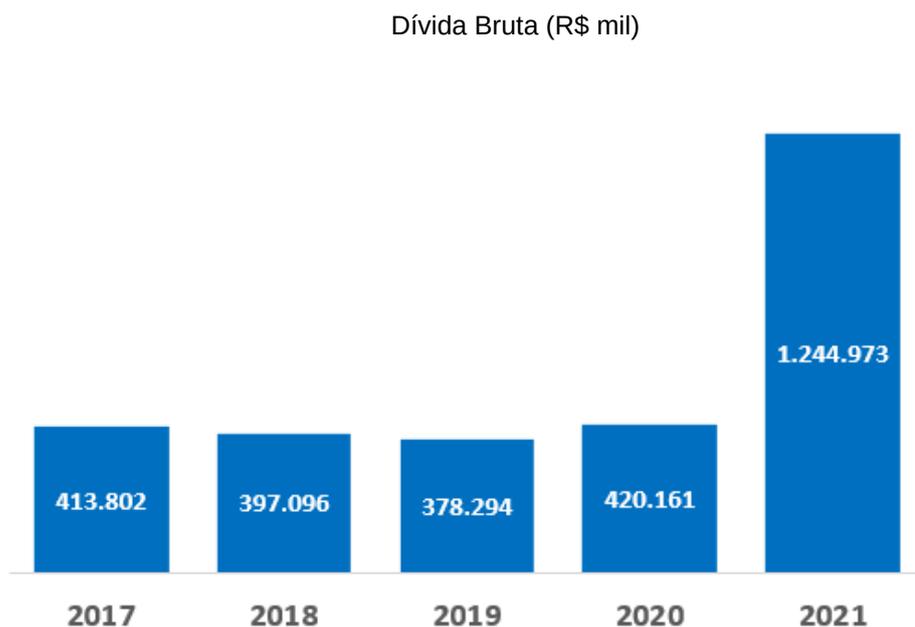
**Debêntures:** A fim de assegurar recursos necessários para cumprir as metas de cobertura e investimentos requeridos pelo Novo Marco Legal até 2033, a Companhia fez a sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries da espécie quirográfica.

A emissão ocorreu em março de 2021 e foi liquidada em abril de 2021. Foram emitidas um total de 775.990 debêntures de valor nominal, na data da emissão, de R\$ 1.000 (um mil reais), totalizando R\$ 775.990 mil, sendo R\$ 260.000 mil para a Primeira Série, com remuneração em CDI + 2,10% ao ano e vencimento em março de 2026; e R\$ 515.990 mil para a Segunda Série com remuneração prefixada de atualização com base no IPCA + 5,4058% ao ano e vencimento em março de 2029.

Os recursos da primeira série são destinados a investimentos e/ou contrapartidas de dívidas, reembolso de gastos e despesas relacionadas a investimentos e reforços da reserva de liquidez da Cagece. Já os recursos da segunda emissão de debêntures devem ser destinados exclusivamente aos seguintes projetos: (i) implantação do sistema de esgotamento sanitário das sub-bacias CE-7, CE-8, CE-9 e estação de tratamento de esgoto Cocó em Fortaleza-CE; (ii) redução de perdas de água nos sistemas de abastecimento da Emissora; (iii) projeto básico hidráulico - sanitário para ampliação do sistema integrado de abastecimento de água tratada das cidades cearenses de Horizonte, Pacajus e Chorozinho; (iv) projeto básico hidráulico - sanitário para interligação do sistema Taquarão com os sistemas de abastecimento de água de Maranguape e Maracanaú.

## 10.9 ENDIVIDAMENTO

A Dívida Bruta da Companhia totalizou R\$ 1.245,0 milhões em 2021, um crescimento de R\$ 824,8 milhões em relação a 2020, devido principalmente ao incremento oriundo da emissão de debêntures realizada pela Cagece no primeiro semestre de 2021.



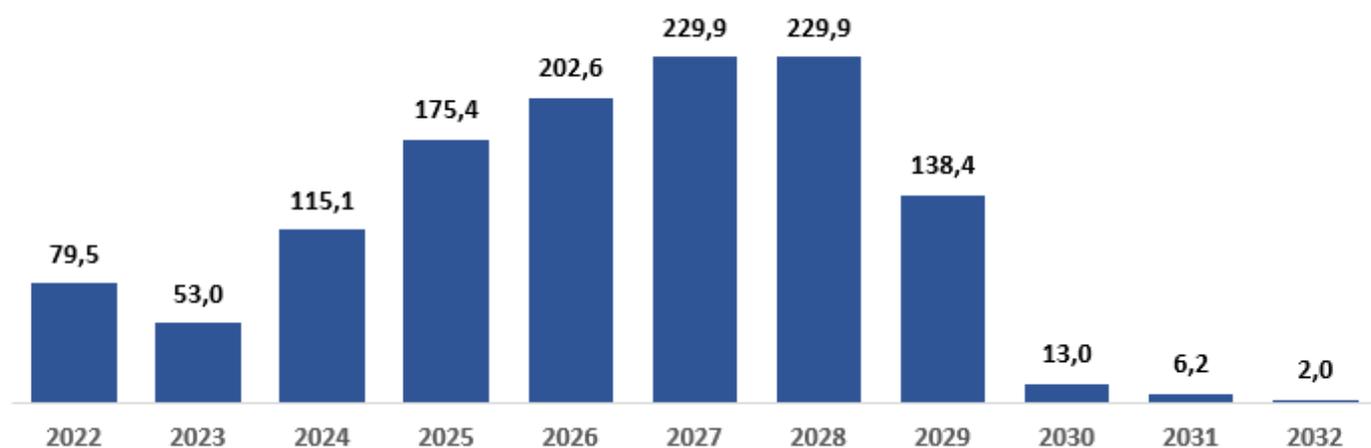
Fonte: Demonstrações Financeiras 2021

Dívida Bruta (R\$ mil)

Descrição	2021	% AV	2020	% AV	% AH 4T21 x 4T20	Var. Abs 4T21 x 4T20
<b>Moeda nacional</b>						
Debêntures	818.945	65,8%	0	0,0%	NA	818.945
Caixa Econômica Federal	87.872	7,1%	103.480	24,6%	-15,1%	-15.608
Governo do Estado do Ceará	0	0,0%	0	0,0%	NA	0
Banco Santander	817	0,1%	1.853	0,4%	-55,9%	-1.036
BNDES	14.744	1,2%	18.144	4,3%	-18,7%	-3.400
BNB	91.643	7,4%	54.742	13,0%	67,4%	36.901
<b>Subtotal em Moeda Nacional</b>	<b>1.014.021</b>	<b>81,4%</b>	<b>178.219</b>	<b>42,4%</b>	<b>469,0%</b>	<b>835.802</b>
<b>Moeda estrangeira</b>						
BID	230.952	18,6%	241.942	57,6%	-4,5%	-10.990
<b>Subtotal em Moeda Estrangeira</b>	<b>230.952</b>	<b>18,6%</b>	<b>241.942</b>	<b>57,6%</b>	<b>-4,5%</b>	<b>-10.990</b>
<b>Dívida Bruta</b>	<b>1.244.973</b>	<b>100,0%</b>	<b>420.161</b>	<b>100,0%</b>	<b>196,3%</b>	<b>824.812</b>
Circulante	79.545	6,4%	56.247	13,4%	41,4%	23.298
Não Circulante	1.165.428	93,6%	363.914	86,6%	220,2%	801.514

Fonte: Demonstrações Financeiras 2021

Dívida Bruta 2021 (R\$ mil e %) – Breakdown



Fonte: Demonstrações Financeiras 2021

Dívida Bruta - 31/12/2021



Fonte: Demonstrações Financeiras 2021

Ao final de 2021, a Dívida Líquida da Companhia totalizou R\$ 238,4 milhões, um crescimento de 18,1% e R\$ 36,5 milhões no comparativo 2021 x 2020. O aumento ocorreu em função do efeito combinado da elevação da Dívida Bruta e das Disponibilidades. Em decorrência, o Índice de Alavancagem atingiu 8,3% e a Dívida Líquida por Ebitda LTM resultou em 0,60.

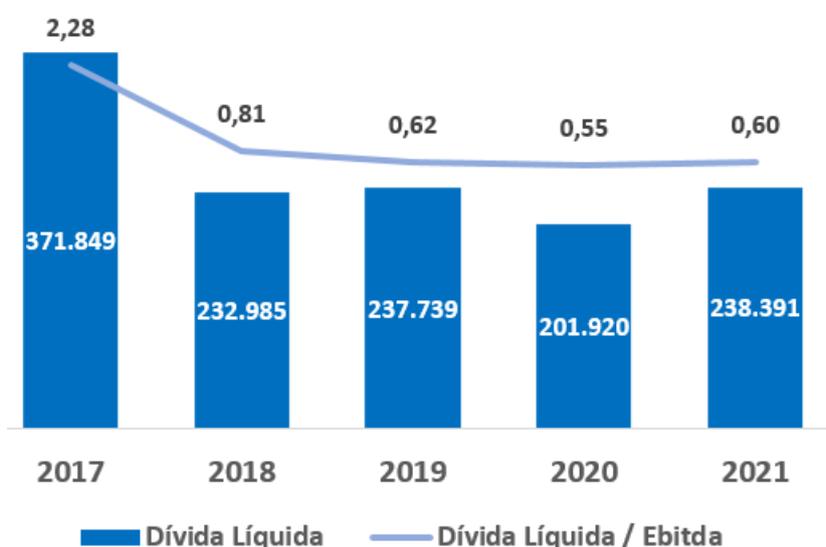
Dívida Líquida e Capitalização (R\$ mil)

Descrição	2021	% AV	2020	% AV	% AH 4T21 x 4T20	Var. Abs 4T21 x 4T20
<b>Dívida Bruta</b>	<b>1.244.973</b>	<b>43,3%</b>	<b>420.161</b>	<b>15,5%</b>	<b>196,3%</b>	<b>824.812</b>
( - ) Disponibilidades*	1.006.582	35,0%	218.241	8,0%	361,2%	788.341
<b>Dívida Líquida</b>	<b>238.391</b>	<b>8,3%</b>	<b>201.920</b>	<b>7,4%</b>	<b>18,1%</b>	<b>36.471</b>
( + ) Patrimônio Líquido	2.639.893	91,7%	2.510.827	92,6%	5,1%	129.066
<b>Capitalização</b>	<b>2.878.284</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.712.747</b>	<b>100,0%</b>	<b>6,1%</b>	<b>165.537</b>
Índice de Alavancagem	8,28%		7,44%		0,84 p.p.	
<b>Ebitda LTM</b>	<b>396.117</b>		<b>369.994</b>		<b>7,1%</b>	<b>26.123</b>
<b>Dívida Líquida / Ebitda LTM</b>	<b>0,60</b>		<b>0,55</b>			<b>0,06</b>

\* Não foram considerados os recursos provenientes da tarifa de contingência nas Disponibilidades do demonstrativo acima. Os saldos referentes a tarifa de contingência foram de R\$ 118.912 em 2021, R\$ 76.962 em 2020, devidamente contabilizados na rubrica "Depósitos Vinculados" do Ativo Circulante da Companhia.

Fonte: Demonstrações Financeiras 2021

Dívida Líquida (R\$ mil) e Dívida Líquida por Ebitda

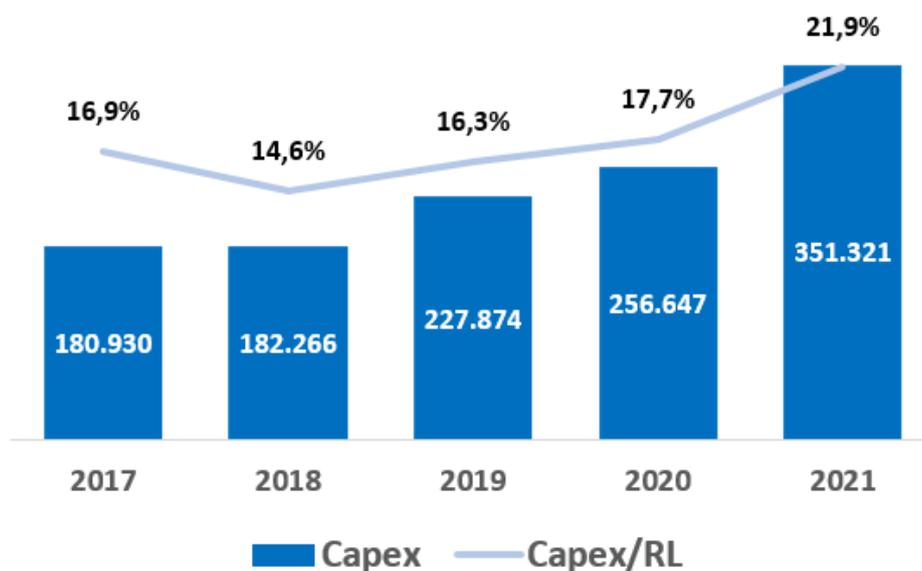


Fonte: Demonstrações Financeiras 2021

## 10.10 INVESTIMENTOS

Nos últimos cinco anos, o investimento acumulado realizado atingiu R\$ 1,2 bilhão, destinados à ampliação, melhoria dos serviços e manutenção de operações da Companhia. Já no ano de 2021, o Capex realizado da Companhia totalizou R\$ 351,3 milhões (36,9% superior aos R\$ 256,6 milhões do ano 2020), sendo 75,1% destinados para expansão e ampliação da rede de cobertura de água e esgoto, 22,7% para atividades de melhoria operacional e 2,2% para obras administrativas, de gestão e outros investimentos.

CAPEX (R\$ mil) e CAPEX / Receita Líquida (%)

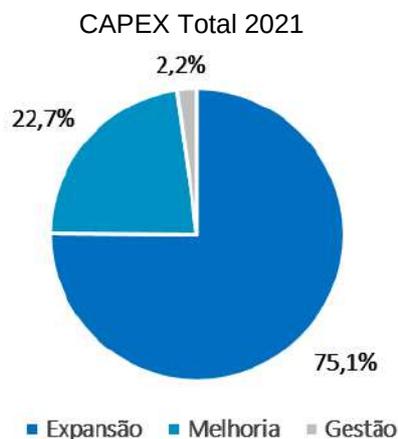


Fonte: Demonstrações Financeiras 2021

CAPEX (Em R\$ mil)

Descrição	2021	% AV	2020	% AV	% AH 2021 x 2020	Var.Abs 2021 x 2020
<b>ÁGUA</b>	<b>204.038</b>	<b>58,1%</b>	<b>144.431</b>	<b>56,3%</b>	<b>41,3%</b>	<b>59.607</b>
Expansão	197.781	56,3%	141.275	55,0%	40,0%	56.506
Melhoria	6.257	1,8%	3.156	1,2%	98,3%	3.101
<b>ESGOTO</b>	<b>118.050</b>	<b>33,6%</b>	<b>99.062</b>	<b>38,6%</b>	<b>19,2%</b>	<b>18.989</b>
Expansão	46.044	13,1%	41.029	16,0%	12,2%	5.015
Melhoria	72.007	20,5%	58.033	22,6%	24,1%	13.974
<b>ÁGUA/ESGOTO</b>	<b>21.513</b>	<b>6,1%</b>	<b>6.229</b>	<b>2,4%</b>	<b>245,4%</b>	<b>15.284</b>
Expansão	20.165	5,7%	6.143	2,4%	228,3%	14.022
Melhoria	1.348	0,4%	86	0,0%	1463,2%	1.262
<b>GESTÃO</b>	<b>7.720</b>	<b>2,2%</b>	<b>6.926</b>	<b>2,7%</b>	<b>11,5%</b>	<b>794</b>
<b>CAPEX TOTAL</b>	<b>351.321</b>	<b>100,0%</b>	<b>256.647</b>	<b>100,0%</b>	<b>36,9%</b>	<b>94.674</b>

Fonte: Demonstrações Financeiras 2021



Fonte: Demonstrações Financeiras 2021



# 11. PERSPECTIVAS DO NEGÓCIO



## 11.1 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

### *A busca constante por soluções inovadoras*

Inovação e pesquisa estão presentes no radar da Cagece, através do rastreamento do ambiente de inovação, de forma a aproveitar as oportunidades, abrir caminhos com as startups e alcançar soluções com tecnologias alinhadas a conceitos de Cidade Inteligente e Saneamento 4.0.

Para aprimorar essa busca, a Companhia conta com uma área específica com foco nessas temáticas, que tem por objetivo fortalecer a sustentabilidade e competitividade por meio da pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica.

Em parceria com outros setores da empresa, instituições acadêmicas, órgãos de fomento, instituições de apoio, agências internacionais e fornecedores, a Cagece busca antecipar tendências e soluções inovadoras para o setor de saneamento. As parcerias com as instituições viabilizam o desenvolvimento de estudos e projetos experimentais e tecnológicos em áreas estratégicas, produtos e processos da Companhia. As principais linhas de pesquisas estão voltadas para as temáticas de água, esgoto, reúso, aproveitamento e valorização de subprodutos e padronização.

Fazem parte do portfólio de pesquisa da Cagece aproximadamente 60 projetos, com aplicação de recursos próprios ou de terceiros. Juntos, eles somam recursos da ordem de R\$ 54 milhões.

Por entender que saneamento sem inovação não caminha, a Cagece vem se destacando entre as empresas do ramo no Brasil que tratam o tema com a atenção e o cuidado que merece.



## 11.2 PROJETOS

### *O olhar inovador da Cagece para o presente e futuro*

Com o intuito de melhorar a vida da população, a Cagece tem priorizado projetos com o propósito voltado para a sustentabilidade ambiental, social, e econômico-financeira, bem como buscado expandir suas fronteiras em novos negócios.

### 11.2.1 PROJETO DE SEGURANÇA HÍDRICA

O Projeto de Segurança Hídrica e Governança do Ceará é um financiamento do Governo do Ceará junto ao Banco Mundial (BIRD) no valor total de US\$ 174,85 milhões (R\$ 658 milhões), sendo US\$ 139,88 milhões de financiamento (R\$ 526 milhões) e US\$ 34,97 milhões de contrapartida do Estado (R\$ 132 milhões).

O Projeto compreende três componentes principais e um Contingencial de Resposta a Emergências (CERC).

• **Componente 01:** Visa aumentar a segurança hídrica por meio de infraestrutura de produção e transporte de água tratada, dando início à implantação do Projeto Malha D'água, que prevê a regionalização de sistemas de água tratada.

O primeiro sistema regional a ser implantado é o da bacia do Banabuiú. A regionalização de sistemas além de promover a segurança hídrica, deverá otimizar os custos operacionais, de logística, ambientais e regulatórios.

A execução do Projeto Malha D'água (Banabuiú – Sertão Central) é liderada pela Secretaria de Recursos Hídricos, com participação ativa da Cagece na elaboração dos termos de referência e na fiscalização do projeto e da obra, além da operação e manutenção do sistema. As licitações da contratação Turnkey (projeto e obra) e da empresa gerenciadora das obras estão em andamento.

• **Componente 02:** Tem como objetivo melhorar a eficiência do serviço de abastecimento de água em Fortaleza e a eficiência operacional da Cagece. Esse componente inclui dois conjuntos principais de atividades:

**(a) Controle e Redução de Perdas de Água:**

Tem a finalidade de melhorar a eficiência do abastecimento de água do Sistema Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza. As atividades propostas contribuirão para o Programa de Perdas de Água da Cagece, com foco na implantação de Distritos de Medição e Controle (DMCs) em quatro setores hidráulicos de Fortaleza. A implementação dos DMCs permitirá à Cagece o conhecimento detalhado dos problemas relacionados com perdas no sistema, fornecerá melhor equalização de pressões, bem como contribuirá para gerenciar as perdas em áreas menores, trazendo melhores retornos tanto em relação às perdas reais quanto às perdas aparentes.

Os níveis mais baixos de perdas esperados deverão aumentar a disponibilidade de água para outros usuários do sistema.

Além disso, com a redução de perdas e a adequação das pressões na rede, há também uma previsão de menor demanda de energia. Os documentos de licitação dos serviços de implantação dos DMCs e de supervisão estão em aprovação junto ao BIRD e deverão seguir para licitação.

**(b) Assistência Técnica:** Visa apoiar a Cagece na melhoria da sua capacidade de governança e eficiência operacional, com os seguintes estudos:

(i) Estudos econômicos e sociais para revisar a estrutura tarifária da Cagece, em contratação.

(ii) Plano de reestruturação organizacional da Cagece, em contratação.

(iii) Diretrizes para melhoria dos processos do fluxo de empreendimentos, em contratação.

• **Componente 03:** Projeto de segurança hídrica objetiva o fortalecimento na gestão do setor público beneficiando órgãos de assessoria e de controle do Estado.



## 11.2.2 MATRIZ ENERGÉTICA

### *Projetos de eficiência energética geram economia da ordem de R\$ 16 milhões em 2021*

Os projetos que compreendem a Matriz Energética da Cagece têm se aprimorado ao longo dos últimos anos, otimizando a gestão dos custos operacionais com energia elétrica, considerada uma das maiores despesas da Companhia. Atualmente, a Cagece conta com mais de 1.700 unidades consumidoras (UCs), contempladas em projetos que trazem um grande potencial de economia para a Companhia, como:

#### · Mercado Livre de Energia

Até o início de 2020, toda a energia consumida pela Cagece era advinda da concessionária local, através do Ambiente de Contratação Regulado, que não permite flexibilidade na negociação dos valores praticados. Diante disso, foi feito um estudo de viabilidade onde se identificou a oportunidade de migração para o Mercado Livre de Energia, por meio do qual é possível realizar a compra de energia de acordo com o perfil das unidades consumidoras, negociando preços e prazos, com a finalidade de redução dos custos das respectivas contas.

A Cagece ingressou nesse mercado com duas de suas principais estações de tratamento de água: a ETA Gavião e ETA Oeste, fechando o ano de 2020 com uma economia de aproximadamente R\$ 2,7 milhões comparada ao mercado cativo. Em abril de 2021, duas unidades do Complexo Jaburú também migraram para o referido mercado: a ETA Jaburú e a Estação Elevatória 3, em Caruataí.

Salienta-se que estas duas unidades, devido ao seu perfil de consumo, fazem uso de energia incentivada (provenientes de fontes renováveis) estando diretamente alinhado com os objetivos de sustentabilidade da Companhia.

Com essa iniciativa, em 2021, a Cagece teve uma economia de mais R\$ 15,9 milhões relativa a 4 UCs, sendo R\$ 14,33 milhões de energia convencional e R\$ 1,57 milhão incentivada, que é proveniente de fontes alternativas que ajudam a diversificar a matriz energética.

## •Adequações Tarifárias e de Demanda Contratada

A Companhia analisa o perfil de consumo das suas UCs de modo a estabelecer a modalidade de cobrança de energia junto à concessionária, por meio de adequações tarifárias.

Como mecanismo de incentivo aos clientes para deslocarem o consumo para fora do horário de ponta, onde o sistema elétrico é mais sobrecarregado, as concessionárias oferecem modalidades tarifárias com menor custo. Nesse contexto, 20 UCs de baixa tensão da Cagece aderiram à Tarifa Branca (modalidade tarifária com preços diferenciados de acordo com a hora de consumo), resultando em uma economia de R\$ 60 mil no ano de 2021.

## •Geração de Energia através de Planta Solar

Com o objetivo de reduzir os custos da Companhia e disseminar o compromisso com o consumo sustentável, por meio do uso e incentivo de fontes renováveis de energia, a Cagece implantou em 2019 uma planta solar com capacidade de geração de 74,25kWp no estacionamento do prédio anexo à sede da Cagece.

No ano de 2021, a planta solar gerou uma economia na ordem de R\$ 42,4 mil. Além da redução dos custos financeiros, por se tratar de uma fonte de energia limpa, contribui também para mitigação de emissão de CO<sup>2</sup> (Dióxido de Carbono) na atmosfera.



Planta Solar Fotovoltaica Estacionamento Cagece

## 11.2.3 CADASTRO COMERCIAL E TÉCNICO GEORREFERENCIAMENTO

O Projeto Gestão Inteligente de Cadastro Georreferenciado (Projeto IGeo) tem como objetivo modernizar a base cadastral de imóveis e clientes, redes e peças de água e esgoto, implementar metodologias de manutenção e atualização permanente de cadastro e possibilitar o intercâmbio de dados com os principais sistemas gerenciais e operacionais, além de oferecer uma nova experiência na disponibilização dessas informações.

Nesse intuito foram desenvolvidas e implantadas, até o ano de 2021, nova metodologia para levantamento de dados comerciais em campo, novo aplicativo de cadastramento, georreferenciamento da cartografia básica e temática de toda a Cagece, bem como, a implantação do Sistema de Informação Georreferenciado (QGis) e o georreferenciamento de aproximadamente 90% dos imóveis de todas as áreas que a Cagece possui concessão. Quanto às redes de água e esgoto, foram georreferenciadas 98% das que estão localizadas nas unidades de negócio da capital e 48% das localizadas nas unidades de negócio do interior.

Também vale destacar que está em desenvolvimento a estruturação do banco de dados geográficos orientado para saneamento que contará com uma segunda aplicação denominada de Sistema de Informação Georreferenciado (ArcGis). A conclusão dessa etapa possibilitará a disseminação em massa do Gis na Companhia, bem como, novas formas de cadastramento, consultas e levantamento de informações.

Ainda em 2021, a Companhia deu continuidade a atualização de cadastro comercial em massa nas unidades, com previsão de contemplar mais de 1 milhão de imóveis, gerando a expectativa de aumento de faturamento na ordem de 2%.

Objetivando a otimização e continuidade do processo, as unidades da Companhia contempladas com o Projeto IGeo, assumiram a responsabilidade do controle e manutenção da qualidade dos serviços de atualização cadastral já evidenciado.

Ainda no escopo do Projeto IGeo, destaca-se em 2021 o levantamento aerofotogramétrico em Fortaleza e nas áreas urbanas com potencial de expansão dos municípios de Caucaia, Maracanaú, Maranguape, Pacatuba, Itaitinga e Eusébio. Os principais produtos adquiridos são imagens aéreas de alta resolução RGB e infravermelho, Modelos Digitais de Elevação (MDE), Modelos Digitais do Terreno (MDT), escaneamento a laser das superfícies e curvas de nível. Esse aerolevante encontra-se em execução.

Dentro das aquisições para melhorias na precisão do georreferenciamento dos ativos cadastrais foi adquirido o equipamento de posicionamento geodésico global com precisão milimétrica, além de estações de trabalho com alta capacidade de processamento de dados.

As melhorias com a implantação de todo o projeto são corporativas, através da maior precisão dos dados sobre os imóveis e clientes, gestão georreferenciada de ativos, tomada de decisões estratégicas baseada em inteligência geográfica, contribuindo, dessa forma, para aumento no faturamento e para gestão dos processos da Companhia.

# 11.3 NOVOS NEGÓCIOS - SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO

## 11.3.1 UTILITAS

Sociedade de Propósito Específico (SPE) visando a implantação e operação de infraestrutura para tratamento e fornecimento de água industrial, coleta, tratamento e disposição de esgoto e resíduos sólidos industriais, bem como tratamentos complementares e negócios conexos para as indústrias localizadas no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). Atualmente possui em seu quadro societário a Cagece e a PB Construções, com 15% e 85% de participação na empresa, respectivamente.

Em 2021 a Utilitas finalizou a revitalização do sistema de coleta, resfriamento e destinação final dos efluentes industriais originários da Companhia Siderúrgica Pecém (CSP). As melhorias ocorreram em todo o sistema, desde a lagoa de resfriamento, estação elevatória, instalação de laboratório, substituição de subestação, revisão da tubulação do emissário e seus dispositivos, substituição da tubulação do emissário no trecho final (inclusive píer). A operação do sistema pela Utilitas foi iniciada em março de 2021.

Ainda no referido ano, no âmbito de projetos e estudos e visando sempre atender os grupos empresariais com interesse de investimento no Complexo, a Utilitas selou um protocolo de entendimentos com a CIPP, e atendeu a diversas empresas apresentando as possibilidades de abastecimento de água, esgotamento e reúso de efluentes. Dentre essas apresentações e pré-estudos, se destacaram as tratativas com grupos empresariais com interesse em investimento em plantas para produção de hidrogênio verde, alternativa energética com potencial de produção no Complexo.



Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP)

Há uma grande expectativa de ampliação na atuação da Utilitas no CIPP e, cada vez mais, se confirma que a constituição desta SPE permite que a Cagece tenha um maior foco no seu core business, que é a prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgoto, sem deixar desassistidas as indústrias e equipamentos do Complexo, quanto à cooperação, estudos e projetos técnicos necessários e à implantação e operação de sistemas, seja de abastecimento, coleta, tratamento, reúso, dentre outros serviços.

### **11.3.2 TRATAMENTO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS COM FORNECIMENTO DE ÁGUA DE REÚSO**

Com foco na sustentabilidade, a Cagece, em parceria com o Grupo Vicunha, desenvolveu um projeto de tratamento e reúso industrial nos municípios de Pacajus e Horizonte, visando o tratamento dos efluentes e o fornecimento de água de reúso para a Vicunha – Unidade III e outras indústrias da região.



A parceria foi formalizada com a criação, em janeiro de 2020, da VSA PACAJUS, Sociedade de Propósito Específico (SPE), com a participação de 49% da Companhia.

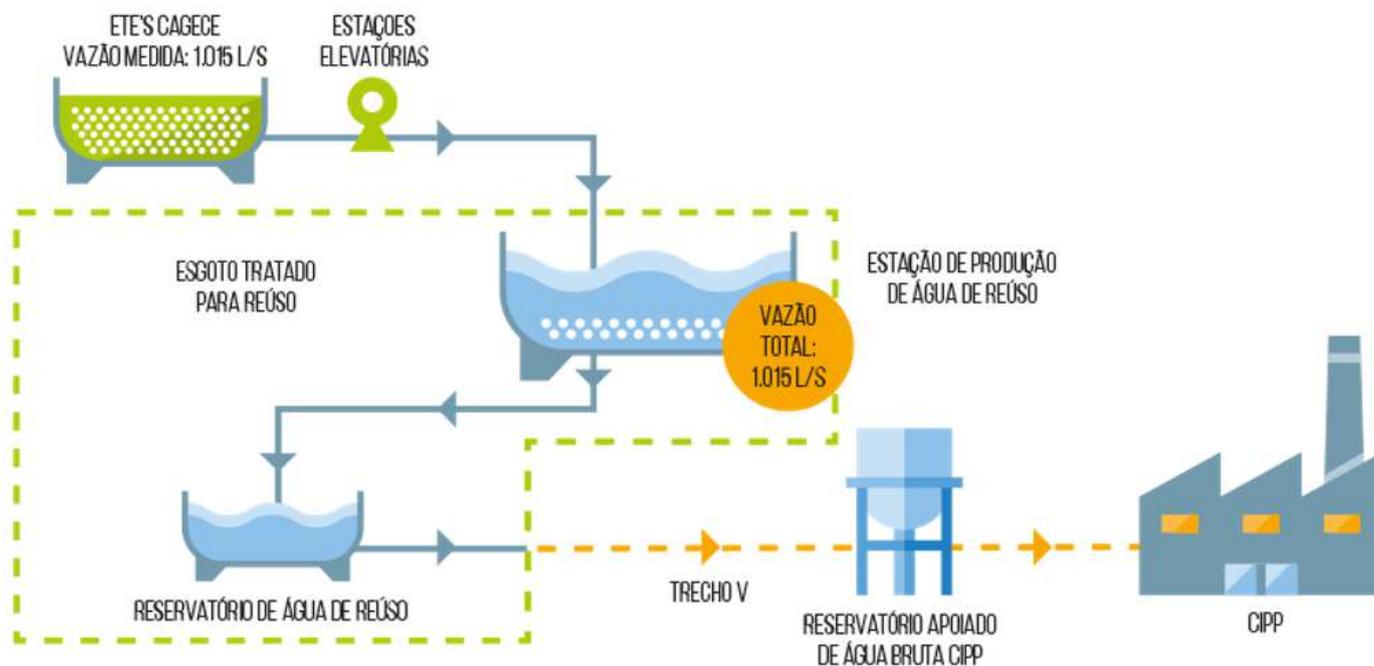
O projeto encontra-se em andamento e o empreendimento contempla dois sistemas de tratamento: um para tratar os efluentes industriais para atendimento a todos os padrões ambientais e outro para produzir água de reúso a partir dos esgotos sanitários tratados da ETE de Horizonte. O sistema industrial terá capacidade inicial de 50 m<sup>3</sup>/h, para atendimento da Vicunha Têxtil, Santana Textiles e Vulcabrás/Azaleia, sendo expansível para 100 m<sup>3</sup>/h, com a finalidade de atender futuros clientes. Já a Estação Produtora de Água de Reúso (EPAR) terá capacidade inicial de 60 m<sup>3</sup>/h, para atendimento da Vicunha Têxtil e Santana Textiles, expansível para 130 m<sup>3</sup>/h, a partir da captação de novos clientes.



O projeto, com investimento de R\$ 51 milhões, trará diversos ganhos ambientais pela prática do reúso, reduzindo o consumo de água bruta do canal do trabalhador por parte das indústrias e aumentando a sua oferta para consumo humano. Além disso, o projeto reduz diversos impactos ambientais por possibilitar a eliminação de lançamentos difusos de efluentes por parte das indústrias instaladas no eixo Pacajus-Horizonte.

Outro importante projeto de reúso, em parceria com a Cogerh e SRH, a ser implementado pela Utilitas Pecém, prevê a construção de uma Estação Produtora de Água de Reúso (EPAR) com capacidade inicial de tratamento de 1,15 m<sup>3</sup>/s, com possibilidade de expansão para 1,6 m<sup>3</sup>/s, utilizando como fonte hídrica os esgotos sanitários das Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) operadas pela Cagece, localizadas nos municípios de Fortaleza e Caucaia, e a utilização do Trecho V do Eixão das Águas para transporte da água de reúso até o CIPP.

Estação Produtora de Água de Reúso



Fonte: Projeto EPAR

Vale salientar que com criação do HUB de Hidrogênio Verde, que já conta com 16 protocolos de intenção de implantação de usinas no CIPP, o fornecimento de água de reúso ao Pecém se tornou vital para viabilizar a implementação dos mesmos, que além de utilizarem energia verde, também poderão contar com água de reúso para suprir o processo de produção, ampliando seu caráter sustentável.

Ademais, a água de reúso poderá ser utilizada por outros demandantes como novas usinas termelétricas, siderúrgicas e refinarias que porventura possam se instalar no complexo nos próximos anos, evidenciando-se, assim, o empenho da Cagece em elevar a garantia hídrica do Estado e promover a sustentabilidade do setor de saneamento.

## 11.4 UNIVERSALIZAÇÃO E MELHORIAS OPERACIONAIS NA RMF E RMC

O Acordo de Cooperação Técnica nº 16.2.0569-4, foi celebrado em 2016 entre o Estado do Ceará e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), objetivando o planejamento e a estruturação de Projetos de Parcerias Público-Privadas (PPP).

Posteriormente, o BNDES lançou o Pregão Eletrônico AARH Nº 31/2017 para contratar os serviços técnicos especializados para a estruturação de projetos de participação privada, visando a universalização dos serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário, relativamente ao Estado do Ceará e à Cagece. A ganhadora do certame foi o Consórcio Acqua, composta pelas empresas: Azevedo Sette Advogados, AECOM do Brasil, e BF Capital, que atuam respectivamente na área jurídica, técnica e financeira.

O estudo consiste em 7 etapas distribuídas em 2 fases, sendo 4 etapas na fase I e 3 etapas na fase II, abrangendo os 28 municípios das Regiões Metropolitana de Fortaleza (RMF) e do Cariri (RMC), dos quais 24 são operados pela Cagece.

Atualmente, a modelagem do projeto encontra-se concluída (Etapa 5), tendo sido submetida para a apreciação do Conselho Gestor das Parcerias Público-Privadas (CGPPP) do Governo do Estado. Com a respectiva aprovação seguirá para a Etapa 6, incluindo audiência e consulta pública, análise do TCE e posterior lançamento do edital.

Também vale destacar que na modelagem do projeto foi definido que a licitação ocorrerá em 2 lotes, assim distribuídos:

Lote I - municípios da RMF Sul (Aquiraz, Cascavel, Chorozinho, Eusébio, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus e Pacatuba) e RMC (Juazeiro do Norte, Barbalha, Farias Brito, Missão Velha e Nova Olinda).

Lote II - municípios da RMF Norte (Fortaleza, Caucaia, Paracuru, Paraipaba, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu e Trairi).

Adicionalmente à definição dos lotes, foi estabelecido que, além da operação e universalização do sistema de esgotamento sanitário, o parceiro privado também ficará responsável por serviços comerciais complementares, incluindo: substituição, deslocamento e transferência de hidrômetros, telemetria de grandes clientes, verificação de fraudes e atualização cadastral.

Essas melhorias são imprescindíveis para viabilizar o desenvolvimento dos municípios inseridos nas regiões metropolitanas de Fortaleza e do Cariri, a qualidade de vida das pessoas que vivem nessas regiões, bem como o cumprimento da meta de universalização.



## 11.5 DESSAL

### *A inovação que vem do mar*



Litoral de Fortaleza

O projeto de dessalinização é considerado de grande importância estratégica para a Companhia e o Estado do Ceará, pois permite a diversificação das fontes de água, reduzindo a dependência da ocorrência de bons períodos de chuva, necessários para garantir o suficiente aporte hídrico em nossos mananciais. O Dessal torna a Cagece uma referência em inovação, visto que a Companhia é pioneira em planta de dessalinização de grande porte no Brasil.

A Usina será construída em Fortaleza, com capacidade para dessalinizar 1m<sup>3</sup> de água por segundo, e tem por objetivo ampliar a oferta de água na capital e municípios da Região Metropolitana (RMF), mitigando o risco de depender apenas de água das chuvas. Com o equipamento, o macrossistema integrado da RMF contará com incremento de 12% na oferta de água, beneficiando cerca de 720 mil pessoas.

Essa nova fonte não concorre com outras medidas de segurança hídrica, como a redução de perdas e a prática do reúso para fins não potáveis. Na verdade, trata-se de uma medida complementar que deverá ser implementada em paralelo com todas as outras iniciativas já contempladas nos planos de segurança hídrica do Estado.

A implantação de uma tecnologia independente de condições climáticas, como é o caso da dessalinização, é um fator estratégico de extrema importância, pois outras iniciativas de segurança hídrica, como o reúso de águas, dependem do uso original, e conseqüentemente, do aporte de água aos reservatórios.

Em 2021, como consequência da licitação iniciada em 2020, a Sociedade de Propósitos Específicos (SPE) Águas de Fortaleza foi constituída e contratada pela Cagece para uma Concessão Administrativa com duração de 30 anos. Esta SPE, formada pelas empresas cearenses Marquise SA e PB Construções LTDA, além da Espanhola Abengoa Água SA, é responsável pelo processo de licenciamento ambiental, elaboração de projetos, financiamento e execução de obras e, por fim, pela operação da planta. A Cagece assumirá o compromisso de pagamento de contraprestações mensais fixas e variáveis, esta última dependente do volume de água a ser demandado pela Companhia, apenas a partir da entrada em operação do empreendimento.

## 12. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES



A Companhia, alinhada a sua política de contratação extra auditoria, zela pelos princípios que preservam a independência dos auditores independentes que consistem, de acordo com as normas internacionais aceitas, em: o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; o auditor não deve exercer funções de gerência do seu cliente; o auditor não deve promover o interesses dos seus clientes. Adicionalmente, o plano de trabalho da auditoria externa e o processo de elaboração e análise das demonstrações financeiras são supervisionados pelo Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia.

Em consonância com a Instrução Normativa CVM nº 381/03, a Cagece informa que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a empresa de auditoria BDO RCS Auditores Independentes SS, além dos serviços de auditoria externa das demonstrações contábeis, prestou o serviço de emissão de relatório de procedimentos previamente acordados relacionados ao cumprimento dos limites e índices financeiros, conforme Decreto Federal nº 10.710/2021.

Como o montante total de honorários contratados para execução do referido serviço de emissão de relatório em atendimento ao Decreto representou 4,26% do total de honorários do contrato de auditoria externa das demonstrações contábeis, não há necessidade de divulgações adicionais, vide artigo 2º, parágrafo 2º, da IN CVM nº 381/03.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ -  
CAGECE

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021

# COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021

## Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado - Informação Suplementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece  
Fortaleza - CE

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita (Notas Explicativas nºs 2.23 e 39)

---

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de fornecimento de água e coleta de esgoto sanitário, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço. Os riscos observados referem-se:

- (i) Critério de reconhecimento de receita, em conformidade com o IFRS 15/CPC 47 (incluindo o reconhecimento dos valores recebidos a título da tarifa de contingência);
- (ii) Reconhecimento de receita fora de período de competência e/ou lançamento por erro ou fraude;
- (iii) Lançamento da fatura se dê por valores maiores do que o efetivamente estabelecido na tabela de preço vigente à época;
- (iv) Estimativa utilizada para o reconhecimento dos valores de água e esgotamento sanitário fornecidos aos consumidores entre a data da última leitura do medidor e o final do ano ("fornecimento não faturado");

Resposta da auditoria ao assunto de reconhecimento de receita (Notas Explicativas nºs 2.23 e 39)

---

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação dos controles internos relacionados ao ciclo de faturamento e receitas; a conferência em detalhe dos critérios de reconhecimento de receitas que suportam o registro das faturas ao longo do exercício e confirmamos que estão consistentes de acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais; efetuamos testes detalhados, com base em amostragem estatística, que compreendeu seleção dos lançamentos contábeis registrados no faturamento, examinando faturas dos serviços prestados e os respectivos recebimentos; confrontamos com a tabela vigente aplicável ao ciclo tarifário e para a receita estimada ("fornecimento não faturado") realizamos procedimentos analíticos utilizando dados reais para nos permitir definir as expectativas quanto ao nível estimado de receita comparando isso com a estimativa da Companhia. Nós também avaliamos os pressupostos da Companhia relativos ao volume e preço utilizado na determinação do nível de receita estimada e a sua adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria sumarizados acima, não foram identificadas distorções materiais no reconhecimento da receita da Companhia. Portanto, consideramos que as políticas de reconhecimento de receitas são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Contratos de concessão (Notas Explicativas nºs 2.8, 2.10, 12, 15 e 16)

---

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui saldo de ativos financeiros, ativos de contrato e intangíveis, decorrentes de contratos de concessão, nos valores de R\$ 6.748 mil, R\$ 370.407 mil e R\$ 2.673.912 mil, respectivamente, conforme divulgados nas Notas Explicativas nºs 2.8, 2.10, 12, 15 e 16, que representam a infraestrutura de concessão. Como resultado do processo de bifurcação dos contratos de concessão, a Companhia reconhece como ativos financeiros as parcelas dos investimentos efetuados pela Companhia que não serão completamente amortizadas ao final do prazo das concessões, e serão indenizadas pelo poder concedente. Por sua vez, os ativos de contrato e intangíveis representam os investimentos realizados que possuem expectativa de recuperação ao longo dos contratos de concessão, baseada no recebimento de tarifas por serviços prestados aos usuários.

Adicionalmente, foi sancionando o novo Marco Legal do Saneamento Básico, por meio da Lei Federal nº 14.026/2020, que tem como objetivo criar um ambiente de segurança jurídica, competitividade e sustentabilidade nas concessões do setor. Essas modificações podem trazer impactos as demonstrações contábeis no setor de saneamento no qual a Companhia atua.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, a complexidade, a subjetividade da bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível e a avaliação de sua recuperabilidade.

Resposta da auditoria ao assunto contratos de concessão (Notas Explicativas nºs 2.8, 2.10, 12, 15 e 16)

---

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chaves relacionados à bifurcação dos ativos financeiros da concessão considerando a parcela dos investimentos realizados e o montante dos ativos que não serão amortizados até o final do prazo da concessão. Avaliamos as premissas utilizadas na bifurcação entre ativos financeiros e intangíveis e revisamos se os cálculos da atualização e de ajuste a valor presente dos ativos financeiros estão consistentes e de acordo com o prazo do contrato de concessão, bem como testamos o cálculo da amortização dos ativos intangíveis e realizamos inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais.

Adicionalmente, em relação aos possíveis impactos do novo Marco Legal do Saneamento, realizamos a leitura da legislação vigente, a fim de identificar as possíveis mudanças a serem aplicadas nas práticas contábeis da Companhia, bem como, avaliamos os estudos preparados pela Administração da Companhia, quanto adequação à nova legislação.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria citados acima, consideramos que os critérios e premissas utilizados pela Administração na mensuração dos ativos financeiros, ativos de contrato e intangíveis decorrentes de contratos de concessão, assim como as respectivas divulgações nas Notas Explicativas nºs 2.8, 2.10, 12, 15 e 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

## Outros assuntos

### Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, desta forma, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 24 de fevereiro de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 CE 001465/F-4

  
Tiago de Sá Barreto Bezerra  
Contador CRC 1 CE 024436/O-5

# COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	94	109
Aplicações financeiras	6	1.006.488	218.132
Depósitos vinculados	7	199.455	105.660
Contas a receber de clientes	8	365.969	338.140
Estoques		21.547	19.302
Despesas antecipadas		1.000	30
Tributos a recuperar	9	21.556	16.439
Adiantamentos a empregados		2.799	3.035
Outros ativos		156	-
		<u>1.619.064</u>	<u>700.847</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber de clientes	8	2.445	4.537
Projeto KfW II - recursos aplicados		58.269	53.911
Tributos a recuperar	9	-	87.500
Depósitos judiciais	10	13.897	6.906
Depósitos para reinvestimento		5.737	2.966
Depósitos vinculados a garantias	11	51.075	20.248
Ativos financeiros - contratos de concessão	12	6.748	72.055
Despesas antecipadas		1.000	-
Outros ativos		314	251
Investimentos	13	1.352	658
Imobilizado	14	62.399	58.418
Ativo de contrato	15	370.407	247.750
Intangível	16	2.673.912	2.600.474
		<u>3.247.555</u>	<u>3.155.674</u>
Total do ativo		<u>4.866.619</u>	<u>3.856.521</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

# COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

### Passivo e patrimônio líquido

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	17	176.711	144.133
Passivo de arrendamento	18	15.443	19.334
Empréstimos e financiamentos	19	63.844	56.247
Debêntures	20	15.701	-
Obrigações sociais	21	44.947	42.213
Incentivo à aposentadoria - PRSP	22	18.446	18.788
Imposto de renda e contribuição social a recolher	23	-	14.643
Tributos a recolher	23	26.926	28.929
Acordos judiciais a pagar		1.461	3.858
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	25	13.927	23.133
Obrigações com tarifa de contingência	24	212.499	175.446
Obrigações com clientes		2.848	3.086
Outras obrigações		253	52
		<u>593.005</u>	<u>529.862</u>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	19	362.184	363.914
Debêntures	20	803.244	-
Passivo de arrendamento	18	9.096	2.641
Incentivo à aposentadoria - PRSP	22	39.100	45.212
Tributos a recolher	23	12.979	16.805
Projeto KfW II - recursos recebidos		52.276	51.231
Provisão para contingências	26	80.695	60.556
Provisão atuarial benefício definido - Plano de saúde	27	160.549	164.774
Garantias contratuais de fornecedores		3.616	3.593
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	109.982	107.106
		<u>1.633.721</u>	<u>815.832</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	29	2.121.545	1.943.607
Reservas de lucros	30	181.433	215.152
Ajuste de avaliação patrimonial	31	409.808	436.140
Outros resultados abrangentes		<u>(72.893)</u>	<u>(84.072)</u>
		<u>2.639.893</u>	<u>2.510.827</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>4.866.619</u></u>	<u><u>3.856.521</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

# COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida de serviços	39	1.745.161	1.573.886
Custos dos serviços prestados	40	(846.774)	(741.728)
Custos de construção	40	(141.147)	(120.880)
		<u>(987.921)</u>	<u>(862.608)</u>
Lucro bruto		<u>757.240</u>	<u>711.278</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas comerciais	41	(149.996)	(160.283)
Despesas administrativas	42	(349.847)	(323.401)
Outras despesas, líquidas		(10.336)	(3.540)
Resultado de equivalência patrimonial		615	-
		<u>(509.564)</u>	<u>(487.224)</u>
Lucro operacional		<u>247.676</u>	<u>224.054</u>
Resultado financeiro, líquido			
Receitas financeiras	43	110.258	68.969
Despesas financeiras	43	(163.902)	(149.563)
		<u>(53.644)</u>	<u>(80.594)</u>
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		<u>194.032</u>	<u>143.460</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	33	(63.743)	(73.786)
Incentivos fiscais de redução do imposto de renda	33	22.642	21.356
Imposto de renda e contribuição social diferidos	33	2.884	43.568
		<u>(38.217)</u>	<u>(8.862)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>155.815</u></u>	<u><u>134.598</u></u>
Resultado por lote de mil ações do capital social ponderado			
Ações ordinárias (Em R\$)	38	0,8489	0,7271
Ações preferenciais (Em R\$)	38	<u>0,9338</u>	<u>0,7998</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

# COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Demonstrações do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do período	155.815	134.598
Outros resultados abrangentes	11.179	32.155
Resultado abrangente do período	<u>166.994</u>	<u>166.753</u>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

---

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
		Legal	Estatutária	Incentivos fiscais					
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.977.904	8.287	22.197	37.355	20.362	462.028	(116.227)	-	2.411.906
Aumento capital social - AGE 21/02/2020	435	-	-	(435)	-	-	-	-	-
Redução capital social - AGE 24/07/2020	(34.732)	-	-	-	-	-	-	-	(34.732)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial (Nota 31)	-	-	-	-	-	(25.888)	-	25.888	-
Reconhecimento ganhos atuariais com benefício definido	-	-	-	-	-	-	32.155	-	32.155
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	134.598	134.598
Constituição de reserva legal	-	6.730	-	-	-	-	-	(6.730)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	-	21.356	-	-	-	(21.356)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	99.300	-	-	(99.300)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(33.100)	(33.100)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.943.607	15.017	22.197	58.276	119.662	436.140	(84.072)	-	2.510.827
Aumento capital social - AGOE 16/04/2021	177.938	-	-	(58.276)	(119.662)	-	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial (Nota 31)	-	-	-	-	-	(26.332)	-	26.332	-
Reconhecimento ganhos atuariais com benefício definido	-	-	-	-	-	-	11.179	-	11.179
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	155.815	155.815
Constituição de reserva legal	-	7.791	-	-	-	-	-	(7.791)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	-	22.642	-	-	-	(22.642)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	113.786	-	-	(113.786)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(37.928)	(37.928)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>2.121.545</u>	<u>22.808</u>	<u>22.197</u>	<u>22.642</u>	<u>113.786</u>	<u>409.808</u>	<u>(72.893)</u>	<u>-</u>	<u>2.639.893</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

# COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		194.032	143.460
Depreciação e amortização	14 e 16	148.441	145.940
Valor residual da baixa de ativos imobilizados e intangíveis	14, 15 e 16	35.059	25.767
Resultado ativos financeiros - contratos de concessão	12 e 43	(4.777)	1.748
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8 e 41	36.958	66.874
Constituição provisão para contingência	26	7.053	3.882
Provisão incentivo à aposentadoria - PRSP	22	9.341	(780)
Atualização da provisão incentivo a aposentadoria - PRSP	22	6.298	7.904
Ajuste a valor presente - PRSP	22	(2.633)	(695)
Provisão atuarial - Benefício definido Plano de saúde	27	6.954	4.804
Atualização monetária de depósitos judiciais e REFIS		(698)	103
Provisão de parcelamentos tributários		-	7.925
Juros e variações monetárias	19, 20 e 26	117.320	35.605
Variações cambiais	19 e 43	17.568	60.414
Tributos diferidos		2.876	23.453
Rendimento aplicações financeiras		(52.247)	(3.374)
Ajuste a valor presente de arrendamento	18 e 43	4.461	1.462
Resultado de equivalência patrimonial	13	(615)	-
		<u>525.391</u>	<u>524.492</u>
Variações nos ativos e passivos			
Depósitos vinculados		(80.097)	25.554
Contas a receber de clientes		(62.695)	(101.335)
Estoques		(2.245)	1.459
Tributos a recuperar		67.093	(96.234)
Depósitos para reinvestimento		(2.538)	791
Depósitos vinculados a garantias		(29.263)	(4)
Outros ativos		(8.479)	3.339
Fornecedores	17	32.578	11.366
Incentivo à aposentadoria - PRSP	22	(19.460)	(32.912)
Obrigações com tarifa de contingência	24	37.053	(6.895)
Imposto de renda e contribuição social a recolher		11.239	71.662
Tributos a recolher		(5.675)	(5.309)
Acordos judiciais a pagar		(2.397)	(6.973)
Provisão para contingências		(1.112)	(711)
Projetos KfW II		(4.358)	(114)
Outros passivos		4.714	8.665
Caixa proveniente das operações		<u>459.749</u>	<u>396.841</u>
Juros pagos		(46.384)	(23.644)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(48.809)	(63.404)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>364.556</u>	<u>309.793</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras		(751.604)	(76.249)
Aquisição de imobilizado, intangível, ativo de contrato	14, 15, 16 e 18	(299.459)	(172.997)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(1.051.063)</u>	<u>(249.246)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Amortização de empréstimos	19	(51.507)	(67.645)
Amortização de obrigações por arrendamento	18	(15.027)	(23.423)
Ingressos de empréstimos	19	38.256	46.853
Emissão de debêntures	20	775.990	-
Pagamento gastos iniciais debêntures	20	(14.086)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(47.134)	(16.817)
Caixa líquido (aplicado) gerado na atividade de financiamentos		<u>686.492</u>	<u>(61.032)</u>
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>(15)</u>	<u>(485)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		109	594
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		<u>94</u>	<u>109</u>
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>(15)</u>	<u>(485)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

# COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

## Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas		
Vendas brutas de serviços	1.773.661	1.594.279
Vendas brutas de construções	141.147	120.880
Outras receitas	7.680	4.973
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (constituição)	(36.958)	(57.238)
	<u>1.885.530</u>	<u>1.662.894</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica	(139.418)	(117.319)
Água bruta	(73.430)	(69.194)
Materiais de tratamento	(56.548)	(48.280)
Materiais e serviços de conservação e manutenção dos sistemas	(92.406)	(72.036)
Serviços prestados por terceiros e outros materiais e serviços	(445.699)	(377.701)
Custos de construções	(141.147)	(120.880)
	<u>(948.648)</u>	<u>(805.410)</u>
Valor adicionado bruto	<u>936.882</u>	<u>857.484</u>
Depreciação e amortização	<u>(148.441)</u>	<u>(140.195)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>788.441</u>	<u>717.289</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	109.013	70.807
Receita financeira - ativo financeiro	4.777	(1.748)
	<u>113.790</u>	<u>69.059</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>902.231</u>	<u>786.348</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	201.544	184.609
Benefícios	75.439	77.503
FGTS	12.595	11.610
Honorários de diretoria	2.765	2.747
Participação dos empregados nos lucros	12.844	11.077
Planos de aposentadorias e pensão	6.708	(1.475)
	<u>311.895</u>	<u>286.071</u>
Impostos, taxas, contribuições, concessões e agentes reguladores		
Federais	216.496	164.684
Estaduais	20.045	19.134
Municipais	1.728	1.543
Agentes reguladores	17.552	17.914
Taxa de concessão da prefeitura de Fortaleza	14.083	13.038
	<u>269.904</u>	<u>216.313</u>
Financiadores		
Juros	21.755	24.237
Outras despesas financeiras	142.147	123.578
Aluguéis	715	1.551
	<u>164.617</u>	<u>149.366</u>
Remuneração de capital próprio		
Lucros retidos	117.887	101.498
Juros sobre capital próprio	37.928	33.100
	<u>155.815</u>	<u>134.598</u>
Valor adicionado distribuído	<u>902.231</u>	<u>786.348</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

## COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Informações gerais

A Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE ("Companhia" ou "CAGECE") é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Estado do Ceará, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Doutor Lauro Vieira Chaves, nº 1.030, na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará. Foi criada pela Lei Estadual nº 9.499, de 20 de julho de 1971, com alterações posteriores, e tem por objetivo o serviço público de água e esgotamento sanitário em todo o território do Estado do Ceará, operando diretamente ou por subsidiária, ou por pessoa jurídica mediante contrato, sendo tais serviços regulados na capital do Estado do Ceará pela Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental - ACFOR, e no interior pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia atuava em operações de abastecimento de água e/ou operações de esgotamento sanitário em 152 municípios no Estado do Ceará que, considerando a Lei Complementar Estadual nº 247, de 18 de junho de 2021, foram divididos em três microrregiões: Centro Norte, Centro Sul e Oeste.

A Lei Estadual 247 de 18 de junho de 2021 instituiu as microrregiões de água e esgoto do oeste, do centro-norte e do centro-sul e suas respectivas estruturas de governança. Diante disso, em 28 de dezembro de 2021, foram assinados contratos com as microrregiões prorrogando os prazos de concessão de 151 municípios até 06 de outubro de 2055. O contrato de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário de Cariús está vencido, porém o Colegiado da Microrregião Centro Sul autorizou a continuidade dos serviços até que seja deliberado, na forma da Legislação em vigor, sobre a matéria.

A partir de 29 de janeiro de 2021, a Companhia passou a aplicar o reajuste da tarifa média em 12,25%, após revisão ordinária realizada conforme Resolução Cagece 045/20, de 30 de dezembro de 2020 (ARCE).

A seguir, estão discriminados os principais contratos e seus respectivos vencimentos:

Municípios	Microrregião	Status	Data de vencimento	% de faturamento*
FORTALEZA	CENTRO-NORTE	Vigente	06/10/2055	54,95
CAUCAIA	CENTRO-NORTE	Vigente	06/10/2055	4,65
MARACANAÚ	CENTRO-NORTE	Vigente	06/10/2055	4,61
JUAZEIRO DO NORTE	CENTRO-SUL	Vigente	06/10/2055	4,14
SÃO G. DO AMARANTE	CENTRO-NORTE	Vigente	06/10/2055	1,55
EUSÉBIO	CENTRO-NORTE	Vigente	06/10/2055	1,15
ITAPIPOCA	CENTRO-NORTE	Vigente	06/10/2055	1,14
TIANGUÁ	OESTE	Vigente	06/10/2055	1,03
MARANGUAPE	CENTRO-NORTE	Vigente	06/10/2055	1,03
PACATUBA	CENTRO-NORTE	Vigente	06/10/2055	0,99

(\*) Informação não auditada.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Em julho de 2020, foi sancionando o novo Marco Legal do Saneamento Básico, por meio da edição da Lei Federal nº 14.026/2020.

As modificações introduzidas na legislação que regula o setor visam aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, com a meta de alcançar a universalização dos serviços até 2033, garantindo que 99% da população brasileira tenha acesso à água potável e 90% ao tratamento e à coleta de esgoto.

A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) será a responsável por editar normas de referência para a prestação de saneamento básico e as agências reguladoras terão adesão voluntária.

De acordo com o novo marco legal, o princípio fundamental para a estruturação dos serviços públicos de saneamento básico é sua prestação regionalizada, com vistas à geração de ganhos de escala e à garantia da universalização e da viabilidade econômico-financeira desses serviços, impondo-a como uma das condições de acesso a recursos federais.

Considerando que a Lei traz vários desafios ao setor, a Companhia adotou medidas de adaptação, com a identificação dos seus impactos na regulação e na prestação dos serviços, o levantamento do grau de adequação à nova legislação e a identificação das ações necessárias para ajustamento regulatório dos contratos da Companhia com os poderes concedentes.

Neste contexto, foi criado o Comitê do Marco Legal do Saneamento, com as atribuições de analisar os impactos e propor os ajustes necessários para adaptação da Companhia.

Em 31 de maio de 2021, foi sancionado pelo Presidente da República o Decreto 10.710/2021 que regulamenta a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, considerando os contratos regulares em vigor, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização previstas no Novo Marco Legal.

A avaliação da capacidade econômico-financeira será feita pela entidade reguladora em duas etapas sucessivas, quais sejam: (i) na primeira etapa, será analisado o cumprimento de índices referenciais mínimos dos indicadores econômico-financeiros; e (ii) na segunda etapa, será analisada a adequação dos estudos de viabilidade e do plano de captação. A não aprovação do prestador na primeira etapa dispensa a análise referente à etapa seguinte. Além disso, o prestador deverá apresentar requerimento de comprovação de capacidade econômico-financeira junto a entidade reguladora responsável pela fiscalização de seus contratos até 31 de dezembro de 2021.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Para a aprovação na primeira etapa de que trata o inciso I do caput do art. 4º, o prestador deverá comprovar que os indicadores econômico-financeiros do grupo econômico a que pertence atendem aos seguintes referenciais mínimos:

- i) índice de margem líquida sem depreciação e amortização superior a zero;
- ii) índice de grau de endividamento inferior ou igual a um;
- iii) índice de retorno sobre patrimônio líquido superior a zero; e
- iv) índice de suficiência de caixa superior a um.

Para a aprovação na segunda etapa de que trata o inciso II do caput do art. 4º, o prestador deverá comprovar:

- i) que os estudos de viabilidade resultam em fluxo de caixa global com valor presente líquido igual ou superior a zero; e
- ii) que o plano de captação está compatível com os estudos de viabilidade.

Para cumprir a primeira etapa, a Companhia realizou a contratação da BDO RCS Auditores Independentes SS para certificar o produto a ser entregue nesta etapa.

De acordo com os resultados apresentados no relatório de procedimentos do auditor independente contratado, a Companhia cumpriu os índices referenciais mínimos dos indicadores econômico-financeiros exigidos no Decreto nº 10.710/2021.

Para cumprir a segunda etapa, a Companhia realizou a contratação da Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia - FUNDACE como certificador independente para elaborar os estudos de viabilidade e o plano de captação, bem como emitir laudo que ateste a adequação dos estudos de viabilidade e plano de captação às exigências do referido decreto.

A FUNDACE realizou o trabalho para o qual foi contratada e emitiu os laudos de comprovação da capacidade econômico-financeira da Companhia.

A Companhia apresentou o requerimento de comprovação da capacidade econômico-financeira acompanhado de todos os documentos mencionados no art. 11º do Decreto 10.710/2021 junto a ARCE, no dia 30/12/2021, cumprindo o prazo estabelecido no referido decreto.

Além disso, a Companhia também apresentou a documentação junto a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA juntamente com a cópia do protocolo do requerimento de comprovação de capacidade econômico-financeira junto à ARCE, no prazo estabelecido no decreto.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

O processo de comprovação de capacidade econômico-financeira deverá estar concluído, com a inclusão de decisões sobre eventuais recursos administrativos, até 31 de março de 2022, prazo estabelecido no Decreto 10.710/2021. Até esta data, a entidade reguladora competente poderá requisitar a Companhia a apresentação de informações e documentos complementares, inclusive laudos ou pareceres específicos a serem elaborados por entidades de notória reputação.

#### Impactos da COVID-19

As medidas mantidas em 2021, pela Companhia, visando o enfrentamento a Pandemia de COVID-19, visando manter as operações da Cagece, bem como a saúde e segurança de seus colaboradores foram as seguintes: (i) regime de rodízio semanal de colaboradores, mantendo o percentual de 50% presencial e 50% em home office; (ii) isolamento domiciliar de 7 (sete) dias para colaboradores que testem positivo para a doença; (iii) reforço da comunicação interna através de publicação semanal de boletim interno do panorama do Coronavírus na Companhia; (iv) disponibilização de álcool gel e líquido em todos os ambientes da Companhia; (v) lojas de atendimento presencial da capital e região metropolitana funcionando por meio de agendamento no site da Companhia e seguindo os protocolos de segurança estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde, tais como, exigência do uso de máscara tanto para os colaboradores quanto para os clientes, distanciamento entre as atendentes e uso de álcool em gel.

Em 12 de março de 2021, foi decretada pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e sancionada pelo Governador do Estado a Lei Estadual 17.412/2021, que renovava por dois meses a isenção da tarifa de água e esgoto de consumidores residenciais de municípios assistidos pela Companhia, que se enquadravam no padrão básico, observado o limite de consumo de 10 (dez) m<sup>3</sup>/mês, ficando também os consumidores residenciais do padrão básico e regular isentos do pagamento da tarifa de contingência a que se refere o art. 46 da Lei Federal n.º 11.445/2007. Essas isenções já haviam sido concedidas no ano anterior mediante decreto 17.196/2020. Há época, o benefício perdurou de abril a agosto de 2020.

Também em 12 de março de 2021 foi decretada pela Assembleia Legislativa do Estado e sancionada pelo Governador do Estado a Lei Estadual 17.408/2021, que isentava o pagamento das tarifas de água e esgoto e de contingência a estabelecimentos do setor de alimentação fora do lar, situados no Estado do Ceará, em decorrência do período de pandemia da COVID-19. As isenções foram vigentes durante os meses de março, abril e maio de 2021. A Lei também autorizou a remissão de dívidas de empresas desse setor que tinham pendências de pagamento junto à Companhia referentes aos meses de março de 2020 a fevereiro de 2021.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Objetivando preservar o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, tanto a Lei nº 17.412/2021, como a Lei nº 17.408/2021, repetindo o já ocorrido com a Lei 17.196/2020, autorizaram, excepcionalmente, a utilização de recursos provenientes da tarifa de contingência para compensar as isenções. O valor total utilizado até 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 30.902 relativo as isenções da Lei nº 17.412/2021 e R\$ 7.015 relativos à Lei nº 17.408/2021, subdividido entre R\$ 4.313 de isenção de receita a faturar e R\$ 2.702 de quitações e devoluções.

Adicionalmente, a fim de minimizar os impactos da elevação na inadimplência ao longo desse período pandêmico, a Companhia, em maio de 2021, divulgou aos seus clientes uma Campanha de parcelamentos de dívidas, a fim de melhorar os recebimentos de créditos e reduzir os impactos em seu Contas a Receber. Os clientes inadimplentes há mais de 30 dias poderiam parcelar suas dívidas em até 24 meses. Até setembro de 2021, quando foi encerrada, a Campanha alcançou mais de 42 mil clientes.

Nesse cenário, a Companhia segue avaliando sistematicamente os impactos que a COVID-19 ainda poderá trazer aos seus negócios.

## 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pelos membros do Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2022.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de Terrenos, Edificações, Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos, Veículos e Equipamentos de Informática na data de transição para IFRS, sendo que estes bens não são reversíveis ao poder concedente.

As demonstrações contábeis foram elaboradas levando em conta o pressuposto da continuidade operacional, dado que a Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perpetuidade de seus negócios e a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia.

## 2.3. Conversão de moeda estrangeira

### (a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### (b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão relacionadas com empréstimos e financiamentos são reconhecidas no resultado do exercício como receita ou despesa financeira.

## 2.4. Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis foram elaboradas utilizando estimativas e premissas que afetam montantes divulgados nessas informações e notas explicativas. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Os principais processos de estimativas estão resumidos a seguir:

(a) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise do contas a receber de clientes e de acordo com a política contábil estabelecida na Nota 2.7.

(b) Vidas úteis do ativo imobilizado e intangível

A Companhia mensura a vida útil de seus ativos imobilizados e intangíveis a fim de refletir o tempo em que se espera que os benefícios econômicos futuros dos ativos sejam consumidos. As premissas de vida útil e cálculos de depreciação e amortização de imobilizados e intangíveis são apresentadas nas Notas Explicativas n<sup>os</sup> 2.11 e 2.10, respectivamente.

(c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência que determine se um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros não é recuperável. A Nota 2.6.(c) apresenta a política contábil aplicável para mensuração e evidenciação da estimativa relacionada a redução ao valor recuperável de ativos financeiros.

(d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. A Nota n<sup>o</sup> 2.14 apresenta a política contábil aplicável para mensuração e evidenciação da estimativa relacionada a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

(e) Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

A Administração da Companhia acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais são necessárias e adequadas com base na legislação em vigor.

(f) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Nota 2.18 apresenta as políticas contábeis aplicáveis aos impostos.

(g) Benefícios a empregados

A Companhia registra seus benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAGECE, relacionados a assistência médica e benefícios previdenciários, de acordo com as avaliações atuariais anuais definidas, conforme Políticas Contábeis apresentadas na Nota 2.19.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, não existindo restrição em sua utilização e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6. Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros - classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(b) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

(c) Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reduz seus ativos financeiros e contratuais ao valor recuperável pelo modelo de perdas esperadas que requer o registro da perda estimada no reconhecimento inicial do ativo exposto ao risco de crédito.

O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base em dados objetivos do "contas a receber", históricos de recebimentos e inadimplência dos clientes, garantias existentes, e pelas expectativas de perdas futuras.

(d) Passivos financeiros - classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Incluem-se nessa categoria os "Empréstimos e financiamentos", "Fornecedores", "Incentivo à aposentadoria - PRSP", "Arrendamento mercantil", "Obrigações com clientes" e "Garantias contratuais de fornecedores".

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros.

(e) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelo serviço prestado no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas. A análise é realizada com base em dados objetivos do "contas a receber", históricos de recebimentos e inadimplência dos clientes, garantias existentes, e pelas expectativas de perdas futuras.

Os critérios para reconhecimento de impairment, atualmente aplicados, consideram que as vendas são pulverizadas entre um grande número de clientes e que o contas a receber de clientes não possui um componente significativo de financiamento, ou seja o faturamento tem vencimento em até 30 dias.

2.8. Ativos financeiros

Um ativo financeiro é reconhecido quando a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa ou equivalentes de caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato.

2.9. Estoques

A Administração reconhece saldos de estoques tanto no ativo circulante, como no ativo de contrato que contempla os estoques para obras.

Os estoques são demonstrados ao custo, avaliado pelo custo médio de aquisição, o qual considera os gastos incorridos na sua aquisição e outros incorridos em trazê-los às suas localizações. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

## 2.10. Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário de acordo com a ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão. O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, ajustado ao custo atribuído em anos anteriores em função a convergência às IFRS, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão é classificada como ativo financeiro.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil-econômica na qual os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue os principais:

	<u>Anos</u>
Adutoras e canais	30 a 60 anos
Edificações	20 a 67 anos
Estações de tratamento	60 a 67 anos
Hidrômetros	5 a 10 anos
Ligações	20 a 50 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10 anos
Poços	60 anos
Redes	30 a 80 anos
Reservatórios	20 a 60 anos

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

(a) Contratos de concessão

São registrados de acordo com o ICPC 01 (R1) e OCPC 05 e, portanto, a Companhia registra parte no ativo intangível, na extensão que recebe um direito para cobrar do usuário a utilização do serviço público, e parte do valor no ativo financeiro na extensão em que a vida útil econômica dos bens registrados no ativo intangível ultrapassa o prazo do Contrato. O ativo financeiro representa o valor remanescente do ativo intangível a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente no final do prazo do contrato. Os bens patrimoniais são amortizados de acordo a vida útil dos mesmos e o que excede o tempo da concessão, torna-se ativo financeiro.

(b) Direitos de uso - concessão do município

Direitos de uso referem-se a custos incorridos em renovação de concessões públicas, a título de ressarcimento pela Companhia de investimentos na infraestrutura realizados pelos municípios. Os valores registrados no ativo intangível referem-se a ressarcimentos já efetuados pela Companhia às prefeituras como parte do acordo para renovação das concessões de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Esses investimentos não integram a base tarifária da Companhia, contudo representam o investimento realizado pela Companhia para a renovação da concessão. Esses direitos de uso são amortizados linearmente pelo prazo de concessão diretamente relacionado.

(c) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de um a dez anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos no ativo intangível quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- O software pode ser vendido ou usado;

Notas explicativas da Administração às informações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software;
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

#### (d) Obrigações especiais

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, do Estado, dos municípios e dos consumidores, incluindo os valores recebidos a título de tarifa de contingência, que foram utilizados na aquisição de ativos, doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público.

### 2.11. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo atribuído até 1º de janeiro de 2009 e histórico como base de valor após essa data, menos depreciação e perdas ao valor recuperável (impairment) acumuladas, se for o caso.

O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local em que esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

As baixas do imobilizado são realizadas considerando os valores residuais de itens ou peças substituídas. Todos os outros reparos e manutenções são registrados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Computadores e periféricos	5 a 10 anos
Edificações	20 a 67 anos
Ferramentas	10 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos foram revisados e ajustados.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

## 2.12. Operações de arrendamento

A norma estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam todos os arrendamentos conforme um único modelo através do balanço patrimonial, ou seja, o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, este modelo é aplicável para substancialmente todos os contratos de arrendamentos, exceto àqueles contratos que por definição atendem ao expediente prático da norma.

## 2.13. Investimentos em coligadas

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício da investida.

#### 2.14. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização e a depreciação são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

A Administração definiu como Unidade Geradora de Caixa as atividades da Companhia como um todo por existirem subsídios cruzados entre os serviços de água e esgoto e dentre os municípios em que atua. Subsídios cruzados são representados pelas áreas em que houver conurbação ou integração de sistemas de água e esgoto em operação que justifique a criação de uma Região Metropolitana, Microrregiões e Aglomerações.

Na avaliação da Companhia, não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através da geração de fluxos de caixa futuros.

#### 2.15. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

#### 2.16. Debêntures

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação e, subsequentemente, apresentadas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Além disso, são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos das debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

#### 2.17. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

## 2.18. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do exercício compreendem os tributos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre os lucros diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes, contra os passivos fiscais correntes e quando os tributos diferidos ativos e passivos se relacionam com os tributos incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis, onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 2.19. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAGECE relacionados à assistência médica e benefícios previdenciários são reconhecidos de acordo com os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). As avaliações atuariais são anuais. No plano de previdência complementar do tipo contribuição definida (CD), o risco atuarial e o risco dos investimentos são assumidos pelos participantes. O reconhecimento dos custos é determinado pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da CAGECE e não há necessidade de nenhum cálculo atuarial para a mensuração da obrigação ou despesa, uma vez que não existe ganho ou perda atuarial. Outro benefício concedido é o plano de assistência à saúde, destinado aos empregados, aposentados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais de conhecimento da CAGECE, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado.

Desse modo, o plano de aposentadoria, administrado pela Fundação CAGECE de Previdência Complementar - Cageprev, sob ditames do CPC 33, é considerado sob contribuição definida, uma vez que não há a obrigação de nenhum cálculo atuarial para a apuração da obrigação/despesa. Quanto ao plano de assistência médica, tendo-se em vista que a CAGECE já constitui provisão atuarial, atendendo às disposições do Pronunciamento CPC 33 (R1), apenas existe prerrogativa de complemento dessa provisão na hipótese de aumento de passivo.

### Obrigações de aposentadoria

Instituída pela CAGECE através da Lei Estadual nº 13.313/2003, a CAGEPREV - Fundação CAGECE de Previdência Complementar foi fundada em 12 de fevereiro de 2004 através da Portaria nº 24, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), subordinada ao extinto Ministério da Previdência, para administrar o Plano de Contribuição Variável - PCV dos empregados da CAGECE, com o objetivo de pagar, aos seus participantes e respectivos beneficiários, benefícios complementares aos da previdência oficial (INSS).

Através da Lei Estadual nº 13.313 de 2003, a Companhia instituiu, em fevereiro de 2004, a Fundação CAGECE de Previdência Complementar - Cageprev, plano de contribuição definida, com o objetivo de pagar, aos seus participantes e respectivos beneficiários, benefícios complementares aos da previdência oficial (INSS). através do Plano de Contribuição Variável (PCV), em favor dos seus participantes e respectivos beneficiários.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Para isso a Companhia realiza contribuições mensais à Cageprev, em um percentual de seu salário de participação, calculado no momento de sua adesão ao Plano. A Patrocinadora CAGECE também efetua contribuições mensais no mesmo percentual, obedecendo a Lei Complementar N.º 108/2001, limitado ao percentual de até 12%.

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no exercício corrente e anterior.

Com relação a planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para a Fundação Cageprev de forma obrigatória e contratual. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois de que a contribuição é efetuada.

As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados no resultado dos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Benefícios de rescisão - Plano de Reconhecimento do Serviço Prestado (PRSP)

O benefício de rescisão é exigível quando o vínculo empregatício é encerrado pela Companhia antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que um empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Companhia reconhece os benefícios de rescisão na primeira das seguintes datas: (i) quando a Companhia não mais puder retirar a oferta desses benefícios; e (ii) quando a entidade reconhecer custos de reestruturação que estejam no escopo do CPC 25 e envolvam o pagamento de benefícios de rescisão. No caso de uma oferta efetuada para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são mensurados com base no número de empregados que possuem na data-base em referência o contrato de adesão assinado pelas partes. Os benefícios que vencerem após 12 meses da data do balanço são descontados a valor presente.

#### Participação nos resultados - obrigações de benefícios de curto prazo

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após determinados ajustes, conforme definido em acordo coletivo. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (constructive obligation).

#### 2.20. Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

##### Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

##### Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo de 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

##### Dividendos mínimos obrigatórios

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

## 2.21. Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetivo compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e registrada no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

A Companhia usufrui da redução do imposto de renda como Incentivo ao Desenvolvimento Regional, aplicados através de projetos apresentados junto à SUDENE, são eles: Redução de 75% do IRPJ e Reinvestimento do IRPJ.

O principal incentivo fiscal da Companhia é a redução de 75% do IRPJ utilizado desde 2007, sendo o último projeto vigente até dezembro de 2026.

A Companhia se beneficia de outros incentivos fiscais, dentre eles: PAT, Programa Empresa Cidadã, Atividades Culturais ou Artísticas e Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

## 2.22. Tarifa de contingência

Em 2015, através da Resolução nº 201, de 19 de novembro de 2015, a qual foi alterada pela Resolução nº 212, de 17 de agosto de 2016, ambas emitidas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE, e a Nota Técnica da Agência de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental - ACFOR inscrita sob Processo nº 003/15 - SUP, foi aprovada a implantação da tarifa de contingência. O mecanismo consiste na cobrança de um valor adicional pelo volume de água que ultrapassar a meta de economia estabelecida para cada cliente nos termos estabelecidos nas referidas resoluções. A aplicação dos recursos provenientes da tarifa de contingência visa cobrir os custos adicionais decorrentes da situação de escassez e investimentos para redução de perdas físicas de água e segurança hídrica.

Conforme estipulam as regulamentações sobre o tema:

- A utilização dos recursos financeiros provenientes da tarifa de contingência, fica condicionada à aprovação pelas Agências Reguladoras, dos projetos/investimentos constantes no plano de redução de perdas encaminhado pela Companhia;
- A Companhia mantém aplicação financeira vinculada e restrita para administrar os recursos recebidos oriundos da tarifa de contingência;

Notas explicativas da Administração às informações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- Os ativos físicos constituídos a partir dos recursos provenientes da tarifa de contingência serão considerados como provenientes de recursos não onerosos (participação financeira do usuário), sendo registrados como obrigações especiais;
- Se extinta a vigência da tarifa de contingência, os saldos contábeis das contas vinculadas a esses recursos recebidos, que não estejam comprometidos com inversões do plano de redução de perdas de água, serão considerados pelas Agências Reguladoras (ARCE e ACFOR), no processo tarifário, para fins de modicidade tarifária.

Consequentemente, a Companhia mantém registrados no passivo circulante os valores provenientes da tarifa de contingência os quais ainda não foram aplicados nos projetos/investimentos constantes no plano de redução de perdas físicas de água e segurança hídrica.

### 2.23. Receita

Receita com vendas e prestação de serviços

É reconhecida tomando por base os serviços medidos de fornecimento de água e a coleta de esgoto no momento em que cumpre as obrigações de desempenho, conforme define o CPC 47, IFRS 15 (Receita de contrato com cliente). As receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não faturada até o final de cada exercício são estimadas e reconhecidas no contas a receber de clientes e a contrapartida no resultado como receita a faturar.

A receita é apresentada líquida dos impostos e dos descontos.

Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que a concessionária de saneamento deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de contratos com clientes. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade-fim da Companhia é o abastecimento de água e esgotamento sanitário; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, o abastecimento de água e esgotamento sanitário; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo de contrato é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

#### Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros do contas a receber é reconhecida no resultado conforme efetivamente incorridos e recebidos.

#### 2.24. Resultado por ação de capital

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

#### 2.25. Apresentação de Informação por Segmento

Com base no CPC 22, dada a peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial (serviços de saneamento), as decisões de investimentos tomadas pela administração estão pautadas, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Desta forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto. O fator principal que faz com que o controle gerencial seja o conjunto das atividades de água e de esgoto é a existência de subsídio cruzado na prestação de serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto. A mensuração de performance e apuração das informações por um único segmento estão consistentes com as políticas adotadas na preparação das demonstrações contábeis, uma vez que a Administração utiliza estas informações para analisar o desempenho da Companhia.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 2.26. DVA - Demonstração do Valor Adicionado

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, sendo requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentada como informação suplementar às demonstrações contábeis para fins de IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das informações anuais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza gerada por meio da receita bruta das vendas (incluindo os tributos incidentes, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, como também os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

## 3. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

### IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

Notas explicativas da Administração às informações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável);
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

#### 4. Gestão de risco financeiro

##### 4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

## COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### (a) Risco de mercado

#### i) Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos passivos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras decorrentes. A Companhia não mantém operações de "hedge" ou "swap", no entanto, faz uma gestão ativa da dívida, buscando reduzir a exposição em moeda estrangeira.

A exposição de passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, ao dólar estadunidense, estava assim representada em milhares de reais:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Empréstimos e financiamentos com o BID (Nota 19)	230.952	241.942
Cotação do USD	5,5805	5,1967
Empréstimos e financiamentos com o BID em USD	41.386	46.557

#### ii) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos e as debêntures ou diminuam as receitas financeiras relativas as aplicações financeiras. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía R\$ 426.028 (R\$ 420.161 em 31 de dezembro de 2020) (Nota 19) em empréstimos e financiamentos e R\$ 818.945 em debêntures (nota 20), ambos captados a taxa variável de juros (TR), (TLP), (LIBOR), (IPCA) e (CDI) distribuídos conforme tabela a seguir:

## COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Banco	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020	Taxa Contratual (a.a)
Caixa Econômica Federal	87.872	103.480	9,23%
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	230.952	241.942	Tranche 1: Libor + 1,74% Tranche 2: 4,59%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	14.744	18.144	TLP + 2,71%
Banco Santander	817	1.853	TLP + 5,1%
Banco do Nordeste	91.643	54.742	IPCA + 1,77%
Total de empréstimos e financiamentos	426.028	420.161	
Debêntures 1ª série	262.933	-	CDI + 2,10%
Debêntures 2ª série	556.012	-	IPCA + 5,41%
Total de debêntures	818.945	-	

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de atualização que afetam as dívidas da Companhia.

A análise de sensibilidade de risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros está demonstrada na Nota nº 4.1. (d).

### (b) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía exposição ao risco de crédito relacionado aos seguintes ativos financeiros: caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras, depósitos vinculados, contas a receber de clientes e ativo financeiro contratos de concessão.

Com relação ao saldo de caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras e depósitos vinculados a Companhia tem como política aplicar seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, conforme divulgado nas Notas 4.5, 5, 6 e 7.

Com relação ao saldo de contas a receber, a Companhia tem os seus créditos segmentados da seguinte forma: particulares, órgãos públicos e serviços indiretos:

- Particulares - serviços prestados a clientes pessoas físicas e pessoas jurídicas (comerciais, serviços, industriais etc.);
- Órgãos públicos - serviços prestados a órgãos nas esferas: municipal, estadual e federal. No tocante aos órgãos estaduais e municipais, o Governo do Estado estabeleceu políticas no sentido de coibir a existência de débitos com a Companhia;
- Serviços indiretos - trata-se de serviços relacionados à ligação, corte, religação, acréscimos por impontualidades, conservação e reparos de hidrômetros, serviços de laboratórios, ampliações, dentre outros.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

A Lei nº 14.026 de 15 de julho de 2020, que alterou a Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007, onde são estabelecidas as diretrizes nacionais para o saneamento básico, versa em seu artigo 40, inciso V, parágrafo 2º que a Companhia pode interromper os serviços em decorrência do inadimplemento do pagamento das tarifas pelo usuário, desde que tenha transcorrido 30 dias de uma notificação formal onde são comunicados o débito e a possível paralisação do serviço.

De uma forma geral, a Companhia mitiga seus riscos de créditos pela prestação de serviços a uma base de clientes pulverizada e sem concentração definida, que abrange praticamente toda a população do estado do Ceará.

Com relação aos ativos financeiros - contratos de concessão, os riscos relativos são considerados bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de ser indenizado ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente.

#### (c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada de duas formas: (i) uma previsão de curtíssimo prazo (até 60 dias) realizada pela Gerência Financeira; e (ii) outra de curto prazo (até 365 dias) realizada pela Gerência Orçamento, a partir da aprovação do orçamento de caixa da Companhia pela Diretoria Colegiada.

A Gerência Financeira acompanha diariamente as previsões de arrecadação e gastos com despesas, custos e investimentos da Companhia, para assegurar que tenha caixa suficiente para o cumprimento das obrigações de curtíssimo prazo. Monitora ainda os valores exigidos em garantia e fluxos de recursos exigidos para o cumprimento dos contratos de financiamentos dos investimentos da Companhia, de modo que atenda às cláusulas contratuais nesses quesitos. De forma complementar, a Gerência de Orçamento acompanha diariamente o impacto no orçamento de caixa decorrente das contratações propostas pelas diversas unidades da Companhia para serviços comuns, serviços de engenharia, materiais e obras. Os impactos extraordinários no orçamento são submetidos à aprovação da Diretoria, que o fazem a partir da indicação das seguintes fontes de recursos: (1) anulação total ou parcial das dotações (despesas, investimentos, iniciativas previstas); (2) excesso de arrecadação; e (3) operação de crédito (financiamentos).

O excesso de caixa é investido em aplicações de curto e longo prazo, dependendo da expectativa de gasto dos recursos, visando melhorar a eficiência e rentabilidade das aplicações, por meio de fundo de investimentos com carteira composta por títulos de renda fixa públicos federais, indexados a CDI/SELIC ou pré-fixados desde que indexados para CDI/SELIC, ou por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

## COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

As linhas de crédito disponíveis para a Companhia referem-se às linhas já utilizadas nos contratos vigentes. Não existem outras linhas de créditos obtidas, mas não utilizadas.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

▪ Em 31 de dezembro de 2021

	Vencimento				Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	63.844	52.958	146.013	163.213	426.028
Fornecedores	176.711	-	-	-	176.711
Incentivo a aposentadoria - PRSP	18.446	33.503	5.597	-	57.546
Obrigações com clientes	2.848	-	-	-	2.848
Arrendamento mercantil	15.443	7.381	1.715	-	24.539
Debêntures	15.701	-	347.114	456.130	818.945

▪ Em 31 de dezembro de 2020

	Vencimento				Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	56.247	56.459	129.976	177.479	420.161
Fornecedores	144.133	-	-	-	144.133
Incentivo à aposentadoria - PRSP	18.788	30.130	15.047	35	64.000
Obrigações com clientes	3.086	-	-	-	3.086
Arrendamento mercantil	19.334	2.123	518	-	21.975

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

(d) Análise de sensibilidade às taxas de juros

A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que possam gerar impactos significativos para a Companhia. O objetivo é demonstrar os saldos dos principais instrumentos financeiros, convertidos a uma taxa projetada para a liquidação final de cada contrato, considerando um cenário provável e, portanto, convertido à valor de mercado (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Com relação aos ativos financeiros atrelados ao CDI, a Companhia considerou como o cenário I uma elevação na CDI até o limite da SELIC de 2021 e, portanto 9,25% a.a. Os demais cenários, II e III, consideram um decréscimo da cotação em 25% (6,94% a.a.) e 50% (4,63% a.a.), respectivamente.

Para os passivos financeiros relacionados a empréstimos e financiamentos e debêntures, o cenário I considerou a manutenção dos valores das taxas contratuais apresentadas na nota 4.1 (a), no subitem ii e os demais cenários, II e III, consideram um acréscimo da taxa dessas taxas em 25% e 50%, respectivamente.

Dada a exposição do passivo financeiro ao risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário I: cotação do dólar em R\$ 5,5805 em 31 de dezembro de 2021; (ii) cenário II: cotação do dólar, passando para R\$ 6,9756; e (iii) cenário III, passando a R\$ 8,3708.

Instrumentos financeiros	Risco	31/12/2021		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
<b>Ativo financeiro</b>				
Aplicações financeiras em caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados a convênios indexados ao CDI				
Aplicações Financeiras	Redução do indexador	1.006.488	1.076.313	1.053.038
Impacto no resultado		93.100	69.825	46.550
Depósitos Vinculados	Redução do indexador	122.062	130.530	127.707
Impacto no resultado		11.291	8.468	5.645
<b>Passivo financeiro</b>				
<b>Empréstimos e financiamentos</b>				
Caixa Econômica Federal	Alta no indexador	87.872	98.010	100.038
Impacto no resultado		(8.111)	(10.138)	(12.166)
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	Alta no indexador	14.744	15.999	16.250
Impacto no resultado		(1.004)	(1.255)	(1.506)
Banco Santander	Alta no indexador	817	911	930
Impacto no resultado		(75)	(94)	(113)

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

Instrumentos financeiros	Risco	31/12/2021		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Banco do Nordeste Impacto no resultado	Alta no indexador	91.643 (11.171)	105.607 (13.964)	108.400 (16.757)
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID Impacto no resultado	Alta no indexador	230.952 (9.307)	242.586 (11.634)	244.913 (13.961)
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (US\$) - saldo em USD Saldo em R\$ Impacto no resultado	Alta do US\$	41.386 230.952 -	41.386 288.693 (57.742)	41.386 346.432 (115.480)
Debêntures				
1ª série (CDI) Impacto no resultado	Alta no indexador	262.932 (17.143)	284.361 (21.429)	288.647 (25.715)
2ª série (IPCA) Impacto no resultado	Alta no indexador	556.013 (86.015)	663.532 (107.519)	685.036 (129.023)

Os valores expressos acima foram sintetizados. Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

#### 4.2. Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	31/12/2021	31/12/2020
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 19)	426.028	420.161
Total de debêntures (Nota 20)	818.945	-
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(94)	(109)
Menos: aplicações financeiras (Nota 6)	(1.006.488)	(218.132)
Dívida líquida	238.391	201.920

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

Total do patrimônio líquido	<u>2.639.893</u>	<u>2.510.827</u>
Total do capital próprio e de terceiros	<u>2.878.284</u>	<u>2.712.747</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>8,28%</u>	<u>7,44%</u>

4.3. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou impaired pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, a Companhia considera o menor rating da contraparte divulgada pela agência internacional de rating Fitch, conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo		
AA	67.406	323.663
AAA (bra)	1.138.629	231
Não informado (*)	<u>2</u>	<u>7</u>
	<u>1.206.037</u>	<u>323.901</u>

(\*) Foram incluídas nesta categoria contas correntes e fundos de investimento em bancos que não possuem avaliação pela agência dos ratings utilizada pela Companhia.

Apresentamos a seguir uma tabela com a avaliação de rating das instituições financeiras contrapartes, com as quais a Companhia realizou transações durante o exercício:

	<u>Fitch</u>
Banco do Brasil S.A.	AAA (bra)
Caixa Econômica Federal	AAA (bra)
Banco Bradesco S.A.	AAA (bra)
Banco Santander Brasil S.A.	AAA (bra)
Itaú Unibanco Holding S.A.	AAA (bra)
Banco do Nordeste do Brasil	AA (bra)

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos como demonstrado a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	-	-
Bancos conta movimento	47	97
Bancos conta arrecadação	47	12
	<u>94</u>	<u>109</u>

6. Aplicações financeiras

Os saldos de aplicações financeiras são compostos como demonstrado a seguir:

	Tipo	Modalidade	Indexador de referência	31/12/2021	31/12/2020
Banco do Brasil S.A.	FIC Corp. 10 milhões	Renda Fixa	CDI	1.217	16.740
Banco do Brasil S.A.	FIC Corp. 400 mil	Renda Fixa	CDI	63	19.068
Banco do Brasil S.A.	CP ADMIN SUPREMO S. PUBLICO	Renda Fixa	CDI	-	1.909
Banco do Brasil S.A.	BB FIXA LP CORP. CRED. PRIV.	Renda Fixa	CDI	28.916	-
Banco do Brasil S.A.	BB CP LP CCP DEB INCENT	Renda Fixa	CDI	528.946	-
Banco do Brasil S.A.	BB CP LP CCP DEB N INCENT	Renda Fixa	CDI	233.742	-
Banco do Brasil S.A.	BB RF SIMP SOLIDEZ	Renda Fixa	CDI	2.935	-
Caixa Econômica Federal	FIC CP Automático	Renda Fixa	CDI	-	1.437
Caixa Econômica Federal	Mega Referenciado	Renda Fixa	CDI	5.723	87.573
Caixa Econômica Federal	Fundo Invest Safira	Renda Fixa	CDI	122.861	88.567
Caixa Econômica Federal	Fundo Invest Turquesa	Renda Fixa	CDI	10.169	-
Caixa Econômica Federal	REF DILPTURQUESA 981-3	Renda Fixa	CDI	11.614	-
Banco do Nordeste do Brasil	BNB - FI CDB	CDB	CDI	60.302	2.838
				<u>1.006.488</u>	<u>218.132</u>

Essas aplicações financeiras de liquidez imediata se referem aos valores disponíveis em caixa, utilizados para a Cagece reinvestir na operação, a fim de tentar realizar todas as diversas obrigações de universalização e de manutenção e renovação de ativos, as quais não possuem receita tarifária suficiente nem recursos dos orçamentos fiscais federal e estadual para lhes fazer face. Esses recursos disponíveis e aplicados são absolutamente necessários para a sustentabilidade e continuidade dos serviços públicos prestados e somente são aplicadas em contas de investimento até a conclusão dos respectivos processos de utilização das mesmas, a fim de que se capitalize para maximizar a sua utilização na operação.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

Seguem os percentuais CDI atrelados a cada aplicação, considerando as rentabilidades mensais.

	31 de dezembro de 2021		
	Rentabilidade do fundo	Rentabilidade CDI	Comparativo
FIC Corp. 10 milhões	0,8289%	0,7691%	107,7800%
FIC Corp. 600 mil	0,6692%	0,7691%	90,9100%
CP ADMIN SUPREMO S. PUBLICO	0,7001%	0,7691%	91,0300%
BB FIXA LP CORP. CRED. PRIV	0,8860%	0,7691%	115,2000%
BB CP LP CCP DEB INCENT	0,8860%	0,7691%	115,2000%
BB CP LP CCP DEB N INCENT	0,8860%	0,7691%	115,2000%
BB RF SIMP SOLIDEZ	0,5943%	0,7691%	77,2700%
FIC CP Automático	0,5982%	0,7691%	77,7800%
FI MEGA REF DI LP	0,7511%	0,7691%	97,6600%
FI SAFIRA REF DI LP	0,7743%	0,7691%	100,6800%
FI TURQUESA REF DI CP	0,7515%	0,7691%	97,7100%
REF DILPTURQUESA 981-3	0,7515%	0,7691%	97,7100%
FUNDO DE INVEST. R.F - CP	0,5604%	0,7691%	72,8600%

7. Depósitos vinculados

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos conta vinculada	77.393	19.955
Aplicações financeiras vinculadas	122.062	85.705
	<u>199.455</u>	<u>105.660</u>

Os depósitos bancários vinculados estão representados substancialmente por duas situações:

- (i) Recursos recebidos oriundos da tarifa de contingência, estando tais valores vinculados a desembolsos específicos advindos da estiagem no estado do Ceará. No período findo em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 186.297 (R\$ 76.962 em 31 de dezembro de 2020) se refere à arrecadação decorrente da tarifa de contingência;
- (ii) Recursos recebidos através de convênios firmados principalmente com o Governo do Estado do Ceará, para realização de investimentos nos sistemas de água e esgoto nos diversos municípios em que a Companhia atua.

No período findo em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 13.058 (R\$ 28.698 em 31 de dezembro de 2020) se refere a repasses que o acionista Governo do Estado faz para obras conveniadas, conforme as regras incidentes em cada espécie, sendo tais valores vinculados às respectivas obras e apenas aguardam o fluxo de pagamento.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

8. Contas a receber de clientes

	31/12/2021	31/12/2020
Particulares	522.592	472.029
Órgãos públicos	19.671	22.510
Tarifa de contingência (a)	63.931	54.736
Serviços indiretos	56.797	52.337
Serviços prestados a faturar	106.481	89.370
	<u>769.472</u>	<u>690.982</u>
Agentes arrecadadores (b)	211	3.284
(-) Provisão para perdas de estimadas de créditos (c)	(403.714)	(356.126)
	<u>(403.503)</u>	<u>(352.842)</u>
Total contas a receber de clientes circulante	<u>365.969</u>	<u>338.140</u>
Particulares	1.764	3.421
Tarifa de contingência (a)	270	469
Serviços indiretos	411	647
Total contas a receber de clientes não circulante	<u>2.445</u>	<u>4.537</u>
	<u><u>368.414</u></u>	<u><u>342.677</u></u>

Composição das contas a receber de clientes por período de vencimento

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	283.936	260.362
Vencidos		
1 a 30 dias	53.937	51.133
31 a 60 dias	22.437	23.861
61 a 90 dias	12.243	13.666
91 a 180 dias	32.553	25.159
mais de 180 dias	366.811	321.338
	<u>771.917</u>	<u>695.519</u>

(a) Tarifa de contingência

Aprovada pela Resolução nº 201, de 19 de novembro de 2015 e alterada pela Resolução nº 212, de 17 de agosto de 2016, ambas emitidas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE, e Nota Técnica da Agência de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental - ACFOR inscrita sob Processo nº 003/15 - SUP, a tarifa de contingência visa reduzir o consumo de água por parte da população em face da situação de escassez de recursos hídricos. Sua cobrança iniciou-se em 19 de dezembro de 2015.

As bases gerais para cobrança da tarifa de contingência são:

- Estimativa de consumo mensal de referência que corresponde a 90% (noventa por cento) da média de consumo medido do período de outubro de 2014 a setembro de 2015;
- A partir de 17 de agosto de 2016, com a publicação da nova resolução da ARCE nº 212, o consumo de referência para determinação da média passou a ser de 80% do consumo medido entre outubro de 2014 e setembro de 2015;

## COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

### Notas explicativas da Administração às informações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

---

- O usuário cujo consumo mensal de água ultrapasse a média de consumo mensal de referência fica sujeito à tarifa de contingência, correspondente a 120% (cento e vinte por cento) de acréscimo sobre o valor da tarifa normal de água, aplicável à parte do consumo de água potável que exceder o consumo de referência;
- A utilização dos recursos financeiros provenientes da tarifa de contingência fica condicionada à aprovação pela ARCE dos projetos/investimentos constantes no plano de redução de perdas encaminhado pela CAGECE. Os recursos estão registrados em depósitos vinculados até a aprovação pela ARCE.

#### (b) Agentes arrecadadores

Os valores registrados na rubrica "Agentes arrecadadores" referem-se aos numerários recebidos dos clientes, pelas instituições financeiras e comerciais e, ainda não repassados à Companhia, em decorrência do tempo de espera firmado nos contratos com essas instituições.

#### (c) Provisão para perdas de crédito estimada

A provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída com base nos valores a receber dos consumidores, segregados por classes (cliente residencial, comercial, industrial e público). Considera também, uma análise coletiva e/ou individual, baseando-se na experiência histórica da Administração em relação a arrecadação. No que tange à abordagem coletiva, a Companhia utilizou uma matriz de provisão, conforme previsto na norma, que reflete a experiência de perda de crédito histórica para classe que foi agrupada. A matriz de provisão estabelece percentuais dependendo do aging das contas a receber. Na abordagem individual a Companhia considerou o comportamento específico de determinados clientes em função do histórico de inadimplência e as informações disponíveis sobre as contrapartes.

A provisão para perdas de crédito estimada apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldos iniciais	(356.126)	(289.252)
Constituição	(159.297)	(197.954)
Constituição de PECLD sobre tarifa de contingência	(10.630)	(9.636)
Reversão (i)	122.339	140.716
Saldos finais	(403.714)	(356.126)

- (i) Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de reversão de R\$ 122.339 está representado, principalmente, por reversões e refaturamentos nos montantes de R\$ 41.779 e R\$ 80.560, respectivamente.

## COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

### 9. Tributos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda	14.547	10.874
Contribuição social	4.930	3.549
PIS	250	238
COFINS	1.160	1.109
REFIS	669	669
Circulante	21.556	16.439
Imposto de renda (a)	-	55.695
Contribuição social (a)	-	31.805
Não circulante	-	87.500
	21.556	103.939

#### (a) Imposto de Renda e Contribuição Social a compensar

As práticas relacionadas ao reconhecimento da tarifa de contingência foram revisadas, ensejando na reapresentação das Informações contábeis dos exercícios de 2017 e 2018, bem como dos dois primeiros trimestres do ano de 2019. Antes dessa reapresentação, os recursos de tarifa de contingência eram reconhecidos como receita, no resultado corrente do exercício. Após a revisão das práticas, esses montantes passaram a ser registrados como uma obrigação, no passivo da Companhia.

Para fins de aferição do Lucro Real e da Base de cálculo da CSLL, nos períodos de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020, a Companhia adotou a política de adicionar os valores correspondentes à "Tarifa de Contingência" na base de cálculo de IRPJ e CSLL, em virtude da sua classificação como receita à época, e conseqüentemente, recolheu o valor destes tributos.

A Receita Federal do Brasil, ao analisar o assunto em consulta formulada por outra concessionária, se pronunciou por meio da Solução de Consulta COSIT nº 222/2018, no sentido de que os valores arrecadados referentes à tarifa de contingência devem ser considerados como receitas e, portanto, oferecidos à tributação pelo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Apesar do posicionamento da Receita Federal do Brasil, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, para o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, a definição de receita tributável é representada pelo ingresso financeiro que se integra no patrimônio na condição de elemento novo e positivo, sem reservas ou condições. Bem como, para o Supremo Tribunal Federal, faturamento ou receita são expressões que quantificam o resultado das atividades econômicas dos contribuintes, abrangendo aquilo que se agrega definitivamente ao seu patrimônio. Qualquer ingresso que não seja nem resultado dessas atividades nem se agregue de modo definitivo ao referido patrimônio jamais poderá ser incluído no conceito de receita ou faturamento.

Assim, considerando que: (i) a aplicação e a destinação dos recursos decorrentes da Tarifa de Contingência dependem sempre de autorização prévia regulatória e, (ii) que a CAGECE não é beneficiária dos recursos em questão, pois estes necessariamente se convertem em ativos provenientes de recursos não onerosos (participação financeiro do usuário), ou havendo saldo remanescente não investido serão considerados para fins de modicidade tarifária, resta evidente que os valores cobrados a esse título não se confundem com o conceito de receita/faturamento, por consequência, não podem tais valores serem submetidos à cobrança do PIS/COFINS, CSLL e IRPJ.

Adicionalmente, os assessores jurídicos da Companhia avaliaram e emitiram parecer onde demonstram entendimento de que a Tarifa de Contingência não pode ser considerada receita, uma vez que não preenche os requisitos exigidos pelas normas contábeis e pela legislação e, principalmente, pela jurisprudência administrativa e judicial atualmente consolidada. E por esta razão não deve se sujeitar à tributação de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

## COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

### Notas explicativas da Administração às informações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

Diante disso, a Companhia procedeu com as retificações das obrigações acessórias dos períodos citados acima com vistas a: (i) adequar a apuração fiscal com as demonstrações contábeis da CAGECE do período em questão, e (ii) contabilizar os créditos relativos à recuperação dos valores pagos a título de IRPJ e CSLL incidentes sobre a tarifa de contingência, bem como o registro da baixa do ativo diferido relativo a IRPJ e CSLL calculados sobre a tarifa de contingência.

Durante o ano de 2021, todo o saldo dos tributos a recuperar de IRPJ e CSLL foi utilizado para compensar os tributos PIS e COFINS das competências janeiro a setembro de 2021.

#### 10. Depósitos judiciais

	31/12/2021	31/12/2020
Causas cíveis	2.796	1.485
Contingências vinculadas - cíveis	(176)	(176)
Causas trabalhistas	4.226	3.346
Contingências vinculadas - trabalhistas	(2.487)	(2.487)
Causas tributárias	9.675	4.876
Contingências vinculadas - tributárias	(137)	(138)
	<u>13.897</u>	<u>6.906</u>

A movimentação dos depósitos judiciais no exercício está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos iniciais em 31 de dezembro de 2020	1.309	859	4.738	6.906
Novos depósitos	3.333	2.455	4.531	10.319
Reversões	(2.118)	(1.754)	-	(3.872)
Atualização monetária	96	179	269	544
Saldos finais em 31 de dezembro de 2021	<u>2.620</u>	<u>1.739</u>	<u>9.538</u>	<u>13.897</u>

#### 11. Depósitos vinculados a garantias

	31/12/2021	31/12/2020
Banco do Brasil S.A.	10.895	10.652
Caixa Econômica Federal	32.933	2.647
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	7.179	6.883
Garantias contratuais	68	66
	<u>51.075</u>	<u>20.248</u>

Os depósitos efetuados no Banco do Brasil correspondem a retenções contratuais de fornecedores no valor de R\$ 7.270 (R\$ 7.048 em 31 de dezembro de 2020) e conta reserva no valor de R\$ 3.625 (R\$ 3.604 em 31 de dezembro de 2020), dada como garantia do cumprimento integral das obrigações presentes e futuras decorrentes do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Aqueles depositados na Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste referem-se a aplicações de valores dados como garantias nos contratos de financiamentos junto a essa instituição financeira.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

Do saldo de depósitos efetuados na Caixa Econômica Federal, o montante de R\$ 30.190 refere-se ao Contrato de Parceria Pública-Privada (PPP) para a construção e operação da Usina de Dessalinização, que prevê o depósito de valores em forma de garantia.

12. Ativos financeiros - contratos de concessão

O sistema de tarifação para o abastecimento de água e esgotamento sanitário é regulado na capital do estado do Ceará, pela Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental - ACFOR e no interior do estado do Ceará, pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE e são revistas anualmente, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, considerando tanto os investimentos efetuados como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários, tendo como base o volume de água consumido e esgoto coletado multiplicado pela tarifa autorizada.

A parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final das concessões, é classificada como ativo financeiro. Trata-se de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente, decorrente da aplicação das interpretações técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão, ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 6.748 (R\$ 72.055 em 31 de dezembro de 2020) como ativo financeiro indenizável (municípios), referentes ao montante esperado de recebimento ao final das concessões. A redução do montante total de ativo financeiro, quando comparado 31 de dezembro de 2021 e 2020 deve-se a assinatura dos contratos de concessão por microrregiões que culminou na prorrogação de 151 concessões até 06 de junho de 2055.

O saldo de ativo financeiro foi ajustado ao respectivo valor presente no reconhecimento inicial, tendo sido descontado pela taxa média ponderada de custo de capital - WACC, atrelado ao respectivo contas a receber. A receita por atualização do ativo financeiro no período findo em 31 de dezembro de 2021 é R\$ 4.777 (Despesa de R\$ 1.748 em 31 de dezembro de 2020).

O ativo financeiro apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2020	Transferência para o ativo intangível	Atualização do ativo financeiro	31/12/2021
Ativo financeiro	72.055	(70.084)	4.777	6.748
	<u>72.055</u>	<u>(70.084)</u>	<u>4.777</u>	<u>6.748</u>

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2019	Transferência para o ativo intangível	Atualização do ativo financeiro	31/12/2020
Ativo financeiro	119.865	(46.062)	(1.748)	72.055
	119.865	(46.062)	(1.748)	72.055

A taxa WACC, utilizada para trazer a valor presente o ativo financeiro foi de 11,64%.

A concessão da Companhia, com exceção do Município de Fortaleza, não é onerosa, dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Para o Município de Fortaleza, a Companhia assumiu o compromisso de pagar mensalmente à Prefeitura pelo direito de exploração da concessão, o equivalente a 1,5 % sobre o faturamento mensal direto de água e esgoto do Município.

### 13. Investimento

	31/12/2021	31/12/2020
VSA Pacajus - Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais S.A.	741	658
Utilitas Pecem - Utilidades Industriais do Pecém S.A.	611	-
	1.352	658

O montante de R\$ 741 (R\$ 658 em 31 de dezembro de 2020) refere-se ao investimento realizado na empresa VSA Pacajus - Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais S.A. constituída em 29 de janeiro de 2020 em conjunto entre a Companhia e a Vicunha Serviços Ltda. Conforme instrumento particular de contrato de associação e outras avenças, a Companhia detém 49% (quarenta e nove por cento) das ações. A investida tem como atividade a prestação de serviços privados de coleta, transporte, tratamento e disposição de efluentes industriais, bem como a produção e distribuição de água industrial e de reuso de água não potável. Em 2021 o resultado de equivalência patrimonial gerou uma despesa de R\$ 15.

A Companhia também apresenta um investimento na Utilitas Pecém - Utilidades Industriais do Pecém S.A., em conjunto com a Pb Construções Ltda. A Cagece detém 15% da Participação Societária desta Sociedade, onde foi investido um montante de R\$ 1,5. A investida tem como atividade principal a projeção, implantação e prestação de serviços de tratamento e fornecimento de Água Industrial, coleta, tratamento e disposição de esgoto industrial e de resíduos sólidos industriais, e/ou tratamento complementares e negócios conexos relacionados a utilidades industriais no Complexo Industrial e Portuário do Pecém no Estado do Ceará. Em 2021, o resultado de equivalência patrimonial gerou uma receita de R\$ 630.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

Seguem informações das Empresas:

	VSA Pacajus - Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais S.A.	Utilitas Pecem - Utilidades Industriais do Pecém S.A.
Ativo	1.512	10.374
Passivo	1	6.297
Patrimônio líquido	1.542	(122)
Resultado	(31)	4.199

Segue a movimentação dos investimentos, do período:

	VSA Pacajus - Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais S.A.	Utilitas Pecem - Utilidades Industriais do Pecém S.A.	Total
Saldo em 31/12/2019	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	658	-	658
Saldo em 31/12/2020	658	-	658
Resultado de equivalência patrimonial	(15)	630	615
Outras mutações	98	(19)	79
Saldo em 31/12/2021	741	611	1.352

14. Imobilizado

	31/12/2021		31/12/2020	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado administrativo				
Ativo de arrendamento	27.009	(5.903)	21.106	17.543
Edificações	25.563	(7.311)	18.252	18.744
Computadores e periféricos	12.715	(8.642)	4.073	4.016
Máquinas e equipamentos	6.197	(4.463)	1.734	1.475
Terrenos	14.249	-	14.249	14.249
Móveis e utensílios	9.097	(7.172)	1.925	1.997
Instalações	165	(107)	58	74
Veículos	2.095	(1.156)	939	273
Ferramentas	173	(110)	63	47
	<u>97.263</u>	<u>(34.864)</u>	<u>62.399</u>	<u>58.418</u>

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

O imobilizado apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2020	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	31/12/2021
Ativo de arrendamento	17.543	14.033	(903)	-	(9.567)	21.106
Edificações	18.744	-	-	-	(492)	18.252
Computadores e periféricos	4.016	240	(4)	1.315	(1.494)	4.073
Máquinas e equipamentos	1.475	179	(10)	365	(275)	1.734
Terrenos	14.249	-	-	-	-	14.249
Móveis e utensílios	1.997	26	(2)	356	(452)	1.925
Instalações	74	-	-	-	(16)	58
Veículos	273	905	-	1	(240)	939
Ferramentas	47	11	-	20	(15)	63
	<u>58.418</u>	<u>15.394</u>	<u>(919)</u>	<u>2.057</u>	<u>(12.551)</u>	<u>62.399</u>
	31/12/2019	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	31/12/2020
Ativo de arrendamento	15.780	24.778	(4.362)	-	(18.653)	17.543
Edificações	19.120	-	(181)	295	(490)	18.744
Computadores e periféricos	3.142	202	(41)	1.868	(1.155)	4.016
Máquinas e equipamentos	3.200	138	(23)	(1.359)	(481)	1.475
Terrenos	14.249	-	(138)	138	-	14.249
Móveis e utensílios	1.388	163	(20)	956	(490)	1.997
Instalações	60	-	-	35	(21)	74
Veículos	404	-	(4)	22	(149)	273
Ferramentas	31	15	(14)	25	(10)	47
	<u>57.374</u>	<u>25.296</u>	<u>(4.783)</u>	<u>1.980</u>	<u>(21.449)</u>	<u>58.418</u>

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

A seguir, demonstramos a vida útil de cada grupo de ativos.

	<u>Vida útil (anos)</u>
Computadores e periféricos	5 a 10
Edificações	20 a 67
Ferramentas	10
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10
Móveis e utensílios	10
Instalações	10
Veículos	5
Ativo de arrendamento	Conforme contrato

Ressalta-se que a vida útil remanescente corresponde ao período de tempo esperado em que um bem poderá ser utilizado de maneira satisfatória, tanto econômica como funcional.

### 15. Ativo de contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, somente após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização.

	<u>31/12/2020</u>	<u>Adição (a)</u>	<u>Baixa</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2021</u>
Contratos de concessão	443.987	197.861	(431)	(122.690)	518.727
( - ) Obrig especiais - Intangível em andamento	(258.385)	(33.322)	-	42.066	(249.641)
Estoque de obras	62.148	125.030	(17.091)	(68.766)	101.321
	<u>247.750</u>	<u>289.569</u>	<u>(17.522)</u>	<u>(149.390)</u>	<u>370.407</u>
	<u>31/12/2019</u>	<u>Adição (a)</u>	<u>Baixa</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2020</u>
Contratos de concessão	394.218	160.731	(217)	(110.745)	443.987
( - ) Obrig especiais - Intangível em andamento	(234.666)	(105.673)	-	81.954	(258.385)
Estoque de obras	70.083	73.436	(11.456)	(69.915)	62.148
	<u>229.635</u>	<u>128.494</u>	<u>(11.673)</u>	<u>(98.706)</u>	<u>247.750</u>

#### (a) Adição

	<u>Adições no período de janeiro a dezembro de 2021</u>	<u>Adições no período de janeiro a dezembro de 2020</u>
Contratos de expansão	46.945	30.518
Contratos de obras	141.147	120.880
Obrigações especiais	(33.322)	(105.673)
Estoques de obras	125.030	73.436
Outras adições	9.769	9.333
	<u>289.569</u>	<u>128.494</u>

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

As adições ao ativo de contrato estão representadas substancialmente pelas aquisições de materiais, que em 2021 representaram R\$ 125.030, e custos de serviço das expansões e execuções de obras, sendo as principais as que seguem: (i) Execução de Melhorias do Sistema de Esgotamento Sanitário de Maracanaú-CE; (ii) Exceção das Obras de Ampliação do Sistema de Reservação e Macro distribuição de Água da Região Metropolitana - Reservatório do Taquarão e Adutoras; (iii) Execução dos Serviços Remanescentes do Sistema de Esgotamento Sanitário de Itaitinga; (iv) Execução de Serviços Sistemáticos e Continuados para Renovação dos Ativos do Macrossistema de Esgotamento Sanitário da Região Metropolitana de Fortaleza, Operadas pela Unidade de Negócio Metropolitana de Macrocoleta e Tratamento de Esgoto (UNMTE) (v) Execução de Serviços de Recapeamento Asfáltico com Fresagem, Camada Blinder, CPA, Pavimentação Rígida e Recomposição de Pisos Intertravados em Logradouros e Piso em Passeios na Área de Abrangência das Unidades de Negócio da Capital e RMF; (vi) Execução de Serviços Técnicos de Expansão nos Sistemas de Água e Esgoto da Unidade de Negócio Metropolitana Leste - UNMTL.

Em função de a Companhia ter adotado como política contábil classificar ativo de contrato os materiais técnicos que são de comum aplicação, tanto na construção de ativos como na manutenção de redes/sistemas existentes, mas que possuem maior representatividade na construção de ativos, a aplicação desses materiais na manutenção dos ativos da Companhia está representada como parte das baixas ao ativo de contrato.

16. Intangível

	31/12/2021		31/12/2020	
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Concessão - água e esgoto	4.424.282	(1.481.476)	2.942.806	2.825.872
( - ) Obrig especiais - Concessão - água e esgoto	(359.734)	74.771	(284.963)	(241.104)
	<u>4.064.548</u>	<u>(1.406.705)</u>	<u>2.657.843</u>	<u>2.584.768</u>
Softwares	14.333	(8.149)	6.184	5.407
Outorga - município de Maracanaú	10.000	(1.248)	8.752	9.085
Outorga - município de Juazeiro do Norte	2.400	(1.376)	1.024	1.096
Outorga - município de Frecheirinha	226	(117)	109	118
	<u>26.959</u>	<u>(10.890)</u>	<u>16.069</u>	<u>15.706</u>
	<u>4.091.507</u>	<u>(1.417.595)</u>	<u>2.673.912</u>	<u>2.600.474</u>

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

O intangível apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2020	Adições	Baixa	Transferência	Amortização	Ativo financeiro (adições e baixas)	31/12/2021
Concessão - água e esgoto	2.825.872	6.491	(17.938)	204.038	(151.481)	75.824	2.942.806
( - ) Obrig especiais - Concessão - água e esgoto	(241.104)	-	1.268	(56.749)	17.362	(5.740)	(284.963)
Softwares	5.407	2.038	52	44	(1.357)	-	6.184
Outorga - município de Maracanaú	9.085	-	-	-	(333)	-	8.752
Outorga - município de Juazeiro do Norte	1.096	-	-	-	(72)	-	1.024
Outorga - município de Frecheirinha	118	-	-	-	(9)	-	109
	<u>2.600.474</u>	<u>8.529</u>	<u>(16.618)</u>	<u>147.333</u>	<u>(135.890)</u>	<u>70.084</u>	<u>2.673.912</u>
	31/12/2019	Adições	Baixa	Transferência	Amortização	Ativo financeiro (adições e baixas)	31/12/2020
Concessão - água e esgoto	2.738.235	4.238	(9.502)	179.167	(135.119)	48.853	2.825.872
( - ) Obrig especiais - Concessão - água e esgoto	(167.666)	-	191	(82.735)	11.897	(2.791)	(241.104)
Softwares	960	5.015	-	294	(862)	-	5.407
Outorga - município de Maracanaú	9.419	-	-	-	(334)	-	9.085
Outorga - município de Juazeiro do Norte	1.160	-	-	-	(64)	-	1.096
Outorga - município de Frecheirinha	127	-	-	-	(9)	-	118
	<u>2.582.235</u>	<u>9.253</u>	<u>(9.311)</u>	<u>96.726</u>	<u>(124.491)</u>	<u>46.062</u>	<u>2.600.474</u>

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

A amortização da infraestrutura necessária para a operação das concessões leva em conta a vida útil dos ativos com base em estimativas feitas por técnicos. Dessa forma, os valores não amortizados dentro da concessão estão sendo considerados como ativo financeiro, em virtude de cláusula indenizatória existente nos contratos de concessão, conforme evidenciado na Nota 12.

A vida útil dos ativos da Companhia foi estimada por técnicos da empresa contratada, juntamente com os técnicos da Companhia que informaram a durabilidade de cada bem. Além disso foram realizadas pesquisas de mercado sobre a vida útil dos bens em empresas semelhantes à Companhia.

### 17. Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços e locações	123.068	103.157
Material	31.076	21.188
Obras	17.011	13.604
Outros	5.556	6.184
Saldo final	<u>176.711</u>	<u>144.133</u>

Os saldos de fornecedores em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 refere-se às contas a pagar para os fornecedores de obras, materiais ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

O principal saldo de fornecedores é relativo a serviços e locações. Em 31 de dezembro 2021, estes podem ser divididos em serviços de terceirização de mão de obra no total de R\$ 51.439 (R\$ 44.218 em 31 de dezembro de 2020) e demais serviços e locações no montante de R\$ 71.629 (R\$ 58.939 em 31 de dezembro de 2020).

### 18. Passivo de arrendamento

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	15.443	19.334
Não circulante	9.096	2.641

Os passivos de arrendamento apresentam a seguinte movimentação:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	<u>21.975</u>	<u>19.158</u>
Acréscimo	14.033	24.778
Amortizações (principal e juros)	(15.027)	(19.061)
Baixas	(903)	(4.362)
Juros incorridos	4.461	1.462
Saldo final	<u>24.539</u>	<u>21.975</u>

## COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

### 19. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2021	31/12/2020
Moeda nacional		
Caixa Econômica Federal (i)	87.872	103.480
Banco Santander (ii)	817	1.853
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (iii)	14.744	18.144
Banco do Nordeste (iv)	91.643	54.742
	<u>195.076</u>	<u>178.219</u>
Moeda estrangeira		
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (v)	230.952	241.942
	<u>426.028</u>	<u>420.161</u>
Circulante	63.844	56.247
Não circulante	362.184	363.914

#### (i) Caixa Econômica Federal

Tratam-se de contratos destinados à ampliação e melhoria da cobertura dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e elaboração de estudos e projetos. Estão sujeitos a encargos financeiros que correspondem a juros de 9,23% a.a. O pagamento da última parcela ocorrerá em 2032. Foram oferecidas como garantias as arrecadações decorrentes da receita de abastecimento de água e da prestação de serviços de esgotamento sanitário correspondentes a cada município favorecido com recurso, no valor da dívida atualizada em cada data-base. A posição em dezembro de 2021 corresponde a 17 contratos vigentes.

#### (ii) Banco Santander

Em 2017, foram aprovadas 6 (seis) operações FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) junto ao BNDES, tendo como operador o Banco Santander, antes da substituição da TJLP pela TLP. O valor total das operações é de R\$ 6,5 milhões sendo 50% contrapartida da Companhia. Todas as operações possuem características similares: Prazo total de 60 meses, sendo 6 de carência e 54 de amortização, saldo devedor corrigido pela TLP + 5,10% a.a. já incluído nesse percentual a remuneração do agente, pagamento de encargos no período de carência (trimestral). Já ocorreram todas as liberações relacionadas as operações aprovadas, estando já em fase de amortização. Sendo a última parcela em 15 de setembro de 2022.

#### (iii) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

O Contrato com o BNDES destina-se à ampliação do Ramal Sul do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Serra de Ibiapaba (SAA Ibiapaba), no valor total de R\$ 28,38 milhões.

Os encargos financeiros incidem sobre o principal da dívida com juros de 2,71% a.a., mais Taxa Longo Prazo (TLP). O principal da dívida deverá ser pago em 108 prestações mensais sucessivas, tendo vencido a primeira em 15 de setembro de 2015 e a última prestação vencendo em 15 de agosto de 2024.

Em decorrência dessa operação, a Companhia, dentre outros requisitos previstos no contrato de financiamento, deverá manter os seguintes índices econômicos financeiros com base no balanço auditado por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM):

## COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

### Notas explicativas da Administração às informações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

---

Contrato	Índice	Meta	Apuração
BNDES	EBITDA Ajustado/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,5	Trimestral
	Dívida Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado	Igual ou menor que 3,00	Trimestral
	Outras Dívidas Onerosas/EBITDA Ajustado	Igual ou menor que 1,00	Trimestral

- EBITDA Ajustado: é igual ao Resultado Operacional antes das despesas (receitas) financeiras, impostos (imposto de renda e contribuição social sobre o lucro), acrescido da depreciação e amortização e subtraído dos ajustes de IFRS;
- Serviço da Dívida: é igual ao somatório das amortizações de principal com os pagamentos de juros;
- Dívida Líquida Ajustada: é igual ao somatório do saldo devedor de empréstimos, financiamentos e debêntures excluído o saldo de caixa e equivalentes de caixa;
- Outras Dívidas Onerosas: referem-se ao parcelamento de dívidas tributárias

Na hipótese de descumprimento de qualquer obrigação contratual, por dois semestres consecutivos, a Companhia deverá constituir no prazo de 90 dias, contados da data da comunicação por escrito do BNDES, garantias adicionais, aceitas pelo BNDES. Conforme avaliação da Administração da Companhia, todas as obrigações contratuais vêm sendo cumpridas não havendo, portanto, necessidade de constituição de garantias adicionais.

#### (iv) Banco do Nordeste do Brasil - BNB

São recursos provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) destinados à ampliação e melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água e Sistemas de Esgotamento Sanitário.

Atualmente a companhia possui dois contratos junto ao BNB. O primeiro foi assinado em 29 de junho 2018 e refere-se aos municípios de Fortaleza, Maracanaú e Pacoti. O valor do financiamento é de R\$ 164,7 milhões. Sobre o valor devido incidirá Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) formada a partir da variação do IPCA, com Juros Básicos Fixos (JBF), formado por sua vez pela parcela prefixada da TLP, do Coeficiente de Desequilíbrio Regional (CDR) e fatores de programa e bônus de adimplência. A Juros Básicos Fixos - (JBF) constante no contrato é de 2,0766% a.a. A taxa de juros relativa, considerando o bônus de adimplência de 85% dos juros fixos, ficou em IPCA adicionado a 1,77% a.a. Os desembolsos relativos ao referido contrato iniciaram em setembro/2019. Os pagamentos dos juros estão ocorrendo trimestralmente.

Em 2021 foram realizados 4 desembolsos, conforme seguem: i) R\$ 9.840 em janeiro; ii) R\$ 4.923 em julho; iii) 9.580 em agosto; e iv) 10.913 em dezembro.

O segundo foi assinado em 27 de agosto de 2020 e refere-se aos municípios do Eusébio, Fortaleza, Itapipoca e Juazeiro do Norte, além de objetivar também a construção da sede da unidade de negócio de Ibiapina, modernização da gestão dos prestadores de serviço, apoio institucional ao desenvolvimento de projeto no setor de saneamento básico e modernização e manutenção de sistemas de abastecimento de água e esgoto sanitário. O valor total do financiamento é de R\$ 219,6 milhões. Os desembolsos do segundo contrato estão previstos para iniciarem em 2022.

#### (v) Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

Trata-se de recursos destinados ao projeto SANEAR - II, que têm por objetivo a ampliação e melhoria do Sistema de Abastecimento de Água e implantação de sistemas de esgotamento sanitário em diversos polos econômicos e turísticos do Estado do Ceará. O valor total do projeto está orçado em US\$ 327.345, sendo 31% desse valor financiado pelo BID e 69% aportados pelo Governo do Estado. O contrato foi assinado em 22 de outubro de 2004, com carência de cinco anos, para pagamento em 20 anos, em parcelas semestrais, com vencimentos nos meses de abril e outubro. O projeto já foi concluído e encontra-se em fase de amortização.

## COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

### Notas explicativas da Administração às informações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

Aos encargos financeiros da primeira tranche, que corresponde aos 25,47% do saldo devedor, aplica-se o índice de US Libor 3M, que para 31 de dezembro de 2021 representou 0,6030% a.a., adicionado aos juros de 0,84% a.a. e a comissão de 0,9% a.a. Para a segunda tranche equivalente a 74,53% do saldo devedor, aplica-se uma taxa de juros fixa de 3,69% a.a. e comissão de 0,9% a.a.

Os empréstimos e financiamentos apresentam a seguinte movimentação:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldos iniciais	420.161	378.294
Novas liberações	38.256	46.853
Amortizações de principal	(51.507)	(67.645)
Pagamento de juros	(26.751)	(23.645)
Juros e variações monetárias	28.143	24.284
Transferências intangível - Juros capitalizados	158	1.606
Variação cambial	17.568	60.414
Saldos finais	<u>426.028</u>	<u>420.161</u>

O montante classificado no passivo não circulante apresenta a seguinte composição por vencimento:

	31/12/2021	31/12/2020
Entre 1 e 2 anos	52.958	56.459
Entre 2 e 3 anos	51.121	45.304
Entre 3 e 4 anos	47.446	43.820
Entre 4 e 5 anos	47.446	40.852
Entre 5 e 6 anos	47.446	40.852
Entre 6 e 7 anos	47.416	40.852
Entre 7 e 8 anos	47.144	40.823
Entre 8 e 9 anos	12.983	40.559
Entre 9 e 10 anos	6.181	6.390
Acima de 10 anos	2.043	8.003
	<u>362.184</u>	<u>363.914</u>

## 20. Debêntures

	31/12/2021	31/12/2020
Debêntures 1ª emissão 1ª série	260.000	-
Debêntures 1ª emissão 2ª série	555.635	-
Juros	15.701	-
	<u>831.336</u>	-
Gastos iniciais da transação 1ª série	(4.112)	-
Gastos iniciais da transação 2ª série	(8.279)	-
	<u>(12.391)</u>	-
	<u>818.945</u>	-
Circulante	15.701	-
Não circulante	803.244	-

### (i) primeira emissão de debêntures

No dia 08 de março de 2021, foi deliberado, em reunião do Conselho de Administração da Companhia, a realização da 1ª (primeira) emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 476, do Código ANBIMA, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. A emissão ocorreu dia 15 de março de 2021 e foi

## COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

### Notas explicativas da Administração às informações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

liquidada dia 07 de abril de 2021.

Foram emitidas um total de 775.990 debêntures de valor nominal na data da emissão de R\$ 1.000 (um mil reais), totalizando R\$ 775.990 mil, sendo R\$ 260.000 mil para a Primeira Série, com remuneração em 100% da "Taxa DI over extragrupo" acrescida de spread (sobretaxa) de 2,10% (dois inteiros e dez centésimos por cento) ao ano e vencimento em 15 de março de 2026; e R\$ 515.990 mil para a Segunda Série com remuneração prefixada de IPCA + 5,4058% (cinco inteiros, quatro mil e cinquenta e oito décimos de milésimos por cento) ao ano e vencimento em 15 de março de 2029.

O valor nominal unitário das debêntures da primeira série não será atualizado monetariamente, ao passo que o da segunda será atualizado mensalmente, a partir da data da primeira integralização das debêntures da segunda série, pela variação acumulada do Índice de Preço ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e Atualização Monetária, respectivamente, sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário.

A amortização dos juros das duas séries ocorre semestralmente, estando prevista a próxima para 15 de março de 2022. Ao passo que a amortização de principal está prevista, conforme cronograma a seguir:

Parcela	Série	Data	Percentual Amortizado do Saldo Devedor
1ª	1ª	15/09/2024	25%
2ª	1ª	15/03/2025	33%
3ª	1ª	15/09/2025	50%
4ª	1ª	15/03/2026	100%
1ª	2ª	15/09/2026	17%
2ª	2ª	15/03/2027	20%
3ª	2ª	15/09/2027	25%
4ª	2ª	15/03/2028	33%
5ª	2ª	15/09/2028	50%
6ª	2ª	15/03/2029	100%

O montante classificado no passivo não circulante apresenta a seguinte composição por vencimento:

	31/12/2021	31/12/2020
Entre 1 e 2 anos	-	-
Entre 2 e 3 anos	63.972	-
Entre 3 e 4 anos	127.944	-
Entre 4 e 5 anos	155.198	-
Entre 5 e 6 anos	182.452	-
Entre 6 e 7 anos	182.452	-
Entre 7 e 8 anos	91.226	-
	<u>803.244</u>	<u>-</u>

Em decorrência dessa operação, a Companhia, dentre outros requisitos previstos no Instrumento Particular de Escrituração, deverá manter os seguintes índices econômicos-financeiros com base no balanço auditado por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM):

Índice	Meta	Apuração
EBITDA Ajustado/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,5	Trimestral
Dívida Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado	Igual ou menor que 3,00	Trimestral
Outras Dívidas Onerosas/EBITDA Ajustado	Igual ou menor que 1,00	Trimestral

- EBITDA Ajustado: é igual ao somatório: (I) do Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social; (II) das Despesas Financeiras deduzidas as Receitas Financeiras; (III) da Depreciação e Amortização; e (IV) dos Custos dos Serviços de Construção deduzidas as Receitas dos Serviços de Construção;
- Serviço da Dívida: é igual ao somatório das Despesas Financeiras e das Amortizações de Empréstimos e Financiamentos incorridas no período
- Dívida Líquida Ajustada: é igual ao somatório do saldo devedor de empréstimos,

## COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

### Notas explicativas da Administração às informações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

financiamentos e debêntures excluída a disponibilidade de caixa;

- Outras Dívidas Onerosas: é equivalente ao somatório das obrigações previdenciárias e com plano de assistência médica, parcelamento de dívidas tributárias e parcelamento de dívidas com o fornecedor de energia elétrica

Na hipótese de descumprimento de qualquer um desses índices, bem como das demais obrigações contidas na escrituração, ocorrerá o vencimento antecipado das debêntures. Conforme avaliação da Administração da Companhia, todas as obrigações vêm sendo cumpridas não havendo, portanto, expectativa de vencimento antecipado das obrigações.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da integralização das Debêntures da primeira série, devem ser destinados a investimentos e/ou contrapartidas de dívidas, reembolso de gastos e despesas relacionadas a investimentos e reforços da reserva de liquidez da Emissora. Nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, bem como do Decreto 8.874, e da Resolução CMN 3.947, os recursos obtidos pela Companhia por meio da integralização das Debêntures da segunda série, devem destinados exclusivamente para financiamento dos seguintes projetos: (i) projeto de implantação do sistema de esgotamento sanitário das sub-bacias CE-7, CE-8, CE-9 e estação de tratamento de esgoto Cocó em Fortaleza-CE; (ii) projeto de redução de perdas de água nos sistemas de abastecimento da Emissora; (iii) projeto básico hidráulico - sanitário para ampliação do sistema integrado de abastecimento de água tratada das cidades cearenses de Horizonte, Pacajus e Chorozinho; (iv) projeto básico hidráulico - sanitário para interligação do sistema Taquarão com os sistemas de abastecimento de água de Maranguape e Maracanaú.

As debêntures apresentam a seguinte movimentação:

	1ª série	2ª série	Total
Saldos iniciais em 31 de dezembro de 2020	-	-	-
Emissão	260.000	515.990	775.990
Gastos iniciais das emissões	(4.891)	(9.195)	(14.086)
Atualização do valor nominal	-	39.645	39.645
Juros	13.996	21.338	35.334
Amortização de juros	(6.952)	(12.681)	(19.633)
Apropriação dos gastos iniciais	779	916	1.695
Saldos finais em 31 de dezembro de 2021	<u>262.932</u>	<u>556.013</u>	<u>818.945</u>

## 21. Obrigações sociais

	31/12/2021	31/12/2020
Salários e férias	29.557	27.242
INSS sobre Salários, férias	8.839	8.671
FGTS sobre Salários, férias	2.822	2.719
Benefícios concedidos	1.613	1.494
Consignações e empréstimos	1.657	1.680
Outras obrigações	459	407
	<u>44.947</u>	<u>42.213</u>

## COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

### 22. Incentivo à aposentadoria - PRSP

#### 22.1. Composição

	31/12/2021	31/12/2020
Incentivo à aposentadoria - PRSP	69.580	79.716
Ajuste a valor presente	(12.034)	(15.716)
	<u>57.546</u>	<u>64.000</u>
Circulante	18.446	18.788
Não circulante	39.100	45.212

#### 22.2. Movimentação

	31/12/2021	31/12/2020
Saldos iniciais	64.000	90.483
Pagamentos	(19.460)	(32.912)
Despesa financeira	6.298	7.904
Incrementos	9.341	-
Reversões	-	(780)
Ajuste a valor presente	(2.633)	(695)
Saldos finais	<u>57.546</u>	<u>64.000</u>

#### 22.3. Cronograma de realização

	31/12/2021	31/12/2020
1 ano	18.446	18.788
Entre 1 e 2 anos	33.503	30.130
Entre 2 e 5 anos	5.597	15.047
Mais de 5 anos	-	35
	<u>57.546</u>	<u>64.000</u>

#### a) PRSP

A Companhia implantou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP) através da norma interna SAD - 041 de 25 de abril de 2008, com o objetivo de proporcionar aos empregados da Companhia melhores condições de aposentadoria, recebendo benefícios temporários da Companhia, na forma do contrato de adesão celebrado entre as partes.

O Plano destinava-se aos empregados do quadro próprio, em que após obter a concessão de aposentadoria pelo INSS rescindir o contrato de trabalho com a Companhia, e o ex-empregado assume obrigatoriamente a condição de participante auto patrocinado da Cageprev, e assim fará jus aos benefícios do plano.

Dentre as composições do plano mencionadas na norma, há o pagamento de 10 salários de referência, em 36 parcelas iguais, além de assistência à saúde (médica e odontológica) do empregado e de seus dependentes, mediante continuidade dos planos atuais ou de outros sistemas que vierem a substituí-los, pelo período de seis anos, a partir da data do desligamento do empregado, com pagamento da parte patronal pela Companhia.

Passados 72 meses, os planos de saúde médico e odontológico serão pagos integralmente pelo ex-empregado.

Esses valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações nos próximos seis anos ajustados e são atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente a uma taxa de 11,64%, correspondente à taxa WACC (Weighted Average Cost of Capital/ Custo Médio Ponderado de Capital) da Companhia na data das demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2021, não foi constituída qualquer obrigação de benefício rescisório PRSP, tendo em vista que em 10 de janeiro de 2014 a Diretoria encerrou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP) constante na SAD - 041 a partir da data-base de 31 de dezembro de 2013.

#### b) PRSP II

Em 10 de janeiro de 2014, a Diretoria Colegiada aprovou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP II) através da Norma Interna SAD - 065 (versão 1), com o objetivo de proporcionar aos empregados da Companhia condições de aposentar-se ou mesmo se desligar da Companhia por já se encontrar aposentado, recebendo benefícios financeiros temporários, na forma do requerimento de adesão celebrado entre as partes.

O presente plano destinou-se aos empregados do quadro próprio que atenderam às condições estabelecidas na norma, quais eram: ter idade igual ou superior a 56 anos até 30 de abril de 2014; atender às exigências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) quanto à idade e tempo de contribuição necessários à aposentadoria ou mesmo já ser aposentado pelo INSS; ter ingressado como participante na Fundação Cagece de Previdência Complementar - Cageprev; estar inscrito na Gerência de Pessoas - GEPES para participação no plano, através de requerimento de adesão.

Os empregados que atendessem às seguintes condições poderiam aderir ao PRSP II no período de 3 de fevereiro a 30 de abril de 2014: (i) efetuar o requerimento de adesão até 30 de abril de 2014; (ii) desligar-se da CAGECE, na data estabelecida pela Diretoria, a partir de 30 de maio de 2014; (iii) obterem ou já tiverem obtido a concessão de aposentadoria pelo INSS; e (iv) assumirem obrigatoriamente a condição de participante auto patrocinado da Cageprev, e assim fará jus aos benefícios do plano.

O PRSP II concede os seguintes benefícios: (i) ressarcimento dos gastos com medicamentos de uso contínuo por seis (6) anos; (ii) pagamento de 15 (quinze) salários na rescisão contratual para o PRSP II, pagos em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas; (iii) incentivo financeiro de 30% do salário de referência para os empregados com salário de referência menor ou igual ao piso de INSS dividido por 0,8; (iv) em caso de falecimento do empregado inscrito no Plano, cuja adesão tenha sido deliberada pela Diretoria, será garantido o benefício aos dependentes legais deste; (v) assistência à saúde odontológica e médica (plano enfermagem), por 6 (seis) anos para o empregado e 2 (dois) anos para seus dependentes já cadastrados. Ressalte-se que, conforme consta no item 2.4 do SAD em referência, o empregado que não rescindir o contrato de trabalho com a CAGECE na data estabelecida pela Diretoria será excluído do Plano, implicando na perda do benefício.

Os valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações nos próximos seis anos ajustados e são atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente, a uma taxa de 11,64%, correspondente à taxa WACC (Weighted Average Cost of Capital/Custo Médio Ponderado de Capital) da Companhia na data das demonstrações contábeis.

c) PRSP III

Em 28 de março de 2017, a Diretoria Colegiada aprovou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP III) através da resolução Nº 011/17/DPR. Posteriormente alterada pela resolução Nº 016/17/DPR, com o objetivo de proporcionar aos empregados da Cagece que aderirem ao Plano, condições de aposentar-se recebendo benefícios financeiros temporários, na forma estabelecida neste Regulamento.

O presente plano se destina aos empregados do quadro próprio que atendam as condições expressas neste Regulamento, quais eram: ter idade igual ou superior a 56 anos até 31 de dezembro de 2018; atender os requisitos legais para a obtenção do benefício de aposentadoria pelo Regime Geral da Previdência Social, contados, pelo menos, dez anos de tempo de serviço na Cagece; ter ingressado e se mantido como participante na Fundação Cagece de Previdência Complementar (Cageprev). E desde que não se enquadrem nas situações impeditivas à adesão: ter sido submetido a processo administrativo-disciplinar que tenha resultado na rescisão do contrato de trabalho; ter sido condenado por decisão judicial transitada em julgado, que determine a perda do emprego.

O prazo para adesão se iniciou na data da publicação deste Regulamento e se encerrou ao final do expediente do dia 17 de maio de 2017.

A rescisão contratual pelo Plano deverá ocorrer se atendidas as seguintes condições: o empregado deverá comprovar que a aposentadoria foi concedida pelo INSS mediante apresentação da Carta de Concessão emitida pelo INSS ou pelo Extrato de Pagamento do benefício emitido pelo INSS, até o mês anterior à data prevista para seu desligamento; assinar o Contrato de Adesão ao PRSP III; assinar o Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho com a Cagece. As datas de rescisão de cada empregado optante ao Plano serão estabelecidas e divulgadas pela Cagece, oportunamente após o fim do prazo para adesão.

O PRSP III concede os seguintes benefícios: (i) ressarcimento dos gastos com medicamentos de uso contínuo por (84) meses; (ii) pagamento de 16 (dezesseis) salários na rescisão contratual para o PRSP III, pagos em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas; (iii) Incentivo financeiro, durante 84 meses, de acordo com o Salário de Referência (SR) do empregado, correspondente: a) se o Salário de Referência (SR) for menor ou igual ao valor do teto do INSS dividido por 0,70, receberá 50% do valor do SR; b) se o Salário de Referência (SR) for maior que o valor do teto do INSS dividido por 0,70, receberá a diferença entre o SR e o valor do benefício do INSS percebido pelo empregado; (iv) Incentivo no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do vale alimentação, conforme valor estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), durante os 36 (trinta e seis) meses iniciais do plano; (v) Fica garantida Assistência à Saúde Médica e Odontológica pelos atuais planos ou outros que vierem a substituí-los, mantida a participação da Cagece no custeio da assistência, ao empregado optante e seus dependentes, na forma definida no Acordo Coletivo de Trabalho, pelo prazo de 84 (oitenta e quatro) meses a partir da data do desligamento; (vi) Incentivo para a aposentadoria calculado atuarialmente, pela Cageprev, para cada empregado inscrito no PRSP III, repassado para a Cageprev; (vii) Na ocorrência de falecimento do optante antes da rescisão contratual ficam garantidos os direitos aos herdeiros, conforme definidos no Código Civil, cabendo àqueles apresentar no prazo de 2 (dois) meses o processo de inventário.

Os valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações nos próximos sete anos ajustados e são atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente, a uma taxa de 11,64%, correspondente à taxa WACC (Weighted Average Cost of Capital/Custo Médio Ponderado de Capital) da Companhia na data das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

23. Tributos a Recolher

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda - reinvestimento	2.969	2.739
REFIS IV (a)	2.731	9.431
COFINS	8.601	6.166
Previdência social	2.662	2.885
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	14.643
Parcelamento Tributos Federais (b)	11.836	13.824
PIS	1.841	1.313
ISS	2.157	2.043
IRRF sobre a folha de pagamento	3.346	3.171
Outros	3.762	4.162
	<u>39.905</u>	<u>60.377</u>
Circulante	26.926	43.572
Não circulante	12.979	16.805

São registrados neste grupamento todos os tributos e contribuições a recolher referentes aos serviços, administrativos e de pessoal, tais como o imposto de Renda, as Contribuições Federais sobre serviços de terceiros, contribuições Previdenciárias - INSS, Impostos municipais, Impostos estaduais e valores referentes ao Incentivo Fiscal para reinvestimento.

- (a) A consolidação do Refis IV ocorreu em 25 de agosto de 2009 (Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009). Os débitos foram parcelados em até 180 (cento e oitenta) prestações mensais, com redução de 60% (sessenta por cento) das multas de mora e de ofício, de 20% (vinte por cento) das isoladas, de 25% (vinte e cinco por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre o valor do encargo legal. Seguem dados adicionais sobre os refinanciamentos:

Débito	Número de parcelas	Número de parcelas remanescentes	Prazo de pagamento
Código 1136 - ART. 1º Débitos Previdenciários PGFN	158	31	07/2024
Código 1194 - Art.1º Demais Débitos PGFN	158	31	07/2024
Código 1233 - Art.1º Débitos Previdenciários RFB	158	31	07/2024
Código 1279 - Art.1º Demais Débitos RFB	158	3	03/2022
Código 1285 - Art.3º Demais Débitos RFB	132	5	05/2022

- (b) Parcelamento convencional no âmbito da PGFN, consolidação do 0002 - Parcelamento Simplificado - Pessoa Jurídica, de que trata o art. 14-C da Lei 10.522, de 2002. Seguem dados adicionais:

Débito	Número de parcelas	Número de parcelas remanescentes	Prazo de pagamento
Código 1734 - Parcelamento convencional dívida não previdenciária	60	8	08/2022
Código 1734 - Parcelamento convencional dívida não previdenciária	60	11	11/2022

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

Parte do valor refere-se ao parcelamento convencional no âmbito da Receita Federal, referente ao Processo nº 11234.7200001/2020-07 de multas regulamentares diversas. A ciência ocorreu em 02 de setembro de 2020. Em 29 de setembro de 2020 foi registrada uma solicitação de juntada de requerimento solicitando o desmembramento da parte referente à multa por descumprimento de obrigação acessória. Foi concedida redução das multas passíveis de redução, no seguinte percentual, nos termos do art. 6º da Lei nº 8.218/91, com a redação dada pelo artigo 28 da Lei nº 11.941/09: II - 40% (quarenta por cento), se for requerido o parcelamento no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência deste auto de infração. Seguem dados adicionais:

Débito	Número de parcelas	Número de parcelas remanescentes	Prazo de pagamento
Código 2203 - Multas Regulamentares Diversas	60	45	09/2025

24. Obrigações com tarifa de contingência

Refere-se aos recursos recebidos provenientes da tarifa de contingência no qual ainda não foram aplicados nos projetos/investimentos constantes no plano de redução de perdas de água. Segue a movimentação do saldo:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	175.446	182.341
(+) Recursos faturados decorrente tarifa de contingência	147.092	121.871
(-) Isenção Lei nº 17.196/2020 (a)	-	(64.550)
(-) Isenção Lei nº 17.412/2021 (a)	(30.902)	-
(-) Isenção Lei 17.408/2021 - Rec. a faturar - Isenções (a)	(4.313)	-
(-) Isenção Lei 17.408/2021 - Quitações e Devoluções (a)	(2.702)	-
(-) Pis e Cofins sobre tarifa de contingência	-	(6.906)
(-) Ressarcimento de despesas	(44.590)	(34.266)
(+) Rendimento das aplicações financeiras	5.287	4.134
(-) Despesas financeiras	-	(129)
(-) Provisão da perda oriunda da tarifa de contingência	(10.630)	(9.637)
(-) Investimentos	(22.189)	(27.561)
(+) Estorno IR/CS Pagos (b)	-	10.149
Saldo final	212.499	175.446

- (a) Utilização dos recursos provenientes da tarifa de contingência para compensação à Companhia em face da isenção da tarifa de água e esgoto de consumidores que se enquadrem no padrão básico, observado o limite de consumo de 10 (dez) m<sup>3</sup>/mês, conforme previsto nas Lei nºs 17.196/2020, 17.408/2021 e 17.412/2021, que representam algumas medidas tomadas pelo Governo do Estado no combate à pandemia de COVID-19;
- (b) Conforme nota explicativa 09, a Companhia não adotava a prática de exclusão dos valores correspondentes à "Tarifa de Contingência" das bases de aferição do Lucro Real e da Base de cálculo da CSLL, realizando, portanto, pagamentos desses impostos e, como consequência, reduzindo a obrigação com Tarifa de Contingência. Porém, com a revisão dessas bases, ocorreu o reconhecimento de impostos a recuperar, o estorno de tributos diferidos e a reconstituição da parte equivalente a Obrigação.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

25. Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

Saldos a distribuir por acionista

	31/12/2021	31/12/2020
Estado do Ceará	12.245	20.368
Município de Fortaleza	1.613	2.700
Demais acionistas minoritários	69	65
	<u>13.927</u>	<u>23.133</u>

O montante R\$ 37.928 equivalente ao total dos dividendos mínimos de 2022 foi todo reconhecido a título de juros sobre o capital próprio por estarem dentro do limite aceitável, já tendo sido antecipado o valor de R\$ 24.069.

A seguir segue a movimentação do saldo dos dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	23.133	6.850
Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio de exercícios anteriores	(23.065)	(6.787)
Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre o capital próprio	37.928	33.100
Pagamento de juros sobre o capital próprio a título de dividendos, antecipadamente	(24.069)	(10.030)
Saldo final	<u>13.927</u>	<u>23.133</u>

Segue o cálculo do dividendo mínimo obrigatórios:

	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	155.815
Constituição da reserva legal (5% sobre o lucro líquido do exercício de 2021)	(7.791)
Lucro a destinar	148.024
Constituição de reserva de incentivos fiscais do exercício de 2021	(22.642)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial do exercício de 2021	26.332
Base de cálculo dos dividendos	<u>151.714</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25% do lucro líquido ajustado)	<u>37.928</u>

26. Provisão para contingências

	31/12/2021	31/12/2020
Causas cíveis	53.838	41.322
Depósito judicial vinculado - cíveis	(176)	(176)
Causas trabalhistas	28.431	20.694
Depósito judicial vinculado - trabalhistas	(2.487)	(2.487)
Causas tributárias	1.227	1.341
Depósito judicial vinculado - tributárias	(138)	(138)
	<u>80.695</u>	<u>60.556</u>

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

A movimentação da provisão no ano está demonstrada a seguir

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	30.847	14.097	1.664	46.608
Adições	13.539	6.465	(359)	19.645
Juros	6.423	4.862	36	11.321
Reversão	(9.224)	(6.539)	-	(15.763)
Pagamentos	(342)	(369)	-	(711)
Compensação com depósitos judiciais	(97)	(309)	(138)	(544)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2020	41.146	18.207	1.203	60.556
Adições	11.787	11.144	169	23.100
Juros	6.724	7.414	60	14.198
Reversão	(5.824)	(9.880)	(343)	(16.047)
Pagamentos	(171)	(941)	-	(1.112)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2021	53.662	25.944	1.089	80.695

O montante de R\$ 80.695 decorre, principalmente, de: a) cíveis - ações judiciais cobrando indenização por danos morais e materiais, danos ambientais e realinhamento contratual; b) trabalhistas - ações de enquadramento no Plano de Cargos e Remunerações (PCR), diferença salarial e verbas rescisórias; e c) tributárias - ação interposta pela Cagece para cobrança de valores referentes à Contribuição PASEP 05/2003 a 11/2003 e PIS do período de 02/2002 a 06/2002, devidamente pagos à Caixa Econômica Federal com cheques nominais. Na ação é requerida a suspensão da exigibilidade dos créditos para que sejam expedidas certidões negativas e anulados os créditos tributários

As provisões foram constituídas com base nas diversas causas judiciais surgidas no curso normal dos negócios, incluindo causas cíveis, trabalhistas e tributárias, e consideradas suficientes pela Companhia para cobrir eventuais desembolsos na hipótese de decisão desfavorável.

Esses valores são contabilizados mensalmente, conforme estimativa da Diretoria Jurídica da Companhia em relação aos processos com expectativa de perda "provável".

#### Contingências possíveis

A estimativa de perda das causas judiciais e administrativas em andamento, com base no valor da causa, considerado pela Diretoria jurídica da Companhia, com probabilidade de perda possível, totaliza um valor de R\$ 86.052 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 382.051 em 31 de dezembro de 2020).

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

A redução dos montantes, quando comparado 2021 e 2020, deve-se a ao ganho de causa de um processo 0122794-17.2019.8.06.0001, que se tratava de uma ação ajuizada pela OAB contra a CAGECE, ARCE E ACFOR, requerendo a anulação do aumento tarifário autorizado pela ARCE de 15,86%, em vigor desde 24 de março de 2019. A 1ª Câmara Direito Público, por unanimidade, entendeu que revisão tarifária foi fundamentado na lógica econômica e jurídica dos contratos de concessão e na legislação aplicável à espécie, não devendo o Poder Judiciário se imiscuir em atos administrativos discricionários e atos de governo fulcrados em pesquisas técnicas levadas a cabo por equipes detentoras de especialização técnica na área em questão, deve-se privilegiar o entendimento por elas sufragado. OAB se insurgiu contra a decisão do Tribunal de Justiça, interpondo recurso competente, o qual foi inadmitido, mantendo, assim, a decisão do recurso julgado favorável à CAGECE. O processo transitou em julgado dia 19 de novembro de 2021, encerrando-se então.

Por serem considerados com probabilidade de perda possível, não foram provisionados nas demonstrações contábeis. Seguem em destaque os processos de valores relevantes:

Processo nº	Esfera	Natureza	31/12/2021
0200248-05.2021.8.06.0001 (i)	Judicial	Cível	12.233
MPF 03.1.01.00-2018-00256-7 (ii)	Judicial	Tributário	9.438
0280007-29.2020.8.06.0041 (iii)	Judicial	Cível	5.000
0000129-57.2020.5.07.0010 (iv)	Judicial	Trabalhista	3.017
0000767-68.2021.5.07.0006 (v)	Judicial	Trabalhista	2.738
0500372-61.2011.8.06.0001/0 (vi)	Judicial	Cível	2.500
0000347-42.2021.5.07.0013 (vii)	Judicial	Trabalhista	2.131
0201204-31.2015.8.06.0001/0 (viii)	Judicial	Cível	2.000
0002751-64.2019.8.06.0126 (ix)	Judicial	Cível	2.000
0000220-62.2021.5.07.0027 (x)	Judicial	Trabalhista	1.760
Outros	-	-	43.235
			<b>86.052</b>

- (i) Processo de recuperação judicial de um fornecedor, cujos créditos junto a ele são incobráveis;
- (ii) Ação tributária relativa à cobrança de PIS e COFINS, sob a alegação de que a Autuada supostamente teria apurado créditos indevidos referentes a tais contribuições sobre os custos e despesas com serviços terceirizados, de vigilância ligada ao sistema, de manutenção de imóveis e de locação de veículos;
- (iii) Ação cível requerendo a ampliação da rede de esgotos do Município de Aurora;
- (iv) Ação trabalhista de assédio moral e reparação patrimonial;
- (v) Ação trabalhista de dano moral relativa à demissão sem justa causa de um colaborador;
- (vi) Ação de indenização ao proprietário de terreno por danos de desvalorização. O terreno foi adquirido, inicialmente, para ser construído uma estação de tratamento de esgoto, entretanto o terreno está sendo utilizado como poço, sem qualquer tratamento de esgoto;
- (vii) Ação trabalhista de dano moral relativa à demissão sem justa causa de um colaborador;
- (viii) Ação cível de desapropriação indireta;
- (ix) Ação cível pública movida pelo ministério estadual público em face da Cagece e do Município de Mombaça, aduzindo, em síntese, que os requeridos estariam descumprindo o contrato de concessão no que tange a prestação do serviço;
- (x) Ação trabalhista de reparação de danos morais em face de uma empresa que presta serviços de disponibilização de mão de obra terceirizada, cuja Cagece assume responsabilidade subsidiária. As autoras são viúva e filha de um ex-funcionário que veio a obtido em um acidente de trabalho.

#### Contingência remota relevante

A Companhia sofreu autuação e imposição de multa para exigir IRPJ e CSLL do ano-calendário de 2014, em razão de três temas a seguir:

- Utilização de taxas de depreciação incorretas;
- Ganhos decorrentes da avaliação de Ativos a Valor Justo (AVJ);
- Postergação no pagamento dos tributos.

O valor total da autuação de IRPJ foi de R\$ 602.044 e da autuação de CSLL foi de R\$ 216.736, considerando principal, juros e multa de ofício. Logo, o valor total do lançamento de ofício em julho de 2019 foi de R\$ 818.780.

Os valores atualizados para 31 de dezembro de 2021, considerando principal, juros e multa de ofício são de: IRPJ R\$ 649.062 e CSLL R\$ 233.662. Logo o valor total do processo suspenso em julgamento, em dezembro de 2021 é de R\$ 882.724.

Esse auto de infração da Secretaria da Receita Federal (SRF) considerou como infração a ocorrência de Ajustes a Valor Justo (AVJ), considerados como tributáveis, sendo que, no entanto, foram ajustes de avaliação pelo custo atribuído (deemed cost), nos termos das normas contábeis aplicáveis. Isso, por si só, já demonstra a improcedência dos autos de infração, eis que, nos termos do art. 142 do CTN, o lançamento consiste no procedimento tendente à verificação do fato gerador e determinação da matéria tributável. O erro na consideração do fato tido por tributável claramente implica a improcedência da autuação

Conforme se depreende dos argumentos de defesa da CAGECE, o auto de infração em questão não deve prosperar quando submetido ao julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, especialmente se considerada também a hipótese de julgamento na esfera judicial. Atualmente o processo encontra-se aguardando julgamento no CARF.

Nesse sentido, o risco de perda do Processo Administrativo Fiscal (PAF) nº 10380-725.747/2019-19 é considerado remoto pela Administração da Companhia.

#### 27. Provisão atuarial benefício definido - Plano de saúde

As provisões para benefícios a empregados contemplam as expectativas de despesas no curto prazo e no período pós-emprego e de longo prazo. As provisões de curto prazo são direcionadas à liquidação de despesas de natureza salarial e de participação dos empregados nos lucros. Quanto às provisões para benefícios pós-emprego, referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de assistência à saúde sob responsabilidade da CAGECE.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

A tabela abaixo apresenta a composição dessas provisões:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Plano de assistência médica	160.549	164.774
	<u>160.549</u>	<u>164.774</u>

Benefícios pós-emprego:

A CAGECE é patrocinadora de planos de previdência complementar e assistência médica. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho mantidas com a CAGECE.

Em relação aos planos de previdência complementar patrocinados pela CAGECE, sua administração é realizada pela Cageprev, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, instituída em 2004 pela patrocinadora.

Sob ditames do CPC 33, o plano de aposentadoria, administrado pela Fundação CAGECE de Previdência Complementar - Cageprev, é considerado sob contribuição definida, uma vez que não há a obrigação de nenhum cálculo atuarial para a apuração da obrigação/despesa.

Quanto ao plano de assistência médica, este foi contratado pelo SINDIAGUA junto à UNIMED, conforme as seguintes informações:

- Tipo de contratação: coletivo por adesão, conforme Acordo Coletivo de Trabalho (ACT);
- Contribuição: da patrocinadora CAGECE e dos empregados, conforme tabela constante do ACT;
- Valor da contribuição: fixo (por beneficiário), não havendo variação, por faixa etária;
- Modalidade: ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, sem odontológico;
- Acomodação: apartamento/enfermaria, dependendo da adesão.

Plano de assistência médica

Para o plano de assistência médica, a contribuição é definida através de custo médio, não havendo distinção de valores nas contribuições (mensalidades) dos beneficiários ativos e aposentados (bem como seus respectivos dependentes e agregados). Referida contribuição é reajustada anualmente, em função do reajuste de procedimentos médicos, da sinistralidade da apólice ou a alteração do perfil etário que originou o prêmio médio vigente - em função dos gastos ocorridos na operadora de planos de saúde.

## COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

O valor da contribuição mensal (prêmio) pago pela CAGECE tem valor fixo por ativos e aposentados. Para o dependente, o valor pago resulta do valor do salário-base do empregado, tendo por parâmetro o valor do salário-mínimo (SM), conforme tabela de contribuição aprovada em acordo coletivo. No plano contratado pela CAGECE é permitido aos ex-empregados, aposentados desligados da patrocinadora, continuarem no plano, desde que assumam as suas contribuições integralmente - conforme ditames da Lei 9.656/98.

Frente à severidade iminente nos custos médicos oriundos dos ex-empregados, por fatores de envelhecimento, há o impacto direto nas contribuições pagas pela CAGECE em favor de seus empregados (ativos), por serem calculadas como sendo um custo médio no qual o aumento na sinistralidade, decorrente dos aposentados, ocasionará, como consequência, elevação das contribuições de todos os beneficiários segurados, inclusive dos ativos. Assim, a permanência destes, após o desligamento da CAGECE, caracteriza benefício indireto aos ex-empregados (subsídio indireto), uma vez que a permanência destes eleva a mensalidade paga pela CAGECE para os seus empregados, incorrendo na necessidade de constituição de passivo atuarial de compromissos pós-emprego.

Para o cálculo de provisão de benefícios pós-emprego existe previsão de cálculo do subsídio indireto, em linha com discussões técnicas do Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), onde o compromisso da CAGECE corresponde à diferença, a maior, entre o valor da contribuição do ex-empregado/aposentado e o seu respectivo custo médico médio - observada toda a massa com tal perfil.

Para tanto foram consideradas na avaliação atuarial as seguintes informações:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos		
Número	1.128	1.178
Idade Média	48	47
Dependente de Ativos		
Número	2.727	2.748
Idade Média	41	40
Assistidos		
Número	256	190
Idade Média	67	66
Dependentes dos Assistidos		
Número	483	286
Idade Média	50	49
Assistidos - PRSP e PPA		
Número	252	263
Idade Média	71	70
Dependentes dos Assistidos- PRSP e PPA		
Número	192	208
Idade Média	60	59

Em função do Plano de Reconhecimento por Serviço Prestado (PRSP) e Plano Provisório de Incentivo à Aposentadoria (PPA) - em função da rescisão de trabalho e elegibilidades previstas em ambos os planos - foram garantidos àqueles que aderissem à época, dentre outros benefícios, o incentivo de auxílio saúde por prazo determinado.

Durante este prazo, fica mantida a participação da CAGECE, como se empregado fosse, inclusive aos seus dependentes, no custeio ao plano médico.

Após decorrido o prazo garantido por força do PRSP e PPA, bem como aqueles que se aposentarem fora dos referidos planos, o benefício de assistência médica é garantido desde integralmente custeados pelo empregado desligado, observado os ditames previstos pela Lei 9.656/96.

Avaliação Atuarial do plano de assistência médica.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados por consultoria especializada, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAGECE.

Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da CAGECE, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em suas demonstrações contábeis, para o plano assistencial - como benefício pós-emprego estruturado na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em ajuste de avaliação patrimonial (aplicável ao plano de assistência médica).

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e de acordo com a natureza do benefício, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais a serem reconhecidos pela CAGECE.

Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial do plano de assistência médica

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos devem ser utilizadas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.

Dentre as principais premissas atuarias adotadas no plano de assistência médica, destacamos o Aging Factor, utilizado para mensurar a diferença do custo entre as diferentes idades dos participantes cobertos pelo plano.

O Aging Factor adotado para 2021 foi de 2,50%, com base na experiência de mercado da consultoria.

Biométricas e Demográficas	31/12/2021	31/12/2020
Tábua de mortalidade geral	AT- 2000, segregada por sexo	AT- 2000, segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Muller (Suavizada em 85%)	Muller (Suavizada em 85%)
Tábua de mortalidade de inválidos	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Rotatividade	-	-
Composição familiar	Família Real	Família Real
Entrada em aposentadoria	Homens: 63 anos; Mulheres: 61 anos	Homens: 63 anos; Mulheres: 61 anos
Take-up	73,00%	73,00%
Econômicas e Financeiras	31/12/2021	31/12/2020
Taxa nominal de desconto atuarial	10,23%	7,45%
Inflação de Longo Prazo	5,03%	3,50%
Taxa de Crescimentos dos Custos Médicos	3,50% decrescendo 0,25% em 11 anos	3,50% decrescendo 0,25% em 11 anos
Aging Factor ("Fator de envelhecimento")	2,50%	2,50%
Taxa de reajuste de benefícios do plano	Não aplicável	Não aplicável
Fator de Capacidade	Não aplicável	Não aplicável

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

Conciliação do saldo do valor presente da obrigação atuarial do plano

Conforme pode ser observado a seguir, inexistem ativos financeiros para a cobertura do passivo originado pelo plano de assistência médica:

	Valor presente das obrigações atuariais
1. Valor no início do exercício	166.684
2. Custo do serviço corrente	3.468
3. Custo dos juros	13.002
4. Rendimento esperado dos ativos (maior)/menor que a taxa de retorno	-
5. Ganhos ou perdas atuariais	(17.688)
6. Mudança de hipóteses	750
7. Contribuições pagas pela empresa	-
8. Contribuições pagas pelos empregados	-
9. Benefícios pagos pelo plano	-
10. Benefícios pagos diretamente pela empresa	(3.757)
11. Custo de administração	-
12. Impostos	-
13. Custo de serviço passado - alteração do plano	-
14. Custo de serviço passado - redução do plano	-
15. Eliminação antecipada de obrigações	-
16. Aquisição	-
17. Alienação	-
18. Benefícios de desligamento	-
19. Outras despesas	-
20. Mudança no superávit	-
21. Valor no final do exercício	<u>162.459</u>

Ainda, já se encontra contabilizado no passivo da CAGECE, os valores referentes aos montantes de contribuições vertidas pela patrocinadora - sob tempo determinado - em função do prazo do auxílio-saúde para aqueles que aderiram ao PRSP e PPA. Os valores contabilizados, são apresentados conforme quadro a seguir, na posição de 31 de dezembro de 2021:

Valor presente da obrigação atuarial	<u>162.459</u>
Valor Plano de Saúde registrado no passivo (PRSP e PPA)	(1.910)
Valor presente da obrigação atuarial	<u>160.549</u>

Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido

Perfil de Vencimento da Obrigação de Benefício Definido	31/12/2021
1. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2022	16.488
2. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2023	17.622
3. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2024	18.678
4. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2025	17.858
5. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2026 ou posterior	102.771

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

Despesas/Receitas e Pagamentos esperados para o ano

Custo de Benefício Definido estimado para o próximo exercício	31/12/2022
1. Custo do Serviço Corrente	3.729
2. Custo de Serviço Passado - Alterações do Plano	-
3. Custo de Serviço Passado - Reduções Antecipadas	-
4. (Ganhos)/Perdas de liquidações antecipadas	-
5. Custo do Serviço	3.729
6. Juros líquidos sobre (Ativo)/Passivo líquido	13.977
7. Custo de Benefício Definido reconhecido no resultado	13.977
8. Custos de Administração incorridos no período	-
9. Custo de Terminação de Benefícios	-
10. Outros Ajustes	-
11. Custo reconhecido no resultado	17.706

Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas:

Análise de Sensibilidade			
Premissa	Análise de Sensibilidade	Impacto R\$	Impacto %
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(10.121)	-6,23%
Taxa de desconto	Redução de 0,5%	11.388	7,01%
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	5.978	3,68%
Expectativa de vida	Redução de 1 ano	(5.247)	-3,23%
HCCTR	Aumento de 0,5%	15.255	9,39%
HCCTR	Redução de 0,5%	(10.430)	-6,42%

28. Imposto de Renda e contribuição Social diferidos

A Companhia registra contabilmente os efeitos fiscais de suas transações e outros eventos através do reconhecimento das diferenças temporárias, ativas ou passivas e dos ativos ou passivos fiscais diferidos quando da apresentação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido nas informações contábeis e na divulgação de informações sobre tais impostos.

As diferenças que impactam ou podem impactar na apuração do imposto de renda e da contribuição social decorrentes de diferenças temporárias entre a base fiscal de um ativo ou passivo e seu valor contábil no balanço patrimonial são registradas como diferenças temporárias, já os ativos ou passivos fiscais diferidos são registrados como valores a recuperar ou a pagar em períodos futuros.

O imposto de renda diferido foi registrado à alíquota de 15%, com o adicional de 10%. A contribuição social diferida foi registrada à alíquota de 9%.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	31/12/2021			31/12/2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Diferenças temporárias						
Provisões para contingências	21.414	7.709	29.123	16.167	5.820	21.987
Provisões para perdas estoques	299	109	408	333	120	453
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.511	4.504	17.015	13.713	4.937	18.650
Variação cambial - exclusão regime de caixa	-	-	-	15.045	5.415	20.460
Provisão atuarial benefício definido - Plano de saúde	40.137	14.449	54.586	41.193	14.830	56.023
Total diferido ativo	74.361	26.771	101.132	86.451	31.122	117.573
Diferenças temporárias						
Ajuste de avaliação patrimonial	(155.231)	(55.883)	(211.114)	(165.205)	(59.474)	(224.679)
Total diferido passivo	(155.231)	(55.883)	(211.114)	(165.205)	(59.474)	(224.679)
Total de imposto diferido líquido	(80.870)	(29.112)	(109.982)	(78.754)	(28.352)	(107.106)

## 29. Capital social

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, independentemente, de reforma estatutária, pela emissão de até 50.000.000.000 (cinquenta bilhões) de ações, sendo 1/3 (um terço) desse total em ordinárias, e 2/3 (dois terços) em preferenciais. Caberá ao Conselho de administração indicar o número, a espécie e classe de ações a serem emitidas, respeitando o limite máximo de 2/3 (dois terços) de ações preferenciais, na composição do capital social realizado, o prazo para exercício do direito de preferência e, ainda, o preço de emissão de cada ação e as condições e prazo de integralização.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, porém, gozam de prioridade na distribuição de dividendos, e no reembolso do capital, no caso de dissolução da Companhia, direito à participação proporcional nas bonificações decorrentes de incorporação de reservas ou lucros, participação nos aumentos de capital, em igualdade de condições com os demais acionistas e na capitalização de todas as reservas. Para essas ações são garantidos dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, conforme previsto no inciso "I" do artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 10.303/2001.

Foi deliberado, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia 16 de abril de 2021, o aumento do Capital Social da Companhia no valor total de R\$ 177.938, referentes a:

- O valor de R\$ 58.276 mediante a capitalização de Incentivos Fiscais de Redução de Imposto de Renda do ano-calendário 2019, no valor de R\$ 36.920; e a capitalização de Incentivos Fiscais de Redução de Imposto de Renda do ano-calendário de 2020, no valor de R\$ 21.356;
- O valor de R\$ 119.662 referente a recursos oriundos da reserva de retenção de lucros de 2019 no valor de R\$ 20.362 e de recursos oriundos da reserva de retenção de lucros de 2020 no valor de R\$ 99.300.

Com o aumento aprovado, o Capital Social da Companhia passou de R\$ 1.943.607 para R\$ 2.121.545 sendo efetuado sem emissão de novas ações, beneficiando indistintamente todos os acionistas da Companhia.

## COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

A composição acionária da Companhia está assim demonstrada para 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 da seguinte forma (quantidade de ações):

	31/12/2021			31/12/2020		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Estado do Ceará	162.158.299	38.708	162.197.007	162.158.299	38.708	162.197.007
Município de Fortaleza	21.340.376	-	21.340.376	21.340.376	-	21.340.376
Outros	287	18.169	18.456	287	18.169	18.456
	<u>183.498.962</u>	<u>56.877</u>	<u>183.555.839</u>	<u>183.498.962</u>	<u>56.877</u>	<u>183.555.839</u>

### 30. Reserva de lucros

O montante registrado na conta de “Reserva de lucros” corresponde às reservas legal, estatutária, incentivos fiscais e de retenção de lucros, constituídas conforme Lei das Sociedades Anônimas e Estatuto da Companhia, conforme descritas a seguir:

(a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(b) Reserva estatutária

A reserva estatutária poderá ser constituída anualmente, por proposta da Administração, a qual deverá ser deliberada pela Assembleia Geral por meio de orçamento de capital, que terá a faculdade de destinar até 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício remanescente após a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios. A reserva estatutária tem por fim a implantação de inovações e melhorias operacionais em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e pesquisas e desenvolvimento de novos produtos e tecnologias.

(c) Reserva de incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (incluído pela Lei nº 11.638, de 2007); essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

Através do Laudo Constitutivo nº 0086/2017, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE pronunciou-se favoravelmente ao pleito de modernização de empreendimento de infraestrutura, resultando no incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculado com base no lucro da exploração de tratamento e abastecimento de água, e referente à capacidade instalada incentivada de 528.001.800 m<sup>3</sup>/ano, correspondente a 100% da capacidade do empreendimento modernizado, a partir do ano-calendário de 2017, por um prazo de 10 anos, com término no ano-calendário de 2026.

(d) Reserva de retenção de lucros

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de retenção de lucros é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito conforme estabelece o art. 199 da Lei 6.404/76. A reserva de retenção de lucros pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

31. Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se à adoção de um novo custo atribuído a determinadas classes de ativos imobilizados e intangíveis, devidamente suportados por laudos de avaliações patrimoniais elaborados por empresa especializada, nos termos do ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento.

A realização do ajuste de avaliação patrimonial é feita na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste da avaliação patrimonial:

	Saldo 31/12/2019	Realização	Saldo 31/12/2020	Realização	Saldo 31/12/2021
Ativo não circulante					
Ativo financeiro, imobilizado e intangível	700.043	(39.224)	660.819	(39.897)	620.922
Passivo não circulante					
Impostos diferidos	(238.015)	13.336	(224.679)	13.565	(211.114)
Patrimônio líquido					
Ajuste de avaliação patrimonial	<u>462.028</u>	<u>(25.888)</u>	<u>436.140</u>	<u>(26.332)</u>	<u>409.808</u>

32. Informações por segmento

A Administração considera a Companhia como sendo uma única unidade geradora de caixa, apresentando também um único segmento operacional, apesar de desenvolver a prestação de serviço de tratamento e o fornecimento de água, a coleta e o tratamento de esgotamento sanitário em municípios localizados no Estado do Ceará, uma vez que:

- Apesar das receitas de água e esgoto serem distintas, pois são faturadas individualmente ao cliente de água e esgoto, apenas água, ou apenas esgoto, os custos correspondentes não podem ser segregados em função da existência de compartilhamento de redes/sistemas entre os municípios (subsídio cruzado);

## COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

- A tomada de decisão pelos gestores das operações da Companhia, relacionadas com o seu desempenho operacional, são efetuadas de forma conjunta - água e esgoto;
- Não existem, na presente data, informações financeiras individualizadas disponíveis acerca dos desembolsos de recursos vinculados à prestação de serviço de água e esgotamento sanitário, existindo apenas o controle individualizado pelo setor financeiro da Companhia acerca dos recebíveis oriundos de faturamento de clientes.

### 33. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto	194.032	143.460
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social pela alíquota fiscal combinada	65.971	48.776
Diferenças temporárias de variação cambial	(17.581)	18.079
Despesas indedutíveis	(4.690)	(9.096)
Realização do custo atribuído	13.565	13.336
Outras despesas não dedutíveis	970	375
Reversão de provisões indedutíveis	7.135	3.296
Benefícios Fiscais	(1.025)	(1.549)
Outros itens	(602)	569
Imposto de renda e contribuição social correntes	63.743	73.786
Incentivos fiscais de redução do imposto de renda	(22.642)	(21.356)
	41.101	52.430
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.884)	(43.568)
Encargo fiscal	38.217	8.862
Alíquota efetiva	19,70%	6,18%

A alíquota de imposto média em 31 de dezembro de 2021 é de 19,70% (6,18% em 31 de dezembro de 2020).

### 34. Partes relacionadas

	31/12/2021	31/12/2020
Estado do Ceará (a)	3.167	5.058
Município de Fortaleza (b)	1.513	1.243
Contas a receber	4.680	6.301
Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos - COGERH (c)	13.020	13.160
Fundação Cagece de Previdência Complementar - CAGEPREV (d)	1.118	1.583
Contas a pagar	14.138	14.743
Estado do Ceará (a)	12.245	20.368
Município de Fortaleza (b)	1.613	2.700
Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar	13.858	23.068

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

As transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes.

A Companhia manteve as seguintes operações com partes relacionadas:

(a) Estado do Ceará

- Serviços de água e esgoto cobrados de acordo com as tarifas aprovadas pelo órgão regulador;
- Aporte de 69% do orçamento total de US\$ 327.345 do projeto Sanear II, que representa um montante de US\$ 225.868. O projeto Sanear II tem por objetivo a ampliação e melhoria do Sistema de Abastecimento de Água e implantação de sistemas de esgotamento sanitário em diversos polos econômicos e turísticos do Estado do Ceará;
- Em 2021 foi faturado um total de R\$ 38.158 (R\$ 34.943 em 2020) para o Estado do Ceará e órgãos a ele vinculados, desses, o montante de R\$ 3.167 estava a receber em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 5.058 em 31 de dezembro de 2020);
- Pagamento de dividendos relativos ao exercício de 2020, no montante de R\$ 20.367, conforme definido em reunião da Assembleia Geral Extraordinária de 16 de abril de 2021, ficando um saldo a pagar de R\$ 1;
- Constituição de dividendos e juros sobre o capital próprio relativos ao exercício de 2021 no montante total de R\$ 33.514, já tendo sido adiantando em 15 de dezembro de 2021 o valor de R\$ 21.270, ficando para pagar em 2022 o total de R\$ 12.245.

(b) Município de Fortaleza

- O município de Fortaleza, por meio da Lei Municipal nº 8.716, de 6 de junho de 2003, e contrato assinado em 10 de outubro de 2003, concedeu, de forma onerosa e exclusiva, à Companhia, a exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo prazo de 30 anos;
- Em contrapartida, além dos compromissos de investimentos pactuados, o Estado transferiu ao Governo Municipal 22% de suas ações com direito a voto no momento da assinatura do contrato;
- A Companhia assumiu o compromisso de pagar mensalmente à Prefeitura pelo direito de exploração da concessão, o equivalente a 1,5 % sobre o faturamento mensal direto de água e esgoto de Fortaleza. Essa remuneração, em 2021, correspondeu a R\$ 14.083 (R\$ 13.038 em 2020);
- Serviços de água e esgoto cobrados de acordo com as tarifas aprovadas pelo órgão regulador;
- Cessão de funcionários no qual a Companhia paga aos órgãos do governo municipal pela disponibilização de profissionais. O valor pago corresponde à remuneração do profissional acrescida dos correspondentes encargos sociais;
- Em 2021 foi faturado um total de R\$ 17.150 (R\$ 16.450 em 2020) para a Município de Fortaleza e órgãos vinculados, desses o montante de R\$ 1.513 estava a receber em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.243 em 31 de dezembro de 2020).

## COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

- Pagamento de dividendos relativos ao exercício de 2020, no montante de R\$ 2.698, conforme definido em reunião da Assembleia Geral Extraordinária de 16 de abril de 2021, ficando um saldo a pagar de R\$ 2;
- Constituição de dividendos e juros sobre o capital próprio relativos ao exercício de 2021 no montante total de R\$ 4.410, já tendo sido adiantando em 15 de dezembro de 2021 o valor de R\$ 2.799, ficando para pagar em 2022 o total de R\$ 1.611.

### (c) COGERH - Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos

- A Companhia de Gestão de Recursos Hídricos - COGERH é o único fornecedor de água bruta da Cagece e torna-se parte relacionada por também pertencer ao Estado do Ceará;
- Em 2021 o custo total com a aquisição de água bruta junto a COGERH foi de R\$ 73.430 (75.712 em 2020) e o saldo a pagar para o fornecedor, em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 13.020 (R\$ 13.160 em 31 de dezembro de 2020).

### (d) CAGEPREV - Fundação Cagece de Previdência Complementar

- Pagamento de contribuição para previdência complementar no montante de R\$ 4.782 (R\$ 4.267 em 2020), havendo R\$ 422 a pagar em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 392 em 31 de dezembro de 2020);
- Repasse de contribuição de empregados para previdência complementar no montante de R\$ 5.484 (R\$ 5.055 em 2020), havendo R\$ 493 a repassar em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 445 em 31 de dezembro de 2020);
- Pagamento de previdência complementar para empregados aposentados no montante de R\$ 2.409 (R\$ 5.368 em 2020), havendo R\$ 203 a pagar em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 340 em 31 de dezembro de 2020);
- Repasse de empréstimos consignados tomados pelos empregados junto à Cageprev e descontados em folha de pagamento de R\$ 4.353 (R\$ 4.862 em 2020), não havendo saldo a repassar em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 406 em 31 de dezembro de 2020).

## 35. Honorários da Administração

O montante de remuneração pago pela Companhia a seus Conselheiros e aos Administradores, em 31 de dezembro de 2021, totalizou em R\$ 4.443 (R\$ 4.654 em 31 de dezembro de 2020), conforme detalhado abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração Diretoria - Salários	1.488	1.659
Remuneração Diretoria - Gratificações	1.240	1.320
Remuneração Diretoria - Benefícios (auxílios para educação, saúde e alimentação)	628	598
Remuneração Diretoria - Participações nos lucros	202	217
Remuneração Conselho de Administração	405	410
Remuneração Conselho Fiscal	300	270
Remuneração Comitê de Auditoria	180	180
Total do exercício	<u>4.443</u>	<u>4.654</u>

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

Os respectivos valores foram registrados na Rubrica “Despesas administrativas” na demonstração de resultado.

A Companhia não concede a seus Administradores e Conselheiros outros benefícios de longo prazo como benefício de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações. Logo, os benefícios concedidos limitam-se aos divulgados acima.

### 36. Instrumentos financeiros

A Companhia procedeu à avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas x as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de alto risco.

Seguem abaixo os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
<b>Ativos financeiros</b>				
Ativos financeiros - contratos de concessão	6.748	6.748	72.055	72.055
Contas a receber de clientes	368.414	368.414	342.677	342.677
Caixa e equivalentes de caixa	94	94	109	109
Aplicações financeiras	1.006.488	1.006.488	218.132	218.132
Depósitos vinculados a convênios	199.455	199.455	105.660	105.660
<b>Passivos financeiros</b>				
Incentivo à aposentadoria - PRSP	57.546	57.546	64.000	64.000
Empréstimos e financiamentos	426.028	442.520	420.161	424.445
Debêntures	818.945	1.106.947	-	-
Fornecedores	176.711	176.711	144.133	144.133
Obrigações com clientes	2.848	2.848	3.086	3.086
Arrendamento mercantil	24.539	24.539	21.975	21.975

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil menos a perda (impairment) no caso de contas a receber estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual, utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

Tipo	Taxa contratual (a.a.)	Período médio de meses	Taxa de mercado (a.a.)
Caixa Econômica Federal	9,23%	92	9,00%
Santander	TLP + 5,1%	8	18,66%
Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES)	TLP + 2,71%	32	16,29%
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	Tranche 1: Libor + 1,74%		
	Tranche 2: 4,59%	99	3,23%
Banco do Nordeste	IPCA + 1,77%	96	4,10%
Debêntures 1ª série	CDI + 2,10%	51	5,51%
Debêntures 2ª série	IPCA + 5,41%	87	10,25%

37. Previdência complementar

Em 12 de fevereiro de 2004, a Portaria nº 24 da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), órgão vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social, autorizou o início das atividades da CAGEPREV - Fundação CAGECE de Previdência Complementar, tendo como única patrocinadora a Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE.

A CAGEPREV é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, tendo como objetivo a constituição e administração de planos privados de benefícios previdenciários suplementares em favor de seus participantes e respectivos beneficiários, custeando todos os benefícios na modalidade de contribuição variável (regime financeiro de capitalização). A Patrocinadora CAGECE efetua contribuições mensais no mesmo percentual que o participante, obedecendo a Lei Complementar N.º 108 de 29 de maio de 2001. O Limite de patrocínio pela Companhia é de 12%.

## COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

O plano de previdência complementar, administrado pela CAGEPREV - Fundação CAGECE de Previdência Complementar, é um plano de contribuição variável que não corre risco de insolvência, pois está equilibrado pelo mecanismo de quotas, onde o patrimônio de cobertura sempre será igual ao das provisões matemáticas. Isto implica dizer que a Patrocinadora não precisa aportar nenhum valor além das contribuições mensais.

Sob ditames do CPC 33, o plano de aposentadoria, administrado pela Fundação CAGECE de Previdência Complementar - Cageprev, é considerado sob contribuição definida, uma vez que não há a obrigação de nenhum cálculo atuarial para a apuração da obrigação/despesa.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou contribuições à Cageprev no montante de R\$ 5.204 (R\$ 4.659 em 31 de dezembro de 2020).

A Cageprev encerrou em 31 de dezembro de 2021 com 1.392 participantes (1.400 em 31 de dezembro de 2020), sendo 1.249 ativos (1.277 em 31 de dezembro de 2020) e 143 assistidos (123 em 31 de dezembro de 2020) e apresentando um patrimônio da ordem de R\$ 280.466 (R\$ 258.046 em 31 de dezembro de 2020).

Para fins de atendimento às normas estabelecidas pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, as reservas técnicas são calculadas por empresa de consultoria atuarial, contratada pela CAGEPREV, a qual emitiu parecer datado de 15 de fevereiro de 2022, sem apresentar nenhum comentário que representasse qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela Administração da CAGEPREV.

As principais premissas atuariais são as seguintes:

	<u>31/12/2021</u>
Taxa real anual de juros	4,86% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	1% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0% a.a.
Hipótese sobre gerações futuras de novas entradas	Não há
Tábua de mortalidade geral de válidos	AT-2000

## COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

### 38. Lucro por ação básico e diluído

O lucro básico por ação do período é calculado através da divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o período. As ações preferenciais possuem direito de 10% a mais de dividendos do que as ações ordinárias.

	31/12/2021	31/12/2020
Numerador		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	155.767	134.552
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	48	46
	<u>155.815</u>	<u>134.598</u>
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	183.499	185.059
Média ponderada de número de ações preferenciais	57	57
	<u>183.556</u>	<u>185.116</u>
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)		
Ação ordinária	0,8489	0,7271
Ação preferencial	0,9338	0,7998

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

### 39. Receitas de serviços

	31/12/2021	31/12/2020
Receita de serviços de abastecimento de água	1.258.295	1.134.968
Receita de serviços de esgotamento sanitário	515.366	459.311
Receita de construção	141.147	120.880
	<u>1.914.808</u>	<u>1.715.159</u>
Impostos sobre vendas	(169.647)	(141.273)
Receita líquida	<u>1.745.161</u>	<u>1.573.886</u>

As áreas de atuação da Companhia encontram-se localizadas dentro do estado do Ceará.

### 40. Custos dos serviços prestados

	31/12/2021	31/12/2020
Insumos (a)	(267.222)	(232.658)
Serviços (b)	(261.684)	(216.895)
Depreciação e amortização (c)	(138.396)	(130.303)
Pessoal	(125.189)	(118.554)
Materiais (d)	(24.348)	(20.301)
Custos gerais	(15.852)	(9.978)
Concessão	(14.083)	(13.039)
Custos operacionais líquidos	<u>(846.774)</u>	<u>(741.728)</u>
Custos de construção	(141.147)	(120.880)
	<u>(987.921)</u>	<u>(862.608)</u>

## COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

### Notas explicativas da Administração às informações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

- (a) O aumento na rubrica de insumos de R\$ 34,6 milhões justificado por: i) aumento nos gastos com energia de R\$ 22,1 milhões (+19,2%), devido ao efeito combinado do reajuste tarifário (+8,95%) e dos adicionais de bandeiras amarela e vermelha, bem como da escassez hídrica ao longo do ano de 2021 e da necessidade de se efetuar novas contratações no mercado livre de energia; ii) aumento de R\$ 7,6 milhões nos custos dos serviços e materiais de tratamento, impactado pelos efeitos de reajuste de contratos e aumento de contrato de manutenção; iii) elevação nos gastos com aquisição de água bruta no montante de R\$ 4,8 milhões (+7,0%), devido ao incremento do mix de volume captado de água (+2,2%), ao reajuste tarifário (+4,18%) que entrou em vigor a partir de fevereiro de 2021 e ao aumento no número de ligações ativas de água;
- (b) Os custos com serviços aumentaram em R\$ 44,8 milhões principalmente pelos seguintes fatores: i) incremento nos serviços prestados por terceiros em R\$ 15,0 milhões, devido à necessidade de aumentar o número de colaboradores terceirizados, bem como do reajuste salarial previsto na convenção coletiva desses colaboradores; ii) ampliação dos serviços de corte e religação em R\$ 8,3 milhões, pela necessidade da regularização do quadro de adimplência - impactado pela paralisação dos mencionados serviços de abril a setembro de 2020 em virtude das medidas de combate à pandemia do SARS-CoV-2 (COVID-19) -, além do reajuste de contrato com empresa terceirizada responsável pelos referidos serviços; iii) aumento de R\$ 8,7 milhões nos serviços com operação e manutenção do sistema, dado que no 1T20 alguns contratos ficaram temporariamente parados e foram retomados ao final do 1T20, fazendo com que os gastos do referido período ficassem abaixo do esperado. Adicionalmente, em 2021, ocorreu a elevação da demanda destes contratos com a revisão dos mesmos; iv) aumento nos custos dos serviços de limpeza e higiene do sistema, no montante de R\$ 3,1 milhões, devido à: (a) execução de um novo serviço relacionado a desassoreamento de tubulação de esgoto em uma das unidades de negócios da Companhia; (b) ocorrência de extravasamentos em uma das redes, e; (c) intensificação de serviços de limpeza em caixa de areia; v) aumento nos custos dos serviços de vigilância dos sistemas de água e de esgoto, no montante de R\$ 3,0 milhões, devido a uma nova contratação e ao reajuste do contrato existente; e vi) aumento nos custos dos serviços de manutenção de imóveis, no montante de R\$ 1,7 milhão, devido à contratação de novos fornecedores para atendimento da demanda desse serviço;
- (c) A variação de R\$ 8,1 milhões na rubrica de depreciação e amortização deve-se, principalmente aos seguintes fatores: i) redução nos custos com depreciação e amortização em 2020 de R\$ 4,6 milhões devido a uma reclassificação de ativos relacionados com a tarifa de contingência, impactando em um menor valor de depreciação e amortização em 2020; ii) reconhecimento de R\$ 6,5 milhões no comparativo 2021 x 2020, decorrente do reconhecimento dos efeitos da mudança na taxa WACC ativo financeiro, que gera um aumento na conta de amortização; e iii) reconhecimento do ajuste a valor presente do arrendamento, o que reduziu amortização em R\$ 3,0 milhões;
- (d) Os custos com pessoal aumentaram em R\$ 6,6 milhões decorrente, principalmente de: i) reajuste salarial aprovado em novembro de 2021, retroativo a abril do mesmo ano; ii) reconhecimento da provisão da participação nos resultados em dezembro de 2021; iii) reajuste do plano de saúde de 2020, implementado em janeiro de 2021, com um segundo reajuste referente ao ano de 2021 efetivado em abril do mesmo ano.

#### 41. Despesas comerciais

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços (a)	(79.918)	(73.902)
Provisão para perdas de crédito estimada (b)	(36.958)	(57.238)
Pessoal	(29.634)	(26.239)
Depreciação e amortização	(2.110)	(1.711)
Gerais	(1.376)	(1.193)
	<u>(149.996)</u>	<u>(160.283)</u>

## COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

### Notas explicativas da Administração às informações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

- (a) As despesas comerciais com serviços aumentaram em R\$ 6 milhões, principalmente, em razão de: i) acréscimo no número de colaboradores terceirizados e ao reajuste salarial previsto na convenção coletiva desses colaboradores; ii) aumento nos serviços de leitura e entrega de contas em virtude do reajuste de contrato e pela maior frequência da medição e entrega simultânea das faturas a partir de novembro de 2020; iii) incremento nos serviços de atendimento ao cliente devido às medidas restritivas adotadas no combate à pandemia do SARS-CoV-2 (COVID-19), o que resultou em um crescente número de ligações para a Central de Atendimento que superou os quantitativos contratualmente previstos, e à absorção de serviços que antes eram exclusivos do atendimento presencial;
- (b) A redução em R\$ 20,3 milhões na provisão para perdas de crédito estimada deve-se, principalmente, ao aumento inadimplência ocasionado em 2020 pelo Pandemia de Covid-19, que fez com que a provisão desse ano se elevasse. Soma-se a isso, a campanha de parcelamentos de dívidas, a fim de melhorar os recebimentos de créditos e reduzir os impactos em seu Contas a Receber da Pandemia já mencionada. A campanha durou de maio a setembro de 2021 e alcançou mais de 42 mil clientes.

#### 42. Despesas administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal (a)	(154.307)	(138.529)
Serviços (b)	(90.235)	(84.197)
Causas judiciais (c)	(36.949)	(28.485)
Gerais	(8.984)	(7.171)
Tributária	(44.425)	(51.303)
Transportes	(4.247)	(3.744)
Depreciação e amortização	(7.935)	(7.225)
Honorários da administração	(2.765)	(2.747)
	<u>(349.847)</u>	<u>(323.401)</u>

- (a) A variação de R\$ 15,8 milhões na rubrica de despesas com pessoal pode ser justificada principalmente em decorrência: i) do reajuste do efeito do PRSP que, no ano de 2020, ocasionou uma redução dos custos devido à inflação abaixo da projetada, havendo uma reversão de despesas à época; ii) do reajuste do plano de saúde referente ao ano de 2020, implementado em janeiro de 2021, com um segundo reajuste referente ao ano de 2021 efetivado em abril do mesmo ano; iii) das promoções por mérito do ano de 2020, que foram pagas em 2021, bem como as promoções por tempo de serviço ocorridas ao longo do ano de 2021; iv) do reajuste salarial aprovado no mês de novembro de 2021, retroativo a maio de 2021; v) do reconhecimento da provisão da participação nos resultados em dezembro de 2021;
- (b) A elevação nos serviços administrativos de R\$ 6 milhões deve-se principalmente a: i) aumento nos serviços técnicos profissionais em R\$ 3,2 milhões em virtude do pagamento de honorários jurídicos devidos pelo trabalho de verificação dos montantes recuperáveis de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre a Tarifa de Contingência, visto que a contratação previa valores a serem pagos em função do tributo efetivamente recuperado; ii) elevação de R\$ 1,2 milhão nos serviços prestados por terceiros, devido ao aumento do número de colaboradores e do reajuste salarial dos mesmos; e iii) elevação dos custos dos serviços de vigilância no montante de R\$ 0,5 milhão;
- (c) O aumento na rubrica de contingências no total de R\$ 8,5 milhões deve-se: i) por um acordo realizado em uma das ações em trâmite, registrado em abril de 2021; ii) pelo trabalho de avaliação dos controles de contingências de depósitos judiciais, culminando em reversões de despesas, e; iii) pelo encerramento de ações com ganho de causa para a Cagece.

## COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de Reais)

### 43. Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	49.340	4.834
Receita de atualização do ativo financeiro (Nota 12)	4.777	-
Juros recebidos de clientes	18.673	15.795
Atualização monetária e juros ativos	7.862	10.311
Variação cambial ativa	33.138	39.868
(-) PIS / COFINS sobre receita financeira	(3.532)	(1.839)
	<u>110.258</u>	<u>68.969</u>
Despesas financeiras		
Juros de financiamentos	(21.755)	(24.237)
Juros do arrendamento	(4.461)	(1.462)
Juros das debêntures (a)	(76.674)	-
Despesa de atualização do ativo financeiro (Nota 12)	-	(1.748)
Incentivo à aposentadoria - PRSP	(6.298)	(7.904)
Atualização monetária	(3.986)	(13.640)
Variação cambial passiva	(50.706)	(100.282)
Outras	(22)	(290)
	<u>(163.902)</u>	<u>(149.563)</u>
	<u>(53.644)</u>	<u>(80.594)</u>

(a) Nessa linha são reconhecidos os juros, atualização do valor nominal e apropriação, ao resultado, da parcela equivalente aos gastos iniciais da primeira emissão de debêntures realizada em abril de 2021. Sendo R\$ 35.334 de juros, 39.645 de atualização do valor nominal e R\$ 1.695 de apropriação dos gastos iniciais.

### 44. Eventos subsequentes

#### Revisão tarifária

A partir de 28 de janeiro de 2022, a Companhia atualizou o valor da tarifa média dos serviços de água e esgoto, passando de R\$ 4,61 para R\$ 4,92 por m3 faturado, equivalendo a um aumento tarifário médio da ordem de 6,69%. Esse reajuste foi aprovado conforme Resolução da ARCE Nº 24 de 29 de dezembro de 2021.

Neurisangelo Cavalcante de Freitas Diretor Presidente	João Fernando de Abreu Menescal Diretor de Operações	Bruno Alencar Firmo Barreira Diretor de Gestão Corporativa
Cláudia Elizângela Caixeta Lima Diretora de Mercado e Unidade de Negócio da Capital	Helder dos Santos Cortez Diretor de Unidade de Negócio do Interior	José Carlos Lima Asfor Diretor de Engenharia
Dario Sidrim Perini Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Victor Diego Soares de Almeida Diretor Jurídico	Pedro Henrique Leite Gomes Contador CRC/CE 018577/O-8
	André Lopes Camurça Gerente de Contabilidade	

## **Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Declaração dos Diretores sobre as demonstrações  
contábeis em 31 de dezembro de 2021

Os Diretores da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 07.040.108/0001-57, com sede na Rua Lauro Vieira Chaves, 1030, Vila União, Fortaleza, Ceará, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 586, de 08 de junho de 2017, que reviram, discutiram e aprovaram as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Fortaleza, 24 de fevereiro de 2022.

**Neurisangelo Cavalcante de  
Freitas**  
Diretor Presidente

**João Fernando de Abreu  
Menescal**  
Diretor de Operações

**Bruno Alencar Firmo Barreira**  
Diretor de Gestão Corporativa

**Cláudia Elizângela Caixeta Lima**  
Diretora de Mercado e Unidade de  
Negócio da Capital

**Helder dos Santos Cortez**  
Diretor de Unidade de Negócio  
do Interior

**José Carlos Lima Asfor**  
Diretor de Engenharia

**Dario Sidrim Perini**  
Diretor Financeiro e de Relações  
com Investidores

**Victor Diego Soares de  
Almeida**  
Diretor Jurídico

## **Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Declaração dos Diretores sobre o Relatório  
dos Auditores Independentes

Os Diretores da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 07.040.108/0001-57, com sede na Rua Lauro Vieira Chaves, 1030, Vila União, Fortaleza, Ceará, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 586, de 08 de junho de 2017, que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, relativamente às demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Fortaleza, 24 de fevereiro de 2022.

**Neurisangelo Cavalcante de  
Freitas**  
Diretor Presidente

**João Fernando de Abreu  
Menescal**  
Diretor de Operações

**Bruno Alencar Firmo Barreira**  
Diretor de Gestão Corporativa

**Cláudia Elizângela Caixeta Lima**  
Diretora de Mercado e Unidade de  
Negócio da Capital

**Helder dos Santos Cortez**  
Diretor de Unidade de Negócio  
do Interior

**José Carlos Lima Asfor**  
Diretor de Engenharia

**Dario Sidrim Perini**  
Diretor Financeiro e de Relações  
com Investidores

**Victor Diego Soares de  
Almeida**  
Diretor Jurídico

## **Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

### **Relatório Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário - COAUD 2021**

Aos Conselheiros de Administração da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

#### **Introdução**

O COAUD - Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE é órgão auxiliar do Conselho de Administração, ao qual se reporta diretamente, tendo sido implantado nesta Companhia em julho de 2018, com atuação independente, possuindo arrimo nas normas estabelecidas pela Lei Federal nº 13.303/2016, bem como no Estatuto Consolidado da Companhia de Água e Esgoto do Ceará, disponível no site oficial da Empresa.

O COAUD é integrado por 03 (*três*) membros, composto da seguinte forma: Clara Germana Gonçalves Rocha, na qualidade de Coordenadora do Comitê, Lilia Palmeira Pinheiro e Renato César Pereira Lima, na qualidade de membros do COAUD, com mandatos até 06 de julho de 2022, as quais aprovaram as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2021.

O COAUD tem como principais atribuições a avaliação e o acompanhamento dos processos de elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis da Companhia, dos processos de gestão de riscos e controles internos, da efetividade de atuação da auditoria interna e dos auditores independentes.

Adicionalmente, também avalia a razoabilidade dos parâmetros que fundamentam os cálculos e resultados atuariais dos planos de benefícios mantidos pela Companhia e o monitoramento, em conjunto com a Administração, das transações com suas partes relacionadas.

O Comitê acompanha, ainda, o andamento de denúncias endereçadas à Companhia e os trabalhos do setor de Ouvidoria - analisando casos de nepotismo, fraudes, desvios de material etc., bem como o andamento dos trabalhos de setores estratégicos como o Setor Jurídico, Setor de Ativos, de Tecnologia da Informação, Relação com Investidores dentre outras.

Os Administradores são responsáveis pela elaboração e integridade das Demonstrações Contábeis, pela gestão dos riscos, pela manutenção e efetividade dos sistemas de controles internos e pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares. A Auditoria Interna responde pela revisão e avaliação periódica dos controles relacionados com as principais áreas de risco, atuando com independência na verificação de sua efetividade e adequação aos critérios de governança aplicáveis.

Cumprindo por bem informar que a empresa BDO RCS Auditores Independentes SS foi a responsável pela auditoria independente das Demonstrações Contábeis da Companhia, encerradas em 31 de dezembro de 2021 e pela revisão especial de suas informações trimestrais. Por oportuno, como parte normal de suas atribuições, também efetua avaliações quanto à qualidade e adequação dos sistemas de controles internos e pelo cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares aplicáveis.

## **Principais atividades do COAUD no exercício**

O COAUD desenvolveu, no ano de 2021, um intenso aprofundamento no conhecimento dos negócios da Companhia e familiarização com suas principais áreas de risco, políticas, mecanismos de controle e suporte de governança. Nesse sentido, ao longo dos meses de atividade, o COAUD manteve diversas reuniões formais com coordenadores e gerentes da Companhia, em especial com os responsáveis pelas áreas de Governança, Controladoria e Contabilidade, Auditoria Interna e de Gestão de Riscos, adicionalmente com a CAGEPREV e Ouvidoria, além de reuniões com a Auditoria Externa, isoladamente e em conjunto com os administradores, bem como com diversos setores estratégicos da Companhia, como o setor Jurídico, de Tecnologia da Informação, Setor de Ativos, Relação com Investidores etc.

Nessas reuniões, foram abordados vários assuntos relacionados com as Demonstrações Contábeis, processos contábeis e fisco-tributários, gestão de riscos e de controles internos e transações envolvendo partes relacionadas.

Nos diálogos dos membros do COAUD com a auditoria interna, foram apreciados seus planejamentos de trabalho e conhecidos os seus resultados, conclusões e recomendações. A revisão das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi realizada com os responsáveis por sua elaboração e com os auditores independentes.

Tão logo apresentadas as demonstrações contábeis e respectiva apresentação do resultado do exercício de 2021, em fevereiro de 2022, o COAUD, conforme suas disposições legais, apresentará à presidência e ao Conselho de Administração minucioso relato impresso, destacando as atividades, resultados e recomendações, com esteio nos dados e informações apresentados pelos relatórios técnicos dos Auditores Internos e dos Independentes, bem como nas informações fornecidas durante as reuniões mensais realizadas.

## **Conclusões**

As opiniões e julgamentos do COAUD repousam nos dados e informações que lhe foram apresentados pela Administração da Companhia (*em especial pelas áreas Contábil, Gestão de Riscos e Auditoria Interna e Externa*).

Com relação à Auditoria Externa, o COAUD não identificou situação que pudesse afetar sua independência e objetividade em relação à CAGECE, bem como não tem conhecimento de quaisquer divergências significativas, de natureza contábil e de divulgação das Demonstrações Contábeis, entre a Administração, os Auditores Independentes e o próprio COAUD.

Quanto à estrutura de controles internos e gestão de riscos, o COAUD considera haver uma cobertura satisfatória para o porte e complexidade dos negócios da Companhia, considerando-se as particularidades próprias do período de transição para a plena adoção da Lei nº 13.303/16.

Com relação à Auditoria Interna, os resultados de sua atuação, no transcorrer de 2021, não revelaram desvios ou falhas significativas nos procedimentos relacionados com a efetividade dos controles internos adotados pela Companhia, bem como quanto à aderência às políticas e práticas estabelecidas pela Administração e no atendimento de normas e regulamentos aplicáveis à atividade.

O COAUD considera que todos os assuntos relevantes pertinentes à sua atuação foram apropriadamente cobertos em suas diligências e discussões junto à Administração da Companhia, permitindo-lhe concluir que se encontram adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhada do parecer dos auditores independentes, sem ressalvas. Nesse sentido, não tem qualquer restrição quanto à sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Fortaleza, 24 de fevereiro de 2022.

Clara Germana Gonçalves Rocha	Líliá Palmeira Pinheiro	Renato César Pereira Lima
Coordenadora	Membra	Membro

## **Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário sobre as  
Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

O Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o conjunto de relatórios que compõem as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, sendo eles: i) Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis; ii) Balanço patrimonial; iii) Demonstração do resultado do exercício; v) Demonstração do resultado abrangente; v) Demonstração das mutações do patrimônio líquido; vi) Demonstração dos fluxos de caixa; vii) Demonstração do valor adicionado; e viii) Notas explicativas às demonstrações contábeis.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Com base nos exames efetuados, e considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia, durante todo o exercício social e à vista do Relatório dos Auditores Independentes, datado de 24 de fevereiro de 2022, considerou que não houve distorção relevante no Relatório da Administração, portanto, nada relatando a este respeito, este Comitê de Auditoria opina favoravelmente à aprovação do Relatório de Auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras da CAGECE de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, visto que estes refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, e recomendamos a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia, a ser submetida à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da CAGECE.

Fortaleza, 24 de fevereiro de 2022.

Clara Germana Gonçalves Rocha  
Coordenadora

Renato César Pereira Lima  
Membro

Líliá Palmeira Pinheiro  
Membra

## **Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Parecer do Conselho de Administração sobre as  
Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

Os membros do Conselho de Administração da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; e do Relatório dos Auditores Independentes da BDO RCS Auditores Independentes SS, datado de 24 de fevereiro de 2022.

Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos apresentados pelo representante da auditoria independente, concluíram que as Demonstrações Contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, motivo pelo qual opinam pelo seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Fortaleza, 24 de fevereiro de 2022.

Delano Macêdo de Vasconcellos

Presidente

Eduardo Sávio Passos Rodrigues

Vice-Presidente

Neurisangelo Cavalcante de  
Freitas

Conselheiro

Ricardo Eleutério Rocha

Conselheiro

Sarah Feitosa Cavalcante de  
Andrade

Conselheira

Adeilson Rolim de Souza

Conselheiro

## **Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**

Parecer do Conselho Fiscal sobre as  
Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; e do Relatório dos Auditores Independentes BDO RCS Auditores Independentes SS, datado de 24 de fevereiro de 2022.

Com base nos documentos examinados, concluíram que as Demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Fortaleza, 24 de fevereiro de 2022.

Paulo Henrique Ellery Lustosa  
Costa

Presidente

José Élcio Batista

Vice-Presidente

João de Aguiar Pupo

Conselheiro Efetivo

Paula Bicudo de Castro  
Magalhães

Conselheira Efetiva

Francisco José Moura Cavalcante

Conselheiro Efetivo